

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
DENOMINADA ALERTA - SV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

1 - SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, brasileiro, natural de Gurjão-Pb, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 07/04/1977, portador do CPF nº. 024.095.094-10 e RG., nº. 1.170.000 SSP-PB, residente e domiciliado a rua Reginaldo Cavalcante Pereira 135, Bairro Centenário, CEP 58.428-205, Campina Grande-Pb.

2 - MICHELE ONIAS DE SOUZA, brasileira, natural do Rio de Janeiro - RJ, divorciada, estudante universitária, nascida em 16/05/1978, portadora do CPF 025.965.914-21 e RG, nº. 1.977.571 SSP-PB, residente e domiciliada a Rua Vinte e Sete de julho nº. 308, Bairro Centenário, CEP 58.428-220, Campina Grande-Pb. Constituem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de ALERTA - SV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, e terá sede à Rua Estelita Cruz nº. 221, Bairro Alto Branco, CEP 58.401-470, Campina Grande-Pb.

CLAUSULA SEGUNDA: O capital social, será de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), dividido em 110.000 (Cento e dez mil) quotas, de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS:

105.000 (cento e cinco mil) quotas no valor de:

R\$ 105.000,00

MICHELE ONIAS DE SOUZA:

5.000 (cinco mil) quotas no valor de:

R\$ 5.000,00

TOTALIZANDO

R\$ 110.000,00

CLAUSULA TERCEIRA: O objeto social será: Vigilância Empresarial, Bancária, Comercial, Eletrônica, Serviços de rastreamentos de veículos automotores, serviços de segurança de softwares, serviços de segurança pessoal privada e pública para os órgãos públicos ou empresas privadas e demais atividades do ramo.

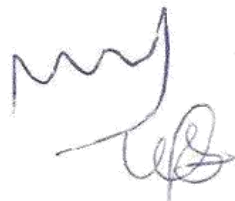
CLAUSULA QUARTA: A Sociedade iniciará suas atividades quando do arquivamento do presente contrato na Junta Comercial, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA SEXTA: A administração da sociedade e o uso do nome comercial será exercida isoladamente pelo sócio, SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, a quem compete representa-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, possuindo amplos e limitados poderes para garantir o seu normal funcionamento, ficando expressamente proibido o uso do nome comercial em assuntos alheios aos interesses da sociedade, assinando-o seu nome civil conforme consta no final deste contrato.

CLAUSULA SÉTIMA: Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará justificativas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo as sócias, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas.

CLAUSULA OITAVA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.



CONTINUAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
LIMITADA DENOMINADA: ALERTA - SV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA  
PATRIMONIAL LTDA.

CLAUSULA NONA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA DECIMA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinente.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade, continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado ou liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.


CLAUSULA DECIMA SEGUNDA: O Administrador SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, por se encontrar sob os efeitos dela, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da comarca de Campina Grande-PB, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 vias de igual teor.

Campina Grande, 21 de outubro de 2008.

  
SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS  
CPF 024.095.094-10

  
MICHIELE ONIAS DE SOUZA  
CPF: 025.965.914-21



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 31/10/2008 SOB Nº: 25200488628  
Protocolo: 08/035609-5, DE 30/10/2008

ALERTA - SV SEGURANÇA E  
VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA

  
ADRIAIO PIRES BEZERRA  
SECRETÁRIO GERAL



**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
LIMITADA DENOMINADA ALERTA-SV SEGURANÇA E VIGILANCIA  
PATRIMONIAL LTDA-ME.**

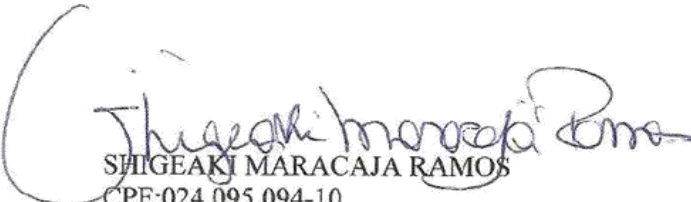
Pelo presente instrumento particular, **SHIGEAKI MARACAJA RAMOS**, brasileiro, natural de Gurjão/PB, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 07/04/1977, portador do CPF n.024.095.094-10 e RG.n.1.170.000 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua Reginaldo Cavalcante Pereira, 135 – Centenário, CEP:58428-205, CAMPINA GRANDE/PB e, **MICHELE ONIAS DE SOUZA**, brasileira, natural do Rio de Janeiro/RJ, divorciada, estudante universitária, nascida em 16/05/1978, portadora do CPF n.025.965.914-21 e RG.n.1.977.571 SSP/PB, residente e domiciliada a Rua Vinte e Sete de Julho, 308 – Centenário, CEP:58428-220, CAMPINA GRANDE/PB. Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada ALERTA-SV SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA-ME, com sede à Rua Estelita Cruz, 221 – Alto Branco – CEP:58401-470, CAMPINA GRANDE/PB, inscrita no CNPJ sob o n.10.446.347/0001-16 e tendo contrato de constituição arquivado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA-JUCEP, sob NIRE 25200488628 por despacho de 31/10/2008, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social mediante cláusula e condições:


**CLAUSULA PRIMEIRA:** A sociedade passa a girar sob o nome empresarial **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA-ME**, e continuará com sua sede a Rua Estelita Cruz, 221 – Alto Branco CEP:58401-470, CAMPINA GRANDE/PB.

**CLAUSULA SEGUNDA:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social Primitivo.

E por estarem justos e contratados, mandam lavrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Social em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Campina Grande, 23 de março de 2009

  
**SHIGEAKI MARACAJA RAMOS**  
CPF:024.095.094-10

  
**MICHELE ONIAS DE SOUZA**  
CPF:025.965.914-21

	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA</b>
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 24/03/2009 SOB Nº: 20090097939 Protocolo: 09/009793-9, DE 24/03/2009
Empresa: 25 2 0048862 8 FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA ME	
 <b>NEUCYR CHAVES ROLIM</b> SECRETÁRIA GERAL	

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
LIMITADA DENOMINADA ALERTA-SV SEGURANÇA E VIGILANCIA  
PATRIMONIAL LTDA-ME.**

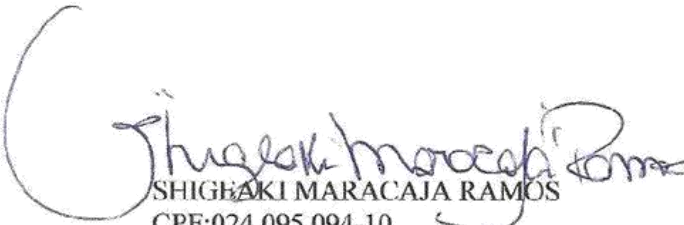
Pelo presente instrumento particular, **SHIGEAKI MARACAJA RAMOS**, brasileiro, natural de Gurjão/PB, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 07/04/1977, portador do CPF n.024.095.094-10 e RG.n.1.170.000 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua Reginaldo Cavalcante Pereira, 135 – Centenário, CEP:58428-205, CAMPINA GRANDE/PB e, **MICHELE ONIAS DE SOUZA**, brasileira, natural do Rio de Janeiro/RJ, divorciada, estudante universitária, nascida em 16/05/1978, portadora do CPF n.025.965.914-21 e RG.n.1.977.571 SSP/PB, residente e domiciliada a Rua Vinte e Sete de Julho, 308 – Centenário, CEP:58428-220, CAMPINA GRANDE/PB. Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada ALERTA-SV SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA-ME, com sede à Rua Estelita Cruz, 221 – Alto Branco – CEP:58401-470, CAMPINA GRANDE/PB, inscrita no CNPJ sob o n.10.446.347/0001-16 e tendo contrato de constituição arquivado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA-JUCEP, sob NIRE, 25200488628 por despacho de 31/10/2008, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social mediante cláusula e condições:


**CLAUSULA PRIMEIRA:** A sociedade passa a girar sob o nome empresarial **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA-ME**, e continuará com sua sede a Rua Estelita Cruz, 221 – Alto Branco – CEP:58401-470, CAMPINA GRANDE/PB.

**CLAUSULA SEGUNDA:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social Primitivo.

E por estarem justos e contratados, mandam lavrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Social em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Campina Grande, 23 de março de 2009

  
SHIGEAKI MARACAJA RAMOS  
CPF:024.095.094-10

  
MICHELE ONIAS DE SOUZA  
CPF:025.965.914-21

	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA</b> CERTIFICO O REGISTRO EM: 24/03/2009 SOB Nº: 20090097939 Protocolo: 09/009793-9, DE 24/03/2009
Empresa: 25 2 0048862 8 FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA ME	
 NEUCYR CHAVES ROLIM SECRETÁRIA GERAL	



**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
DENOMINADA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA-ME.**

Pelo presente instrumento particular, **SHIGEAKI MARACAIA RAMOS**, brasileiro, natural de Gurjão/PB, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 07/04/1977, portador do CPF n.024.095.094-10 e RG. n.1.170.000 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua Reginaldo Cavalcante Pereira,135 – Centenario CEP:58428-205 – CAMPINA GRANDE/PB e, **MICHELE ONIAS DE SOUZA**, brasileira, natural do Rio de Janeiro/RJ, divorciada, estudante universitária, nascida em 16/05/1978, portadora do CPF N.025.965.914-21 E RG. n.1.977.571 SSP/PB, residente e domiciliada a Rua Vinte e Sete de Julho, 308 – Centenario – CEP:58428-220 – CAMPINA GRANDE/PB.Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada FORÇA ALERTA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA-ME, com sede à Rua Estelita Cruz,221 – Alto Branco – CEP:58401-470 – CAMPINA GRANDE/PB, inscrita no CNPJ sob o n.10.446.347/0001-16 e tendo contrato de constituição arquivado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA – JUCEP, sob NIRE 25200488628 por despacho de 31/10/2008, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social mediante cláusulas e condições:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** A sociedade de comum acordo entre os sócios,resolve: o capital social atual no valor de R\$110.000,00 (Cento e dez mil reais), fica elevado para **R\$360.000,00** , havendo um aumento no valor de R\$250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais),adquirido através de termo de doação e totalmente integralizado neste ato em moeda corrente e legal do país,dividido em 360.000 (trezentos e sessenta mil) quotas de valor nominal R\$1,00 (hum real) , distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SHIGEAKI MARACAIA RAMOS:

342.000 (trezentos e quarenta e duas mil) quotas no valor de:	R\$342.000,00
18.000 (dezoito mil) quotas no valor de:	R\$18.000,00
<hr/>	<hr/>
360.000	R\$ 360.000,00

**CLAUSULA SEGUNDA** – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social Primitivo.

E por estarem justos e contratados, mandam lavrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Social em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.


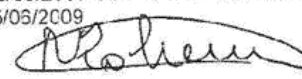
Continuação da SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
DENONIMADA: FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA.

Campina Grande, 03 de junho de 2009

 SHIGEAKI MARACAJA RAMOS  
 MICHELE ONIAS DE SOUZA

CPF:024.095.094-10

CPF:025.965.914-21

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA	
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/06/2009 SOB Nº: 20090196554	
	Protocolo: 09/019655-4, DE 05/05/2009	
Empresa: 25 2 0048862 8		
FORÇA ALERTA SEGURANÇA E		
VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA ME		
		NEUCYR CHAVES ROLIM SECRETÁRIA GERAL



**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
DENOMINADA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA-ME.**

Pelo presente instrumento particular, **SHIGEAKI MARACAJA RAMOS**, brasileiro, natural de Gurjão/PB, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 07/04/1977, portador do CPF n.024.095.094-10 e RG. n.1.170.000 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua Reginaldo Cavalcante Pereira,135 – Centenario CEP:58428-205 – CAMPINA GRANDE/PB e, **MICHELE ONIAS DE SOUZA**, brasileira, natural do Rio de Janeiro/RJ, divorciada, estudante universitária, nascida em 16/05/1978, portadora do CPF N.025.965.914-21 E RG. n.1.977.571 SSP/PB, residente e domiciliada a Rua Vinte e Sete de Julho, 308 – Centenario – CEP:58428-220 – CAMPINA GRANDE/PB.Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada FORÇA ALERTA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA-ME, com sede à Rua Estelita Cruz,221 – Alto Branco – CEP:58401-470 – CAMPINA GRANDE/PB, inscrita no CNPJ sob o n.10.446.347/0001-16 e tendo contrato de constituição arquivado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA – JUCEP, sob NIRE 25200488628 por despacho de 31/10/2008, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social mediante cláusulas e condições:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** A sociedade de comum acordo entre os sócios,resolve: o capital social atual no valor de R\$110.000,00 (Cento e dez mil reais), fica elevado para **R\$360.000,00** , havendo um aumento no valor de R\$250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais),adquirido através de termo de doação e totalmente integralizado neste ato em moeda corrente e legal do país,dividido em 360.000 (trezentos e sessenta mil) quotas de valor nominal R\$1,00 (hum real) , distribuído entre os sócios da seguinte forma:

**SHIGEAKI MARACAJA RAMOS:**

342.000 (trezentos e quarenta e duas mil) quotas no valor de:	R\$342.000,00
18.000 (dezoito mil) quotas no valor de:	R\$18.000,00
<hr/>	<hr/>
360.000	R\$ 360.000,00

**CLAUSULA SEGUNDA –** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social Primitivo.


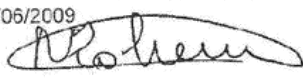
E por estarem justos e contratados, mandam lavrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Social em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Continuação da SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
DENONIMADA: FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA.

Campina Grande, 03 de junho de 2009

  
SHIGEAKI MARACAJA RAMOS  
CPF:024.095.094-10

  
MICHELE ONIAS DE SOUZA  
CPF:025.965.914-21

	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b> CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/06/2009 SOB Nº: 20090196554 Protocolo: 09/019655-4, DE 05/06/2009
Empresa: 25 2 0048862 8 FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA ME	 NEUCYR CHAVES ROLIM SECRETÁRIA GERAL



**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
DENOMINADA ALERTA – FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL  
LTDA-ME**

Pelo presente instrumento particular, **SHIGEAKI MARACAJA RAMOS**, brasileiro, natural de Gurjão/PB, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 07/04/1977, portador do CPF n.024.095.094-10 e RG. n.1.170.000 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua Reginaldo Cavalcante Pereira,135 – Centenario CEP:58428-205 – CAMPINA GRANDE/PB e, **MICHELE ONIAS DE SOUZA**, brasileira, natural do Rio de Janeiro/RJ, divorciada, estudante universitária, nascida em 16/05/1978, portadora do CPF N.025.965.914-21 E RG. n.1.977.571 SSP/PB, residente e domiciliada a Rua Vinte e Sete de Julho, 308 – Centenario – CEP:58428-220 – CAMPINA GRANDE/PB.Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA-ME, com sede à Rua Estelita Cruz,221 – Alto Branco – CEP:58401-470 – CAMPINA GRANDE/PB, inscrita no CNPJ sob o n.10.446.347/0001-16 e tendo contrato de constituição arquivado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA – JUCEP, sob NIRE 25200488628 por despacho de 31/10/2008, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social mediante clausulas e condições:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** A sociedade de comum acordo entre os sócios,resolve:Altera seu Objeto Social para: Vigilancia Empresarial,Bancária,Comercial,Eletronica,Serviços de Rastreamento de veículos automotores, Serviços de Segurança de Softwares, Serviços de Segurança Pessoal Privada e Pública para os órgãos públicos ou empresas privadas e demais atividades do ramo e ESCOLTA ARMADA .


**CLAUSULA SEGUNDA** – Permanecem inalteradas as demais clausulas do Contrato Social Primitivo.

E por estarem justos e contratados, mandam lavrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Social em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.


Campina Grande, 04 de janeiro de 2011

  
SHIGEAKI MARACAJA RAMOS

CPF:024.095.094-10

  
MICHELE ONIAS DE SOUZA

CPF:025.965.914-21

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/01/2011 SOB Nº: 20110000480
	Protocolo: 11/000048-0, DE 10/01/2011
	Empresa: 25 2 0048862 8
	FORÇA ALERTA SEGURANÇA E
	VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA ME
	MARIA DE FATIMA V. VENANCIO
	SECRETÁRIA GERAL

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA DENOMINADA  
"FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA-ME".



Pelo presente instrumento particular, **SHIGEAKI MARACAJA RAMOS**, brasileiro, natural de Gurjão/PB, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 07/04/1977, portador do CPF n.024.095.094-10 e RG.1.170.000 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Reginaldo Cavalcante Pereira,135 – Centenario CEP:58428-205 – CAMPINA GRANDE/PB e, **MICHELE ONIAS DE SOUZA**, brasileira, natural do Rio de Janeiro/RJ, divorciada, estudante universitária, nascida em 16/05/1978, portadora do CPF n.025.965.914-21 e RG.1977.571 SSP/PB, residente e domiciliada à Rua Vinte e Sete de Julho,308 – Centenario – CAMPINA GRANDE/PB CEP:58428-220.

Únicos sócios componentes da sociedade empresarial limitada, denominada FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA-ME, com sede à Rua Estelita Cruz,221 – Alto Branco – CEP:58401-470 – CAMPINA GRANDE/PB, inscrita no CNPJ sob o n.10.446.347/0001-16 e tendo contrato de constituição arquivado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA – JUCEP, NIRE:25200488628 por despacho de 31/10/2008, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social mediante cláusulas e condições:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** A sociedade de comum acordo entre os sócios, resolve: **EXCLUIR**,

**1 – do objeto social a palavra "Pessoal".**

Para surtir todos os efeitos legais desta alteração, segue a consolidação do contrato social ora alterado:

## **CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA DENOMINADA :

**FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA.**

**1 – SHIGEAKI MARACAJA RAMOS**, brasileiro, natural de Gurjão/PB, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 07/04/1977, portador do CPF n.024.095.094-10 e RG.1.170.000 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Reginaldo Cavalcante Pereira,135 – Centenario – CAMPINA GRANDE/PB CEP:58428-205.



Continuação do Contrato Social Consolidado da Sociedade Empresarial Limitada denominada **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA.**

**2 – MICHELE ONIAS DE SOUZA**, brasileira, natural do Rio de Janeiro/RJ, divorciada, estudante universitária, nascida em 16/05/1978, portadora do CPF n.025.965.914-21 e RG.1.977.571 SSP/PB, residente à Rua Vinte e Sete de Julho, 308 – Centenario – CAMPINA GRANDE/PB CEP:58428-220, Constituem uma sociedade limitada mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA** com sede à Rua Estelita Cruz, 221 – Alto Branco – CAMPINA GRANDE/PB CEP:58401.470.

CLAUSULA SEGUNDA: O capital social será de **R\$360.000,00** (Trezentos e sessenta mil reais), dividido em 360.000 (Trezentos e sessenta mil) quotas, de valor nominal R\$1,00 (hum real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios nas seguintes proporções:

SHIGEAKI MARACAJA RAMOS

343.620 (trezentos e quarenta e tres mil e seiscentos e vinte ) quotas no valor total de R\$343.620,00 (Trezentos e quarenta e tres mil e seiscentos e vinte reais).

MICHELE ONIAS DE SOUZA

16.380 (dezesesseis mil e trezentos e oitenta) quotas no valor total de R\$16.380,00 (Dezesesseis mil e trezentos e oitenta reais).

CLAUSULA TERCEIRA: O objeto social será: Vigilancia Empresarial, Bancária, Comercial, Eletronica, Serviços de Rastreamento de Veiculos Automotores, Serviços de Segurança de Softwares, Serviços de Segurança Privada e Pública para os Órgãos Públicos ou Empresas Privadas, Escolta Armada e demais atividades.

CLAUSULA QUARTA: A sociedade iniciará suas atividades quando do arquivamento do presente contrato na Junta Comercial e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

Continuação do Contrato Social Consolidado da Sociedade Empresarial Limitada denominada **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA.**



CLAUSULA SEXTA: A administração da sociedade e o uso do nome comercial será exercida isoladamente pelo sócio SHIGEAKI MARACAJA RAMOS, a quem compete representa-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, possuindo amplo e ilimitados poderes para garantir o seu normal funcionamento, ficando expressamente proibido o uso do nome comercial em assuntos alheios aos interesses da sociedade, assinando-o seu nome civil conforme consta no final deste contrato.

CLAUSULA SÉTIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará justificativas de sua administração, procedendo a elaboração do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas.

CLAUSULA OITAVA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLAUSULA NONA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial, ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA DÉCIMA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de prolabore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA DECIMA-PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado ou liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLAUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: O administrador SHIGEAKI MARACAJA RAMOS, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, por se encontrar sob os efeitos dela, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLAUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Campina Grande/PB, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

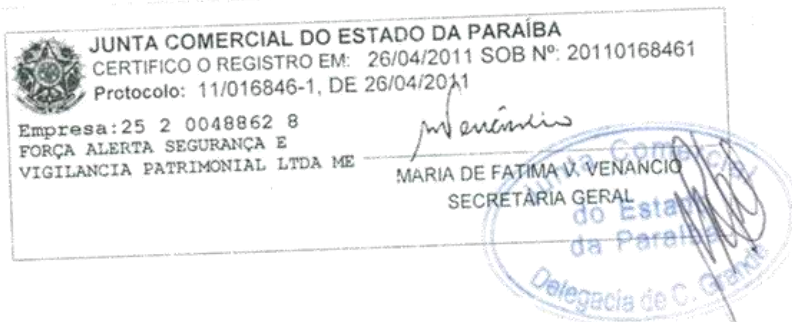
Campina Grande, 19 de abril de 2011.

SHIGEAKI MARACAJA RAMOS

CPF:024.095.094-10

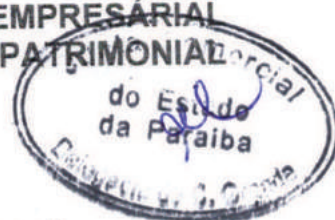
MICHELE ONIAS DE SOUZA

CPF:025.965.914-21





**QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIAL  
DENOMINADA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL  
LTDA**



Pelo presente instrumento particular, **SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Gurjão – PB, nascido em 07/04/1977, empresário, portador da cédula de identidade n.º. 1.170.000 - SSP-PB e CPF n.º. 024.095.094-10, residente e domiciliado na Rua: Reginaldo Cavalcante Pereira, 135 – CEP: 58.428-205 – Centenário, nesta cidade de Campina Grande - PB; **MICHELE ONIAS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, natural do Rio de Janeiro – RJ, nascida em 16/05/1978, empresária, RG: 1.977.571 - SSP-PB, CPF: 025.965.914-21, residente e domiciliado na Rua: Vinte e Sete de Julho, 308 – CEP: 58.428-220 - Centenário, nesta cidade de Campina Grande – PB, únicos sócios da sociedade empresária, **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, CNPJ: 10.446.347/0001-16, localizada na Rua: Estelita Cruz, 221 - CEP 58.401-470 – Alto Branco – Campina Grande – PB, cadastrada na JUCEP sob o NIRE 25 2 004 886 28, por despacho de 31/10/2008, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social mediante cláusula e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A sociedade de comum acordo entre os sócios resolve excluir do objeto social a atividade: Serviços de Segurança de Software. O objeto social passa a ser: Vigilância empresarial, bancária, comercial, eletrônica, serviços de rastreamento de veículos automotores, serviços de segurança privada e publica para os órgãos públicos ou empresas privadas, escolta armada e demais atividades

Atividade Principal 8011-1/01 - Atividades de vigilância e segurança privada

Atividade Secundária 8020-0/00 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança.

**CLAUSULA SEGUNDA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original e aditivos, que não foram modificadas por esta alteração contratual, permanecendo em pleno vigor.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 04 (Quatro) vias, processadas eletronicamente, da mesma forma e teor, para que produzam um só efeito, passando a vigorar no ato de assinatura deste instrumento de alteração do contrato social.

**Continuação da QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIAL  
DENOMINADA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**

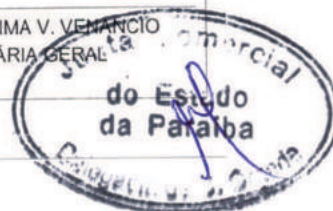
Campina Grande, PB 11 de Setembro de 2014

  
SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS  
CPF: 024.095.094-10

  
MICHELE ONIAS DE SOUZA  
CPF: 025.965.914-21

	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/09/2014 SOB Nº: 20140263373 Protocolo: 14/026337-3, DE 17/09/2014
Empresa: 25 2 0048862 8 FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	

  
MARIA DE FATIMA V. VENANCIO  
SECRETÁRIA GERAL



Continuidade da SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL  
DENOMINADA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA

Atividade Principal

8011-1/01 - Atividades de vigilância e segurança privada

Atividade Secundária

8020-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança.

**DAS RATIFICAÇÕES**

**CLAUSULA TERCEIRA** – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original e aditivos, que não foram modificadas por esta alteração contratual, permanecendo em pleno vigor.


E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via, processadas eletronicamente, da mesma forma e teor, para que produzam um só efeito, passando a vigorar no ato de assinatura deste instrumento de alteração do contrato social.

Campina Grande, PB 30 de Junho de 2016

SC  
CARTÓRIO

SC  
CARTÓRIO

  
SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS  
CPF: 024.095.094-10

  
MICHELE ONIAS DE SOUZA  
CPF: 025.965.914-21



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA -  
SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/07/2016 14:31  
SOB Nº 20160251753.  
PROTOCOLO: 160251753 DE 13/07/2016.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11601098306. NIRE:  
25200488628.  
FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA  
PATRIMONIAL LTDA

Maria de Fátima Ventura Venâncio  
SECRETÁRIA-GERAL

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE



JUCERN

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/07/2016 10:34 SOB Nº 24900290170.  
PROTOCOLO: 160170869 DE 21/07/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11601203673. NIRE: 24900290170.  
FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

Cleomar Oliveira Maia  
SECRETÁRIA-GERAL  
NATAL, 22/07/2016  
www.redesim.rn.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação



**SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIAL  
DENOMINADA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL  
LTDA**

Pelo presente instrumento particular, **SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Gurjão – PB, nascido em 07/04/1977, empresário, portador da cédula de identidade n.º. 1.170.000 - SSP-PB e CPF n.º. 024.095.094-10, residente e domiciliado na Rua: Reginaldo Cavalcante Pereira, 135 – CEP: 58.428-205 – Centenário, nesta cidade de Campina Grande - PB; **MICHELE ONIAS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, natural do Rio de Janeiro – RJ, nascida em 16/05/1978, empresária, RG: 1.977.571 - SSP-PB, CPF: 025.965.914-21, residente e domiciliado na Rua: Vinte e Sete de Julho, 308 – CEP: 58.428-220 - Centenário, nesta cidade de Campina Grande – PB, únicos sócios da sociedade empresária, **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, CNPJ: 10.446.347/0001-16, localizada na Rua: Estelita Cruz, 221 - CEP 58.401-470 – Alto Branco – Campina Grande – PB, cadastrada na JUCEP sob o NIRE 25 2 004 886 28, por despacho de 31/10/2008, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social mediante cláusulas e condições:

**ENDEREÇO DA FILIAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A sociedade de comum acordo entre os sócios resolvem abrir uma filial que se localizará na Rua: Potilândia, 216 - Nova Parnamirim - Parnamirim - RN - CEP 59.152-740.

**OBJETO SOCIAL**

**CLAUSULA SEGUNDA** – A filial terá como objeto social: Vigilância empresarial, bancária, comercial, eletrônica, serviços de rastreamento de veículos automotores, serviços de segurança privada e publica para os órgãos públicos ou empresas privadas, escolta armada.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/07/2016 14:31 SOB:  
Nº 20160251753.  
PROTOCOLO: 160251753 DE 13/07/2016. CÓDIGO  
DE VERIFICAÇÃO: 11601098306. NIRE:  
25200488628.  
FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA  
PATRIMONIAL LTDA

Maria de Fátima Ventura Venâncio  
SECRETÁRIA-GERAL  
JOÃO PESSOA, 13/07/2016

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET**

Código de Autenticação 10E9.A070.2643.2010

Cetidão gerada em 20/4/2017 11:23:58

PROTOCOLO SIARCO 17/946927-4

# CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

**EMPRESA** FORÇA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA  
**NIRE** 26.9.0072083-4  
**ATO** 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRES  
**EVENTO(S)** 029 - ABERTURA DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF

**ASSINADO POR**

**ARQUIVADO EM** 20/4/2017 11:23:58

**AUTENTICIDADE** 10E9.A070.2643.2010

Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=10E9A07026432010>

Recife, 20 de abril de 2017

*André Ayres Bezerra da Costa*  
André Ayres Bezerra da Costa  
Secretário Geral



Documento disponibilizado a 067.900.884-58 - DAIANA AMELIA DE ALMEIDA  
Data - 24/04/2017 09:21:09  
Código de Autenticação 10E9.A070.2643.2010  
Junta Comercial de Pernambuco  
Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=10E9A07026432010>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

CHANCELA DIGITAL

NIRE 26.9.0072083-4  
Nº PROTOCOLO 17/946927-4 PROTOCOLADO 17/4/2017 08:42:00  
Nº ARQUIVAMENTO 26900720834 ARQUIVADO 20/4/2017 11:23:58  
EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIA



# SETIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL DENOMINADA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA

Pelo presente instrumento particular, **SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Gurjão – PB, nascido em 07/04/1977, empresário, portador da cédula de identidade n.º. 1.170.000 - SSP-PB e CPF n.º. 024.095.094-10, residente e domiciliado na Rua: Reginaldo Cavalcante Pereira, 135 – CEP: 58.428-205 – Centenário, nesta cidade de Campina Grande - PB; **MICHELE ONIAS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, natural do Rio de Janeiro – RJ, nascida em 16/05/1978, empresária, RG: 1.977.571 - SSP-PB, CPF: 025.965.914-21, residente e domiciliado na Rua: Vinte e Sete de Julho, 308 – CEP: 58.428-220 - Centenário, nesta cidade de Campina Grande – PB, únicos sócios da sociedade empresária, **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, CNPJ: 10.446.347/0001-16, localizada na Rua: Estelita Cruz, 221 - CEP 58.401-470 – Alto Branco – Campina Grande – PB, cadastrada na JUCEP sob o NIRE 25.2004.886 28, por despacho de 31/10/2008, resolvem de comum acordo alterar seu contrato social mediante cláusulas e condições:

## ENDEREÇO DA FILIAL

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A sociedade de comum acordo entre os sócios resolvem abrir uma filial que se localizará na Rua: Professor Agamenon Magalhães, 381 – Vila Popular - Olinda - PE - CEP 53.230-010.

## OBJETO SOCIAL

**CLAUSULA SEGUNDA** – A filial terá como objeto social: Vigilância empresarial, bancária, comercial, eletrônica, serviços de rastreamento de veículos automotores, serviços de segurança privada e publica para os órgãos públicos ou empresas privadas, escolta armada.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE



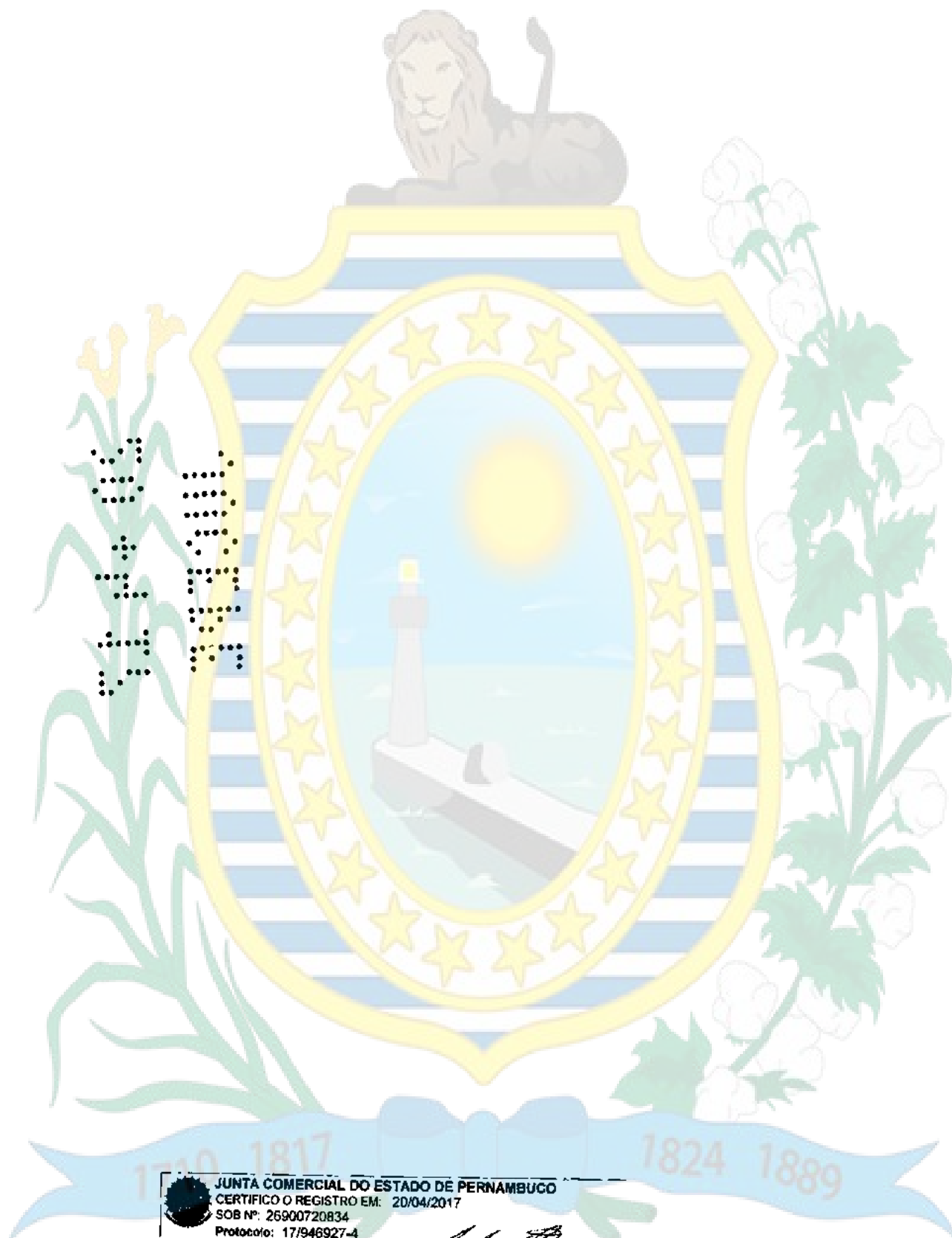
CERTIFICO O REGISTRO EM 19/01/2017 15:00 SOB Nº 20170018865.  
PROTOCOLO: 170018865 DE 18/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700222100. NIRE: 25200488628.  
FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

Maria de Fátima Ventura Venâncio  
SECRETÁRIA-GERAL  
JOÃO PESSOA, 19/01/2017  
www.rede-sim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais







**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/04/2017  
 SOB Nº: 26900720834  
 Protocolo: 17/946927-4

*[Assinatura]*  
**ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA**  
 SECRETARIO-GERAL

FORÇA ALERTA SEGURANÇA E  
 VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA



**Continuidade da SETIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIAL  
DENOMINADA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**

**Atividade Principal**

8011-1/01 - Atividades de vigilância e segurança privada

**Atividade Secundária**

8020-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança.

**DAS RATIFICAÇÕES**

**CLAUSULA TERCEIRA** – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original e aditivos, que não foram modificadas por esta alteração contratual, permanecendo em pleno vigor.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via, processadas eletronicamente, da mesma forma e teor, para que produzam um só efeito, passando a vigorar no ato de assinatura deste instrumento de alteração do contrato social.

Campina Grande, PB 16 de Janeiro de 2017



*Shigeaki Maracája Ramos*  
SHIGEAKI MARACÁJA RAMOS  
CPF: 024.095.094-10



*Michele Onias de Souza*  
MICHELE ONIAS DE SOUZA  
CPF: 025.965.914-21

1710 1817

1824 1889



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA – SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/01/2017 15:00 SOB Nº 20170018865.  
PROTOCOLO: 170018865 DE 18/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700222100. NIRE: 25200488628.  
FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

Maria de Fátima Ventura Venâncio  
SECRETÁRIA-GERAL  
JOÃO PESSOA, 19/01/2017  
[www.redesim.pb.gov.br](http://www.redesim.pb.gov.br)



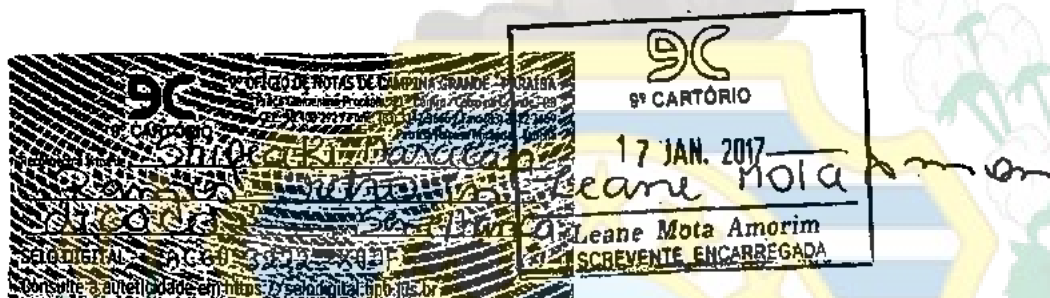
Documento disponibilizado a 067.900.884-58 - DAIANA AMELIA DE ALMEIDA  
Data - 20/4/2017 11:23:58  
Código de Autenticação 10E9.A070.2643.2010  
Junta Comercial de Pernambuco  
Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=10E9A07026432010>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

CHANCELA DIGITAL

NIRE 26.9.0072083-4  
Nº PROTOCOLO 17/946927-4 PROTOCOLADO 17/4/2017 08:42:00  
Nº ARQUIVAMENTO 26900720834 ARQUIVADO 20/4/2017 11:23:58  
EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL





*Poliana Cardoso*  
Poliana Cardoso  
Analista de Registro do Comércio  
Mat. 32484



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE**

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/01/2017 15:00 SOB Nº 20170018865.  
PROTOCOLO: 170018865 DE 19/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700222100. NIRE: 25200488628.  
FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA

Maria de Fátima Ventura Venâncio  
SECRETÁRIA-GERAL  
JOÃO PESSOA, 19/01/2017  
www.redesim.pb.gov.br

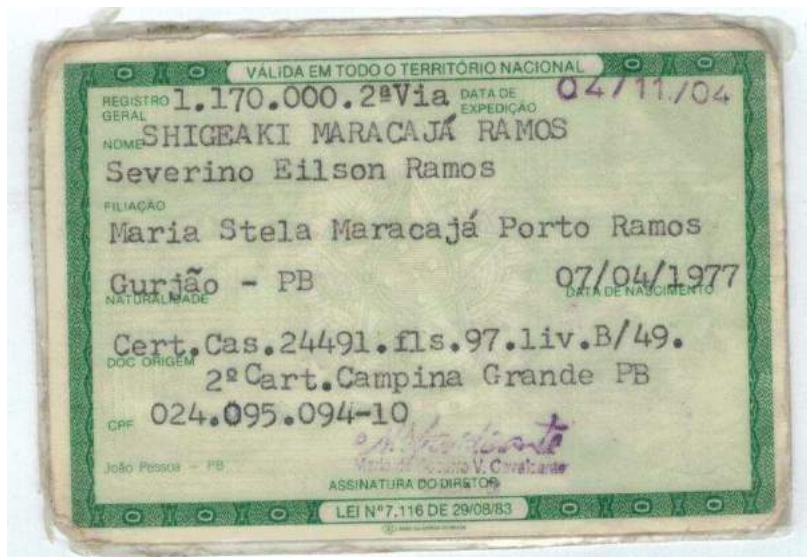


Documento disponibilizado a 067.900.884-58 - DAIANA AMELIA DE ALMEIDA  
Data - 20/4/2017 11:23:58  
Código de Autenticação 10E9.A070.2643.2010  
Junta Comercial de Pernambuco  
Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=10E9A07026432010>

CHANCELA DIGITAL  
NIRE 26.9.0072083-4  
Nº PROTOCOLO 17/946927-4 PROTOCOLADO 17/4/2017 08:42:00  
Nº ARQUIVAMENTO 26900720834 ARQUIVADO 20/4/2017 11:23:58  
EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL











**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>10.446.347/0001-16</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>31/10/2008</b>
NOME EMPRESARIAL <b>FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>FORCA ALERTA</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R ESTELITA CRUZ</b>	NÚMERO <b>221</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>58.401-470</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ALTO BRANCO</b>	MUNICÍPIO <b>CAMPINA GRANDE</b>
UF <b>PB</b>		ENDEREÇO ELETRÔNICO
TELEFONE <b>(83) 3341-1700</b>		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>31/10/2008</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/11/2019** às **15:36:43** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA**  
**CNPJ: 10.446.347/0001-16**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 13:19:52 do dia 01/11/2019 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 29/04/2020.

Código de controle da certidão: **AB9E.B6E7.B06D.A334**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**

# **C E R T I D ã O**

CÓDIGO: **75E2.8A75.2841.F585**

Emitida no dia 01/11/2019 às 15:38:31

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **10.446.347/0001-16**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.receita.pb.gov.br](http://www.receita.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS Nº 19160/2019**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL DO CONTRIBUINTE**

FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA

**CPF/CNPJ**

10.446.347/0001-16

**Endereço**

RUA ESTELITA CRUZ ,221

CEP: 58100-000 Alto Branco CAMPINA GRANDE - PB

Certificamos que, até a presente data, não constam em nossos arquivos, crédito tributário vencido, de responsabilidade do contribuinte acima qualificado, ficando ressalvado à Fazenda Municipal o direito de cobrar qualquer dívida que venha a ser apurada.

Certidão expedida com base nos artigos 151, 205 e 206 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66), com alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 104 de 10 de janeiro de 2001.

Certidão emitida com base na portaria PMCG/SEFIN/Nº 006, de 25/05/2009

Emitida em 01 de Outubro de 2019 às 14:47:17

**Válida por 90 (noventa) dias.**

**A autenticidade desta Certidão deverá ser conferida via internet, no site <http://campinagrande.giap.com.br/cidadao>, pelo agente recebedor.**

**Código de validação: 2OL83E0A**



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 10.446.347/0001-16

**Razão Social:** FORÇA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA ME

**Endereço:** R ESTELITA CRUZ 221 / ALTO BRANCO / CAMPINA GRANDE / PB / 58401-470

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 01/11/2019 a 30/11/2019

**Certificação Número:** 2019110105050217953245

Informação obtida em 01/11/2019 15:40:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.446.347/0001-16

Certidão nº: 188185027/2019

Expedição: 01/11/2019, às 15:40:47

Validade: 28/04/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.446.347/0001-16**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA

### FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 10.446.347/0001-16

Razão Social: FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

Nome Fantasia: FORCA ALERTA

**Certidão emitida às 11:01 de 16/10/2019.**

Validade 30 dias

- 
- 1- Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  - 2- O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  - 3- Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  - 4- A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  - 5- A pesquisa foi realizada em todos os sistemas processuais em funcionamento, exceto no sistema SEEU (Execuções Penais).
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **t0zT.JiVc**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

0473829

# ALVARÁ

LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO  
ENQUANTO ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS

CONCEDIDO AO CONTRIBUINTE

FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

RUA ESTELITA CRUZ nº 221 - Alto Branco CEP 58401-470 Campina Grande PB

CÓDIGO DE ATIVIDADE / ATIVIDADE PRINCIPAL

ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA

CÓDIGO DE ATIVIDADE / ATIVIDADES SECUNDÁRIAS

ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRONICO

CNPJ

10.446.347/0001-16

INÍCIO DA ATIVIDADE

01/11/2008

VALIDADE

30/10/2020

GRUPO

03

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO

49E3CE74F4AA1F7DE5  
A3037451EE028A

EMITIDO EM 30/10/2019

Maria das Graças Soares de Oliveira  
Agente Administrativo  
Matrícula: 22348

Leônidas Freire de Azevedo  
GERENTE  
12/02/2020

- ▶ Alteração de endereço, atividade, razão ou denominação social comunicar à Secretaria de Arrecação Tributária no prazo de 30 dias.
- ▶ Verificar a autenticidade digitando o Código de Validação no site: [www.pmcg.pb.gov.br](http://www.pmcg.pb.gov.br).
- ▶ Manter em local visível.



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

### TERMO DE VISTORIA

(ANEXO V)

Atesto que a empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 10.446.347/0001-16, representada pela Responsável Técnica, a Sra Cristiane de Souza Ramos, RG nº 1.659.854 SSP/PB, CPF nº 917.577.974 – 91, CRA/PB nº 3741, visando à elaboração de proposta relativa ao Pregão Eletrônico UFPB/SOF/CPL N° 017/2019, que objetiva a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço de vigilância armada e de vigilância armada e motorizada, mediante o fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e insumos necessários para atender as unidades da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em todos os seus Campi, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e em todos os seus anexos, vistoriou as dependências do Campus IV (localizada na cidade de Rio Tinto) da UFPB, tomando conhecimento de suas dimensões e condições, bem como estando ciente das dificuldades dos serviços e de seu local, e ainda responsabilizando-se pela correta entrega/fornecimento dos mesmos, bem como de materiais, se for o caso.

Rio Tinto-PB, 04 de novembro de 2019.

#### Representante da Empresa

Nome: Cristiane de Souza Ramos

R.G nº: 1.659.854, CPF nº 917.577.974 – 91, CRA/PB nº 3741

Assinatura:

*Cristiane de Souza Ramos*

*Cristiane de Souza Ramos*  
Administradora  
CRA/PB Nº 3741

*Cristiane de Souza Ramos*  
Sra. Cristiane de Souza Ramos

#### Representante da Instituição

Nome:

*Jefferson Rando Mendonça Pereira*

Cargo/Função:

*Assistente em administração*

Matrícula nº

*2713320*

Assinatura:

*Jefferson Rando Mendonça Pereira*





## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

### TERMO DE VISTORIA

(ANEXO V)

Atesto que a empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 10.446.347/0001-16, representada pela Responsável Técnica, a Sra Cristiane de Souza Ramos, RG nº 1.659.854 SSP/PB, CPF nº 917.577.974 – 91, CRA/PB nº 3741, visando à elaboração de proposta relativa ao Pregão Eletrônico UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019, que objetiva a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço de vigilância armada e de vigilância armada e motorizada, mediante o fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e insumos necessários para atender as unidades da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em todos os seus Campi, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e em todos os seus anexos, vistoriou as dependências do Campus IV (localizada na cidade de Mamanguape) da UFPB, tomando conhecimento de suas dimensões e condições, bem como estando ciente das dificuldades dos serviços e de seu local, e ainda responsabilizando-se pela correta entrega/fornecimento dos mesmos, bem como de materiais, se for o caso.

Mamanguape-PB, 04 de novembro de 2019.

#### Representante da Empresa

Nome: Cristiane de Souza Ramos

R.G nº: 1.659.854, CPF nº 917.577.974 – 91, CRA/PB nº 3741

Assinatura: Cristiane de Souza Ramos

#### Representante da Instituição

Nome: Jefferson Raul de Mendonça Pereira

Cargo/Função: Assistente em administração

Matrícula nº 2111320

Assinatura: Jefferson Raul de Mendonça Pereira

Cristiane de Souza Ramos  
Administradora  
CRA/PB Nº 3741

Jefferson Raul de Mendonça Pereira  
Assistente em administração





Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 10.446.347/0001-16  
Razão Social: FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA  
Nome Fantasia: FORCA ALERTA  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 22/05/2020

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta

**Níveis cadastrados:**

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN	Validade:	29/04/2020
FGTS	Validade:	30/11/2019
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	01/05/2020

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

Receita Estadual/Distrital	Validade:	01/01/2020
Receita Municipal	Validade:	01/01/2020

**V - Qualificação Técnica**

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 31/05/2020

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

**TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO**

Entidade: FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA  
Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/12/2018 CNPJ: 10.446.347/0001-16  
Número de Ordem do Livro: 6  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

**TERMO DE ABERTURA**

Nome Empresarial	FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA
NIRE	25200488628
CNPJ	10.446.347/0001-16
Número de Ordem	6
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	CAMPINA GRANDE
Data do arquivamento dos atos constitutivos	31/10/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2018
Quantidade total de linhas do arquivo digital	94264

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

Nome Empresarial	FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	6
Quantidade total de linhas do arquivo digital	94264
Data de início	01/01/2018
Data de término	31/12/2018

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 64.6C.FC.F0.4D.D7.93.35.02.40.27.0F.6B.55.2C.07.2F.76.24.18-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/12/2018 CNPJ: 10.446.347/0001-16

Número de Ordem do Livro: 6

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 19.498.487,94	R\$ 16.556.658,36
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 12.482.269,24	R\$ 12.378.039,74
DISPONÍVEL		R\$ 6.368.518,44	R\$ 6.955.017,02
CAIXA		R\$ 78.271,31	R\$ 38.545,39
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 5.566,97	R\$ 777.401,09
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 6.284.680,16	R\$ 6.139.070,54
CLIENTES		R\$ 2.537.268,09	R\$ 1.537.434,58
CLIENTE A RECEBER		R\$ 2.537.268,09	R\$ 1.537.434,58
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 3.576.482,71	R\$ 3.885.588,14
BANCOS CONTA VINCULADA		R\$ 1.105.035,41	R\$ 1.362.065,26
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS		R\$ 61.556,04	R\$ 80.329,75
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS		R\$ 0,00	R\$ 2.089,17
ADIANTAMENTOS		R\$ 823.812,50	R\$ 1.230.212,65
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		R\$ 1.548.699,01	R\$ 1.458.461,35
TRANSFERENCIAS RECURSOS ENTRE FILIAIS		R\$ 23.443,41	R\$ 0,00
SEGUROS A APROPRIAR		R\$ 13.936,34	R\$ 20.429,96
EMPRESTIMOS		R\$ 0,00	R\$ (268.000,00)
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 7.016.218,70	R\$ 4.178.618,62
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 5.969.253,86	R\$ 2.517.033,26
DEPÓSITOS JUDICIAIS		R\$ 0,00	R\$ 4.000,00
EMPRÉSTIMOS		R\$ 5.969.253,86	R\$ 2.513.033,26
INVESTIMENTOS		R\$ 56.582,71	R\$ 88.681,52
INVESTIMENTO		R\$ 56.582,71	R\$ 88.681,52
IMOBILIZADO		R\$ 990.382,13	R\$ 1.572.903,84
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ 107.522,76	R\$ 134.264,31
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		R\$ 732.452,32	R\$ 850.375,80
VEÍCULOS		R\$ 837.359,17	R\$ 1.512.426,61
(-) (-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL		R\$ (686.952,12)	R\$ (924.162,88)
PASSIVO		R\$ 19.498.487,94	R\$ 16.556.658,36
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 5.687.137,74	R\$ 5.508.517,79
FORNECEDORES		R\$ 52.797,62	R\$ 185.317,81
FORNECEDORES		R\$ 52.797,62	R\$ 185.317,81
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 251.951,80	R\$ 284.773,48
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R\$ 251.951,80	R\$ 284.773,48
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R\$ 5.144.398,17	R\$ 4.880.215,03
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R\$ 2.924.701,76	R\$ 1.937.790,43
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R\$ 499.936,12	R\$ 575.481,99
PROVISÕES		R\$ 1.719.760,29	R\$ 2.366.942,61
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R\$ 199.301,29	R\$ 128.781,79
ADIANTAMENTOS A CLIENTES		R\$ 97.042,40	R\$ 124.080,10
CONTAS A PAGAR		R\$ 93.301,91	R\$ 0,00
SEGUROS		R\$ 8.956,98	R\$ 4.701,69
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 38.688,86	R\$ 29.429,68
EMPRÉSTIMOS		R\$ 38.688,86	R\$ 29.429,68
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 9.753.344,01	R\$ 10.926.270,88
CAPITAL SOCIAL		R\$ 360.000,00	R\$ 360.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 360.000,00	R\$ 360.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 9.393.344,01	R\$ 10.566.270,88
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 9.393.344,01	R\$ 10.566.270,88
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 4.058.006,19	R\$ 121.869,69
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		R\$ 4.058.006,19	R\$ 121.869,69
EMPRÉSTIMOS		R\$ 1.887.041,46	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 0,00	R\$ 22.630,16
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R\$ 2.170.964,73	R\$ 99.239,53

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 64.6C.FC.F0.4D.D7.93.35.02.40.27.0F.6B.55.2C.07.2F.76.24.18-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/12/2018

CNPJ: 10.446.347/0001-16

Número de Ordem do Livro: 6

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

## Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Nota	Valor
RECEITA BRUTA		R\$ 46.098.630,86
SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ 46.098.630,86
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (3.973.249,38)
(-) (-) ISS		R\$ (2.289.205,51)
(-) (-) COFINS		R\$ (1.384.144,94)
(-) (-) PIS		R\$ (299.898,93)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 42.125.381,48
LUCRO BRUTO		R\$ 42.125.381,48
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (39.154.698,66)
(-) DESPESAS COM O PESSOAL		R\$ (36.164.770,76)
(-) EXAME ADMISSIONAL E DEMISSIOAL		R\$ (1.050,00)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (21.872.943,07)
(-) PRÓ-LABORE		R\$ (68.670,00)
(-) 13º SALÁRIO		R\$ (1.765.936,25)
(-) FÉRIAS		R\$ (2.067.629,95)
(-) INSS		R\$ (6.781.791,52)
(-) FGTS		R\$ (1.738.054,70)
(-) SEGUROS		R\$ (58.214,37)
(-) VALE TRANSPORTE		R\$ (312.487,18)
(-) FARDAMENTOS		R\$ (100.154,89)
(-) CURSOS RECICLAGENS/PSICOTECNICO		R\$ (109.761,05)
(-) RESCISÕES		R\$ (664.540,76)
(-) GRRF		R\$ (326.210,70)
(-) GRU JUDICIAL		R\$ (1.456,93)
(-) GPS JUDICIAL		R\$ (5.772,48)
(-) ACORDO		R\$ (239.539,47)
(-) MULTA DE TRANSITO		R\$ (1.206,31)
(-) OUTRAS DESPESAS C/ FUNCIONARIOS		R\$ (49.351,13)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (2.989.927,90)
(-) COMBUSTÍVEL		R\$ (164.538,68)
(-) FRETES E CARRETOS		R\$ (537,43)
(-) MANUTENCAO E REPARO DE VEICULO		R\$ (79.813,31)
(-) DESPESAS COM VIAGENS		R\$ (14.843,06)
(-) HOSPEDAGEM		R\$ (2.359,00)
(-) ALUGUÉIS		R\$ (135.944,00)
(-) DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS		R\$ (26,45)
(-) IPTU		R\$ (2.092,30)
(-) IPVA		R\$ (28.995,37)
(-) TAXAS DIVERSAS		R\$ (10.770,51)
(-) MULTAS DE MORA		R\$ (507,11)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R\$ (50.902,27)
(-) ÁGUA E ESGOTO		R\$ (5.826,03)
(-) INTERNET/TELEFONE		R\$ (38.143,71)
(-) DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS		R\$ (528,78)
(-) SEGUROS VEICULOS		R\$ (42.991,68)



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 25200488628	CNPJ 10.446.347/0001-16	
NOME EMPRESARIAL FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2018 a 31/12/2018
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 6
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 64.6C.FC.F0.4D.D7.93.35.02.40.27.0F.6B.55.2C.07.2F.76.24.18	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	04724467460	SIMONE ALBUQUERQUE DAMIAO:04724467460	736166149200183413 9	29/05/2019 a 29/05/2020	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10446347000116	FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL L: 10446347000116	720563768870837887 3	08/03/2019 a 08/03/2020	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

64.6C.FC.F0.4D.D7.93.35.02.40.27.0F.  
6B.55.2C.07.2F.76.24.18-4

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/05/2019 às 13:41:37

15.6E.E6.DC.98.81.19.AA  
10.88.D0.B8.7D.5C.C8.7D

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA  
Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/12/2018 CNPJ: 10.446.347/0001-16  
Número de Ordem do Livro: 6  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

### TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial: FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA  
NIRE: 25200488628  
CNPJ: 10.446.347/0001-16  
Número de Ordem: 6  
Natureza do Livro: Livro Diário  
Município: CAMPINA GRANDE  
Data do arquivamento dos atos constitutivos: 31/10/2008  
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
Data de encerramento do exercício social: 31/12/2018  
Quantidade total de linhas do arquivo digital: 94264

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - JUCEP  
DELEGACIA REGIONAL EM CAMPINA GRANDE



**Termo de Autenticação 19/004110-2**

O presente livro/ficha, por mim examinado e conferido, acha-se em conformidade com a legislação em vigor em seus termos de abertura e encerramento

CAMPINA GRANDE

MAYARA DA SILVA ZECA  
SUB SECRETARIO

07/06/2019  
Mayara da S. Zeca

### TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial: FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA  
Natureza do Livro: Livro Diário  
Número de ordem: 6  
Quantidade total de linhas do arquivo digital: 94264  
Data de início: 01/01/2018  
Data de término: 31/12/2018

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 64.6C.FC.F0.4D.D7.93.35.02.40.27.0F.6B.55.2C.07.2F.76.24.18-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1

Descrição	Nota	Valor
RECEITA BRUTA		R\$ 46.098.630,86
SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ 46.098.630,86
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (3.973.249,38)
(-) (-) ISS		R\$ (2.289.205,51)
(-) (-) COFINS		R\$ (1.384.144,94)
(-) (-) PIS		R\$ (299.898,93)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 42.125.381,48
LUCRO BRUTO		R\$ 42.125.381,48
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (39.154.698,66)
(-) DESPESAS COM O PESSOAL		R\$ (36.164.770,76)
(-) EXAME ADMISSIONAL E DEMISSIONAL		R\$ (1.050,00)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (21.872.943,07)
(-) PRÓ-LABORE		R\$ (68.670,00)
(-) 13º SALÁRIO		R\$ (1.765.936,25)
(-) FÉRIAS		R\$ (2.067.629,95)
(-) INSS		R\$ (6.781.791,52)
(-) FGTS		R\$ (1.738.054,70)
(-) SEGUROS		R\$ (58.214,37)
(-) VALE TRANSPORTE		R\$ (312.487,18)
(-) FARDAMENTOS		R\$ (100.154,89)
(-) CURSOS RECICLAGENS/PSICOTECNICO		R\$ (109.761,05)
(-) RESCISÕES		R\$ (664.540,76)
(-) GRRF		R\$ (326.210,70)
(-) GRU JUDICIAL		R\$ (1.456,93)
(-) GPS JUDICIAL		R\$ (5.772,48)
(-) ACORDO		R\$ (239.539,47)
(-) MULTA DE TRANSITO		R\$ (1.206,31)
(-) OUTRAS DESPESAS C/ FUNCIONARIOS		R\$ (49.351,13)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (2.989.927,90)
(-) COMBUSTÍVEL		R\$ (164.538,68)
(-) FRETES E CARRETOS		R\$ (537,43)
(-) MANUTENCAO E REPARO DE VEICULO		R\$ (79.813,31)
(-) DESPESAS COM VIAGENS		R\$ (14.843,06)
(-) HOSPEDAGEM		R\$ (2.359,00)
(-) ALUGUÉIS		R\$ (135.944,00)
(-) DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS		R\$ (26,45)
(-) IPTU		R\$ (2.092,30)
(-) IPVA		R\$ (28.995,37)
(-) TAXAS DIVERSAS		R\$ (10.770,51)
(-) MULTAS DE MORA		R\$ (507,11)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R\$ (50.902,27)
(-) ÁGUA E ESGOTO		R\$ (5.826,03)
(-) INTERNET/TELEFONE		R\$ (38.143,71)
(-) DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS		R\$ (528,78)
(-) SEGUROS VEICULOS		R\$ (42.991,68)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO		R\$ (4.457,61)
(-) MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA		R\$ (472,71)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		R\$ (700.395,31)
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		R\$ (237.210,76)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (3.258,62)
(-) DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS		R\$ (1.124,78)
(-) LIVROS, JORNAIS E REVISTAS		R\$ (600,00)
(-) JUROS PASSIVOS		R\$ (726,75)
(-) DESCONTO CONCEDIDOS		R\$ (72.425,28)
(-) JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		R\$ (567,33)
(-) JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ (109.098,57)
(-) MULTA DE TRÂNSITO		R\$ (1.337,37)
(-) DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO		R\$ (10.085,26)
(-) DESPESAS ESTACIONAMENTO		R\$ (130,50)
(-) TAXAS DETRAN		R\$ (9.050,41)
(-) TAXAS POLICIA FEDERAL		R\$ (43.876,19)
(-) THOMSON REUTERS BRASIL CONTEUDO E TECNOLOGIA LTDA		R\$ (13.124,72)
(-) SISTEMAS NETSPEED/SOFTCOM		R\$ (3.974,64)
(-) DESPESAS ADVOCATICIOS		R\$ (162.399,12)
(-) TAXA EMPREENDER		R\$ (13.640,05)
(-) DESPESAS OPERACIONAL		R\$ (507.652,18)
(-) MATERIAS PARA USO E CONSUMO		R\$ (307.785,42)
(-) DESPESAS COM CARTORIO		R\$ (220,48)
(-) MANUTENÇÃO E REPARO PREDIAL		R\$ (378,69)
(-) MANUTEÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (1.340,00)
(-) DESPESAS C/ FUNERAL		R\$ (6.500,00)
(-) BRINDES/CONFRATERNIZAÇÕES		R\$ (11.179,79)
(-) SEGURO GARANTIA		R\$ (5.121,79)
(-) PUBLICIDADE E PROPAGANDA		R\$ (56.978,00)
(-) CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES		R\$ (31.521,40)
(-) IOF		R\$ (7.906,59)
(-) IR S/ APLICAÇÃO		R\$ (803,28)
(-) CURSOS E APERFEIÇOAMENTO		R\$ (2.430,00)
(-) RETENÇÕES CAUTELAR		R\$ (77.086,61)
(-) EMPUNHADEIRA P/ REVOLVER		R\$ (6.248,00)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 115.781,02
JUROS ATIVOS		R\$ 95.793,17
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		R\$ 11.896,72
RENDIMENTO APLICAÇÕES		R\$ 8.091,13
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (97.464,78)
(-) JUROS DE MORA		R\$ (34.967,56)
(-) TARIFAS BANCÁRIAS		R\$ (62.497,22)
RESULTADO OPERACIONAL		R\$ 2.988.999,06
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R\$ 2.988.999,06
(-) PROVISÕES PARA IR E CSL		R\$ (992.259,69)
(-) (-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R\$ (269.009,92)
(-) (-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (723.249,77)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 1.996.739,37

Empresa: FORÇA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA  
C.N.P.J.: 10.446.347/0001-16  
Endereço: Rua ESTELITA CRUZ, 221, ALTO BRANCO, CAMPINA GRANDE/PB, CEP 58401-470  
Período: 01/01/2018 - 31/12/2018  
Irrsc. Junta Comercial: 25200488628 Data: 31/10/2008

Página: 0001  
Número livro: 0006

C O E F I C I E N T E S D E A N Á L I S E S  
Realizado em 31 de Dezembro de 2018

Índice de Liquidez Geral

I.L.G. =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não-Circulante}}$   
 $\frac{12.378.039,74 + 2.513.033,26}{5.508.517,79 + 121.869,69} = 2,64$

Índice de Liquidez Corrente

I.L.C. =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$   
 $\frac{12.378.039,74}{5.508.517,79} = 2,25$

Índice de Solvência Geral

I.S.G. =  $\frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não-Circulante}}$   
 $\frac{16.556.658,36}{5.508.517,79 + 121.869,69} = 2,94$

Capital Circulante Líquido

C.C.L. =  $\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$   
 $12.378.039,74 - 5.508.517,79 = 6.869.521,95$

Informações extraídas do Sped recibo:

64.6C.FC.F0.4D.D7.93.35.02.40.27.0F.  
6B.55.2C.07.2F.76.24.18-4



*[Handwritten Signature]*  
SHIGEAMI MARACAJA RAMOS  
DIRETOR  
CPF: 024.095.094-10

*[Handwritten Signature]*  
SIMONE ALBUQUERQUE DAMIÃO  
CRC - PB PB01215807  
CPF: 047.244.674-60



Reconheço, por semelhança, a(s) firma(s) de:.....  
SIMONE ALBUQUERQUE DAMIÃO\*\*\*\*\*  
SHIGEAMI MARACAJA RAMOS\*\*\*\*\*  
Em testada verdade, Campina Grande-PB 07/06/2019 12:14:47  
Fernanda Patricia Dantas de Silva Camilo - Escrevente  
[2019-007432]EMOLIR# 19,82 FARFEN:R# 0,58 FEPJ:R# 3,6 ISS:  
SELO DIGITAL: AIQ54674-PWNA, AIQ54675-CPFC  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

*[Handwritten Signature]*  
Fernanda Patricia D. S. Camilo  
ESCREVENTE  
9º OFÍCIO DE NOTAS



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE**  
**DO ESTADO DA PARAÍBA**

	CATEGORIA CONTADOR NOME SIMONE ALBUQUERQUE DAMIÃO	Nº DO REGISTRO PB-012158/O-7
---	--	---------------------------------

FILIAÇÃO  
SEVERINO DAMIÃO FILHO  
MARIA DAS NEVES ALBUQUERQUE DAMIÃO

*Simone Albuquerque Damião*  
 ASSINATURA DO PROFISSIONAL





NASCIMENTO 22/11/1982	NACIONALIDADE BRASILEIRA	NATURALIDADE CAMPINA GRANDE-PB
DIPLOMAÇÃO 22/01/2011	CPF 047.244.874-00	RG 2858006 SSP-PB

TÍTULO  
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)  
UNESB - UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPINA GRANDE

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.





DATA DE EXPEDIÇÃO  
17/08/2016

Garibaldi Dantas Filho  
PRESIDENTE DO CRC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PARAÍBA

### CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PARAÍBA** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

#### IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: SIMONE ALBUQUERQUE DAMIÃO
REGISTRO.....	: PB-012158/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 047.244.674-60

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPB contra o referido registro.

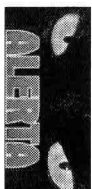
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: JOÃO PESSOA, 17.10.2019 as 17:19:13.

Válido até: 01.01.2020.

Código de Controle: 199223.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.



**FORÇA ALERTA**  
Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - PB  
Tela Fax: (35) 3341-1132 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [colaborador@forcaalerta.com.br](mailto:colaborador@forcaalerta.com.br)

A  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREGÃO ELETRÔNICO UPPB/SOF/CPL Nº 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2307.4.02/886/2019-99

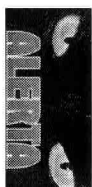
PREZADOS SENHORES,

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E/OU COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
VIGENTES NA DATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO

Declaramos que a empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, matriz inscrita no CNPJ (ME) nº 10.446.347/0001-16, localizada na Rua: Estelita Cruz, nº 221 - Alto Branco - Campina Grande/PB, e as demais filiais vinculadas a matriz por meio das CNPJ nº 10.446.347/0002-05 (Filial Rio Grande do Norte) e CNPJ nº 10.446.347/0003-88 (Filial Pernambuco), possuem os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e com Administração Pública, até a data da abertura do certame (06 de novembro de 2019):

Nome do Órgão/Empresa	CNPJ	Endereço	Nº/Ano do Contrato	Prazo inicial de vigência (sem as prorrogações)	Vigência contratual prorrogável? (marcar/completar, conforme o caso)	Período de Vigência de 12 meses (*)	Valor MENSAL do contrato	Valor ANUAL do contrato
CAMPINA COMERCIO DE ALIMENTOS	CNPJ nº 14.593.684/0001-97	Rua Severino Candido Fernandes, nº 66, Carolê, Campina Grande/PB	011/2013	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	04/03/2019 a 04/03/2020	R\$ 2.109,43	R\$ 25.313,16
CESED/FAÇISA/FCM	CNPJ nº 02.108.023/0001-40	Rua Professora Luiza Bezerra Moura, nº 200, Carolê, Campina Grande/PB	010/2013	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	15/01/2019 a 15/01/2020	R\$ 85.541,60	R\$ 1.026.499,20
CIPAN-PB	CNPJ nº 09.991.639/0002-31	Rodovia BR 104, Km 134, Zona Rural, Queimadas-PB	001/2011	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	01/06/2019 a 01/06/2020	R\$ 22.000,00	R\$ 264.000,00
CIPAN-PE	CNPJ nº 09.991.639/0001-50	Av. João Soares Machado, nº 1300, Distrito Industrial, Mod II, Camamu-PE	018/2018	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	01/08/2019 a 01/08/2020	R\$ 28.900,00	R\$ 346.800,00
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	CNPJ nº 29.979.036/0162-25	Rua Barão do Abaeté, nº 73, Centro, João Pessoa/PB (Obs: os serviços são prestados em diversos locais, no estado da Paraíba)	039/2016	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	30/12/2018 a 30/12/2019	R\$ 269.607,92	R\$ 3.235.295,04
Juana Comercial do Estado - Paraíba	CNPJ nº 08.331.175/0001-93	Av. Princesa Isabel, 755, Centro, João Pessoa/PB	010/2015	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	02/12/2019 a 02/12/2020	R\$ 14.928,92	R\$ 179.147,04
Mercedinho Farias (II)	CNPJ nº 12.919.734/0003-10	Av. João Lourenço Porto, nº 374, Centro, Campina Grande-PB	004/2009	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	30/09/2019 a 30/09/2020	R\$ 4.172,54	R\$ 50.070,48
Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba - SE/EPB	CNPJ nº 08.778.250/0001-69	Av. João da Mata, s/n, Bloco I, 6º andar, Centro Administrativo do Estado, Jaguaribe, João Pessoa/PB	084/2015	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	29/12/2018 a 28/12/2019	R\$ 477.600,90	R\$ 5.731.210,80
Secretaria de Estado da Receita - Paraíba - SFR/PB	CNPJ nº 08.761.132/0001-48	Rua João da Mata, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB	075/2015	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	22/11/2018 a 21/11/2019	R\$ 77.500,65	R\$ 930.007,80
CORREIOS/PB	CNPJ nº 34.028.316/0001-32	Rodovia BR 230, Km 24,5, Cristo Redentor, João Pessoa/PB	014/2018 - 015/2018	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	13/11/2018 a 13/11/2019	R\$ 548.658,68	R\$ 6.583.904,16
PBGas	CNPJ nº 00.371.600/0001-66	Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 4756, Cabo Branco, João Pessoa/PB	022/2016	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	05/09/2019 a 05/09/2020	R\$ 16.765,68	R\$ 201.188,16
PB-Prev	CNPJ nº 06.121.067/0001-60	Av. Rio Grande do Sul, s/n, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB	004/2016	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	29/04/2019 a 30/04/2020	R\$ 63.440,48	R\$ 761.285,76
JORNAL CORREIO DA PARAIBA LTDA	CNPJ nº 09.111.832/0001-50	Av. Dm Pedro II, 623, Centro, João Pessoa/PB	008/2015	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	30/06/2019 a 30/06/2020	R\$ 7.974,54	R\$ 95.604,48
UEPB	CNPJ nº 12.671.814/0001-37	Rua Baraunas, 351, Bairro Universitário, Campina Grande/PB (Obs: diversos campus)	1049/2015	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	26/09/2019 a 26/09/2020	R\$ 431.529,08	R\$ 5.178.348,96
UFPG (Cajazeiras)	CNPJ nº 05.055.128/0001-76	Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n, Casas Populares, Cajazeiras/PB	057/2014	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	02/01/2019 a 02/01/2020	R\$ 120.296,43	R\$ 1.443.557,16
UFPG (Cuité)	CNPJ nº 05.055.128/0001-76	Olho D'Água da Bica, S/N, Cuité/PB	052/2014	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	13/12/2018 a 13/12/2019	R\$ 80.080,80	R\$ 961.077,60
UFPG (Souza)	CNPJ nº 05.055.128/0001-76	BR 230, Km 466,5, Jardim Sorilândia, Souza/PB	012/2018	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. ( ) NÃO.	10/09/2019 a 10/09/2020	R\$ 115.984,82	R\$ 1.391.817,84

Matriz PARAIBA - Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande  
RIO GRANDE DO NORTE - Rua Potilândia, 216, Nova Parnamirim - Parnamirim  
PERNAMBUCO - Rua Professor Agamenon Mogilhes, 381, Vila Popular - Olinda



**FORÇA ALERTA**  
Rua Esplendor Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - PB  
Tela Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.547/0001-16  
E-mail: [esplendor@forcaalerta.com.br](mailto:esplendor@forcaalerta.com.br)

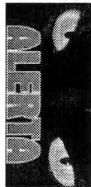
IBAMA (Rio Grande do Norte)	CNPJ nº 03.659.166/0001-02	Av. Alexandrino de Alencar, 1399, Tirol, Natal/RN	003/2017	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	24/03/2019 a 24/03/2020	R\$	42.302,66	R\$	507.631,92
TRT 13 Região	CNPJ nº 02.658.544/0001-70	Av. Cordeiro Soares de Oliveira, s/n, Centro, João Pessoa/PB	006/2017	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	26/04/2019 a 25/04/2020	R\$	183.180,82	R\$	2.198.169,84
FUEREN (Demais cidades)	CNPJ nº 08.258.295/0001-02	BR 110, Km 46, s/n, bairro Costa e Silva, Mossoró/RN	085/2017	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	23/12/2018 a 23/12/2019	R\$	203.230,66	R\$	2.438.767,92
FUEREN (Mossoró)	CNPJ nº 08.258.295/0001-02	BR 110, Km 46, s/n, bairro Costa e Silva, Mossoró/RN	086/2017	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	02/02/2019 a 02/02/2020	R\$	447.053,20	R\$	5.364.638,40
INPE/RN	CNPJ nº 01.263.896/0007-50	Rua Carlos Serrano, 2073, Lagoa Nova, Natal/RN	03.06.010.0	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	01/01/2019 a 01/01/2020	R\$	37.441,72	R\$	449.300,64
SFA/RN	CNPJ nº 00.396.895/0001-54	Av. Eng. Hildebrando de Góis, 150, Ribeira, Natal/RN	001/2018	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	01/01/2019 a 31/12/2019	R\$	47.280,00	R\$	567.360,00
SFA/PE	CNPJ nº 00.396.895/0002-79	Av. General San Martin, 1000, Cordeiro, Recife/PE	007/2018	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	02/01/2019 a 01/01/2020	R\$	58.301,39	R\$	699.616,68
CONDOMÍNIO TERRAS ALPHAVILLE CAMPINA GRANDE	CNPJ nº 29.505.540/0001-09	Av. João Wallig, S/N, Igarapé, Campina Grande/PB	001/2018	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	04/02/2019 a 04/02/2020	R\$	16.729,60	R\$	200.755,20
AGRESTE COMÉRCIO ATACADO E VAREJO LTDA	CNPJ nº 27.013.873/0003-57	Rua Odon Bezerra, 456, Liberdade, Campina Grande/PB	020/2018	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	14/12/2018 a 14/12/2019	R\$	16.400,00	R\$	196.800,00
FARMÁCIA DIAS LTDA	CNPJ nº 07.275.031/0001-02	Av. Assis Chateaubriand, 2069, Tambor, Campina Grande/PB	010/2018	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	01/08/2019 a 01/08/2020	R\$	3.025,00	R\$	36.300,00
GIOVANNI TRANSMISSORA DE ENERGIA AS	CNPJ nº 26.896.005/0003-08	Rua Padre José Tomaz, 161, Centro, Andar 2, Calzetiras/PB	004/2019	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	26/04/2019 a 26/04/2020	R\$	11.666,67	R\$	140.000,04
CONDOMÍNIO HERON MARINHO BUSINESS E LIVING	CNPJ nº 33.113.166/0001-73	Rua Jose Bernardino, 97, Vila Cabral, Campina Grande/PB	002/2019	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	28/03/2019 a 28/03/2020	R\$	14.500,00	R\$	174.000,00
CLUBE CAMPESTRE	CNPJ nº 08.580.409/0001-36	Av. Elpidio de Almeida, 2350, Carole, Campina Grande/PB	003/2019	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	17/04/2019 a 17/04/2020	R\$	4.200,00	R\$	50.400,00
CENTRO EDUCACIONAL SANTA CLARA LTDA	CNPJ nº 03.157.168/0001-01	Rua Cristina Procópio da Silva, 571, Carole, Campina Grande/PB	009/2019	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	29/05/2019 a 29/05/2020	R\$	5.300,00	R\$	63.600,00
V UCHOA PRODUTOS PARA PISCINAS LTDA	CNPJ nº 13.744.240/0001-53	Rua Manoel Gonçalves de Guimarães, 100, Carole, Campina Grande/PB	005/2019	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	07/05/2019 a 07/05/2020	R\$	3.500,00	R\$	42.000,00
FELIPE ARAUJO REUL	CNPJ nº 33.024.227/0001-26	Rua Vigário Calixto, nº 1395, Igarapé, Campina Grande/PB	018/2019	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	24/08/2019 a 24/08/2020	R\$	1.500,00	R\$	18.000,00
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAIBA - TJPB	CNPJ nº 09.283.185/0001-63	Praça João Pessoa, s/nº Centro, João Pessoa/PB	019/2019	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	26/08/2019 a 26/08/2020	R\$	195.765,28	R\$	2.349.183,56
UFMG (Campina Grande)	CNPJ nº 05.055.128/0001-76	Rua Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário, Campina Grande/PB	016/2019	12 meses	(X) SIM, a cada 12 meses, até o limite de 60 meses. (NÃO.	02/10/2019 a 02/10/2020	R\$	315.586,54	R\$	3.787.038,48
VALOR TOTAL DOS CONTRATOS (somatório da coluna "Valor Anual")							R\$		R\$	47.688.780,12

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019

Shirley Marceneiro Ramos  
Sócio - Diretor  
RG: 1.170.000 - SSP-PB  
CPF - 024.095.094-10

MATRIZ PARAIBA - Rua Esplendor Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande  
RIO GRANDE DO NORTE - Rua Portilândia, 216, Nova Parnamirim - Parnamirim  
PERNAMBUCO - Rua Professor Agamenon Mogalães, 381, Vila Popular - Olinda





**FORÇA ALERTA**  
Rua Estrelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - PB  
Tel/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.144.347/0001-16  
E-mail: [concursoale2@forcaalerta.com.br](mailto:concursoale2@forcaalerta.com.br)

A  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

PREZADOS SENHORES,

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1	R\$ 10.926.270,88 x 12 > 1
Valor total dos contratos	R\$ 47.688.780,12

Resultado =

2,75

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

CÁLCULO/JUSTIFICATIVA DA VARIAÇÃO PERCENTUAL CONSTANTE NA DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM RELAÇÃO À RECEITA BRUTA

1. Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a administração pública em relação à receita bruta.

(Valor da receita bruta – Valor total dos contratos) x 100 =

Valor da receita bruta

3,45

2. JUSTIFICATIVA PARA A DIVERGÊNCIA PERCENTUAL SUPERIOR OU INFERIOR A 10% (DEZ POR CENTO)

**Justificativa à Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a administração pública em relação à receita bruta:** Com o encerramento de alguns contratos, como também a prestação de serviços temporários no exercício de 2018, não firmando os contratos a longo prazo, sendo estes valores lançados no livro da empresa durante o exercício de 2018, e não sendo outros contratos prorrogados por parte dos contratantes, e sendo outros contratos iniciados ou já repactuados pela empresa no ano 2019, apresenta-se a divergência de percentuais entre os contratos vigentes e receita bruta.

Referências e valores:

VALOR DA RECEITA BRUTA (conforme Balanço Patrimonial 2018)  
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL) (conforme Balanço Patrimonial 2018)

VALOR TOTAL DOS CONTRATOS

CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (CCL) - Ativo Circulante-Passivo Circulante (conforme Balanço Patrimonial 2018)  
ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO G4

PL IGUAL OU SUPERIOR A 10% DO ESTIMADO G4  
CCL IGUAL OU SUPERIOR A 16,66% DO ESTIMADO G4

R\$	46.098.630,86
R\$	10.926.270,88
R\$	47.688.780,12
R\$	6.869.521,95
R\$	637.647,36
R\$	63.764,74
R\$	106.232,05

Sérgio Marcondes Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024.095.094-10

Maria PARAIBA - Rua Estrelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande  
RIO GRANDE DO NORTE - Rua Potilândia, 216, Nova Parnamirim - Parnamirim  
PERNAMBUCO - Rua Professor Agamenon Magalhães, 381, Vila Popular - Olinda

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019

Descrição	Nota	Valor
RECEITA BRUTA		R\$ 46.098.630,86
SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ 46.098.630,86
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (3.973.249,38)
(-) (-) ISS		R\$ (2.289.205,51)
(-) (-) COFINS		R\$ (1.384.144,94)
(-) (-) PIS		R\$ (299.898,93)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 42.125.381,48
LUCRO BRUTO		R\$ 42.125.381,48
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (39.154.698,66)
(-) DESPESAS COM O PESSOAL		R\$ (36.164.770,76)
(-) EXAME ADMISSIONAL E DEMISSIONAL		R\$ (1.050,00)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (21.872.943,07)
(-) PRÓ-LABORE		R\$ (68.670,00)
(-) 13º SALÁRIO		R\$ (1.765.936,25)
(-) FÉRIAS		R\$ (2.067.629,95)
(-) INSS		R\$ (6.781.791,52)
(-) FGTS		R\$ (1.738.054,70)
(-) SEGUROS		R\$ (58.214,37)
(-) VALE TRANSPORTE		R\$ (312.487,18)
(-) FARDAMENTOS		R\$ (100.154,89)
(-) CURSOS RECICLAGENS/PSICOTECNICO		R\$ (109.761,05)
(-) RESCISÕES		R\$ (664.540,76)
(-) GRRF		R\$ (326.210,70)
(-) GRU JUDICIAL		R\$ (1.456,93)
(-) GPS JUDICIAL		R\$ (5.772,48)
(-) ACORDO		R\$ (239.539,47)
(-) MULTA DE TRANSITO		R\$ (1.206,31)
(-) OUTRAS DESPESAS C/ FUNCIONARIOS		R\$ (49.351,13)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (2.989.927,90)
(-) COMBUSTÍVEL		R\$ (164.538,68)
(-) FRETES E CARRETOS		R\$ (537,43)
(-) MANUTENCAO E REPARO DE VEICULO		R\$ (79.813,31)
(-) DESPESAS COM VIAGENS		R\$ (14.843,06)
(-) HOSPEDAGEM		R\$ (2.359,00)
(-) ALUGUÉIS		R\$ (135.944,00)
(-) DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS		R\$ (26,45)
(-) IPTU		R\$ (2.092,30)
(-) IPVA		R\$ (28.995,37)
(-) TAXAS DIVERSAS		R\$ (10.770,51)
(-) MULTAS DE MORA		R\$ (507,11)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R\$ (50.902,27)
(-) ÁGUA E ESGOTO		R\$ (5.826,03)
(-) INTERNET/TELEFONE		R\$ (38.143,71)
(-) DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS		R\$ (528,78)
(-) SEGUROS VEICULOS		R\$ (42.991,68)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO		R\$ (4.457,61)
(-) MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA		R\$ (472,71)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		R\$ (700.395,31)
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		R\$ (237.210,76)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (3.258,62)
(-) DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS		R\$ (1.124,78)
(-) LIVROS, JORNAIS E REVISTAS		R\$ (600,00)
(-) JUROS PASSIVOS		R\$ (726,75)
(-) DESCONTO CONCEDIDOS		R\$ (72.425,28)
(-) JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		R\$ (567,33)
(-) JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ (109.098,57)
(-) MULTA DE TRÂNSITO		R\$ (1.337,37)
(-) DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO		R\$ (10.085,26)
(-) DESPESAS ESTACIONAMENTO		R\$ (130,50)
(-) TAXAS DETRAN		R\$ (9.050,41)
(-) TAXAS POLICIA FEDERAL		R\$ (43.876,19)
(-) THOMSON REUTERS BRASIL CONTEUDO E TECNOLOGIA LTDA		R\$ (13.124,72)
(-) SISTEMAS NETSPEED/SOFTCOM		R\$ (3.974,64)
(-) DESPESAS ADVOCATICIOS		R\$ (162.399,12)
(-) TAXA EMPREENDER		R\$ (13.640,05)
(-) DESPESAS OPERACIONAL		R\$ (507.652,18)
(-) MATERIAS PARA USO E CONSUMO		R\$ (307.785,42)
(-) DESPESAS COM CARTORIO		R\$ (220,48)
(-) MANUTENÇÃO E REPARO PREDIAL		R\$ (378,69)
(-) MANUTEÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (1.340,00)
(-) DESPESAS C/ FUNERAL		R\$ (6.500,00)
(-) BRINDES/CONFRATERNIZAÇÕES		R\$ (11.179,79)
(-) SEGURO GARANTIA		R\$ (5.121,79)
(-) PUBLICIDADE E PROPAGANDA		R\$ (56.978,00)
(-) CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES		R\$ (31.521,40)
(-) IOF		R\$ (7.906,59)
(-) IR S/ APLICAÇÃO		R\$ (803,28)
(-) CURSOS E APERFEIÇOAMENTO		R\$ (2.430,00)
(-) RETENÇÕES CAUTELAR		R\$ (77.086,61)
(-) EMPUNHADEIRA P/ REVOLVER		R\$ (6.248,00)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 115.781,02
JUROS ATIVOS		R\$ 95.793,17
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		R\$ 11.896,72
RENDIMENTO APLICAÇÕES		R\$ 8.091,13
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (97.464,78)
(-) JUROS DE MORA		R\$ (34.967,56)
(-) TARIFAS BANCÁRIAS		R\$ (62.497,22)
RESULTADO OPERACIONAL		R\$ 2.988.999,06
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R\$ 2.988.999,06
(-) PROVISÕES PARA IR E CSL		R\$ (992.259,69)
(-) (-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R\$ (269.009,92)
(-) (-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (723.249,77)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 1.996.739,37



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA

### FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 10.446.347/0001-16

Razão Social: FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

Nome Fantasia: FORCA ALERTA

**Certidão emitida às 11:01 de 16/10/2019.**

Validade 30 dias

- 
- 1- Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  - 2- O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  - 3- Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  - 4- A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  - 5- A pesquisa foi realizada em todos os sistemas processuais em funcionamento, exceto no sistema SEEU (Execuções Penais).
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **t0zT.JiVc**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 ☎ www.azevedobastos.net.br - Tel.: (83) 3244-5404 - Fax: (83) 3244-5404

**Autenticação Digital**

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05151209181625010752-1; Data: 12/09/2018 16:28:49**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHM19516-R935;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,23  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Válter de Miranda Cavalcanti  
Titular

**CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Conselho Federal de Administração  
Conselho Regional de Administração

Registro: **CRA - PB N° 3741** Data do Registro: **10/02/2009** 1ª VIA

Nome: **CRISTIANE DE SOUZA RAMOS**

Assinatura do Portador: *Cristiane de Souza Ramos*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI N° 6.206/75

Nacionalidade: **BRASILEIRA** Naturalidade: **RIO DE JANEIRO/RJ** Data de Nascimento: **16/4/1974**

RG: **1659854** Órgão Expedidor: **SSP/PB** Expedição do RG: **24/3/1999** CPF: **917.577.974-91**

Filiação: **VALMI LUIZ DE SOUZA**  
**BENIGNA ONIAS DE SOUZA**

Diplomado por: **FACISA** Registro MEC N°: **07**

Identidade profissional de ADMINISTRADOR, habilitado na forma da alínea **a** do Art. 3º, da Lei n° 4.769 de 09/09/1965.

João Pessoa/PB, 4/1/2012  
Local e Data de Expedição

Adm. Moisés Marques da Silva  
Presidente do CRA



## Atestado de Capacidade Técnica

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa Força Alerta Segurança e Vigilância Patrimonial LTDA, situada na Rua Estelita Cruz, nº 221, Alto Branco – Campina Grande-PB, inscrita no CNPJ 10.446.347/0001-16, manteve com a Universidade Federal da Paraíba o Contrato UFPB/PU/Nº 063/2014, que teve como objeto, a prestação de serviços de Vigilância Armada e Motorizada nos períodos diurno e noturno, no regime de 12 x 36h, para atender as necessidades dos Campi I a IV da UFPB, conforme quantitativos constantes no quadro a seguir:

Item	Campus/ Cidade	Unid.	Turno	Quant.	Valor mensal por posto (e)	Valor total mensal	valor total anual (estimado) h = (f x 12)
1	João Pessoa	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	35	R\$ 6.156,00	R\$ 215.460,00	R\$ 2.585.520,00
2	João Pessoa	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	41	R\$ 7.335,89	R\$ 300.771,49	R\$ 3.609.257,88
3	João Pessoa	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Diurno	4	R\$ 6.225,71	R\$ 24.902,84	R\$ 298.834,08
4	João Pessoa	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Noturno	5	R\$ 7.764,33	R\$ 38.821,65	R\$ 465.859,80
5	Areia	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	5	R\$ 6.140,75	R\$ 30.703,75	R\$ 368.445,00
6	Areia	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	5	R\$ 7.214,50	R\$ 36.072,50	R\$ 432.870,00
7	Areia	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Diurno	2	R\$ 6.301,82	R\$ 12.603,64	R\$ 151.243,68
8	Areia	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Noturno	2	R\$ 7.880,93	R\$ 15.761,86	R\$ 189.142,32
9	Bananeiras	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	4	R\$ 6.335,04	R\$ 25.340,16	R\$ 304.081,92
10	Bananeiras	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	4	R\$ 7.894,40	R\$ 31.577,60	R\$ 378.931,20
11	Bananeiras	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Diurno	2	R\$ 6.301,80	R\$ 12.603,60	R\$ 151.243,20
12	Bananeiras	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Noturno	2	R\$ 7.880,49	R\$ 15.760,98	R\$ 189.131,76
13	Mamanguape	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	5	R\$ 6.320,26	R\$ 31.601,30	R\$ 379.215,60
14	Mamanguape	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	5	R\$ 7.883,35	R\$ 39.416,75	R\$ 473.001,00
16	Mamanguape	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Noturno	1	R\$ 7.881,01	R\$ 7.881,01	R\$ 94.572,12

13	Rio Tinto	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	5	R\$ 6.320,26	R\$ 31.601,30	R\$ 379.215,60
14	Rio Tinto	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	5	R\$ 7.883,35	R\$ 39.416,75	R\$ 473.001,00

15	Rio Tinto	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Diurno	1	R\$ 6.318,13	R\$ 6.318,13	R\$ 75.817,56
<b>Valor Total</b>						<b>R\$ 916.615,31</b>	<b>R\$ 10.999.383,72</b>

Atestamos ainda, que os serviços de que trata o referido contrato foram prestados de forma satisfatória, de 22/10/2014 até 30/10/2017, não constando em nossos arquivos e registros nada que venha a desabonar sua idoneidade técnica e administrativa, no que diz respeito à obrigação contratual.



**João de Deus das Neves**  
Gerente Planejamento Segurança  
SIAPE - 1116741

João Pessoa, 05 de novembro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
Saint Clair Fernandes de Avelar  
Superintendente de Segurança Institucional da UFPB  
SIAPE 63325191



**CONTRATO UFPB/PU/Nº 063/2014**

**TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E A EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ Nº 10.446.347/0001-16, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ÂMBITO DOS CAMPI I AO IV DA UFPB, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:**

A União, Por intermédio da Reitoria da **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**, doravante denominada apenas Reitoria, estabelecida na Cidade Universitária – João Pessoa / PB, Campus I, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 24.098.477/0001-10, neste ato representada pela Reitora, **PROF.<sup>a</sup> MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ**, portadora da cédula de identidade RG. Nº 394.612 SSP/PB e CPF Nº 323.157.164-20, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a Empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, CNPJ Nº 10.446.347/0001-16, sediada à Rua Estelita Cruz Nº 221, Alto Branco – Campina Grande / PB, CEP: 58.401-470 e Base Operacional na Av. Nossa Senhora de Fátima Nº 1944, Torre – João Pessoa / PB, Fone: (83) 3341-1700 / 3321-6170, E-mail: [diretoria@grupoalertasv.com.br](mailto:diretoria@grupoalertasv.com.br) / [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela **SR. SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS**, portador da cédula de identidade RG. Nº 1.170.000 SSP/PB e CPF Nº 024.095.094-10, tendo em vista o que consta no **Processo UFPB/PU Nº 000798/2013** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, **RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico UFPB/PU Nº 011/2013**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.





## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E MOTORIZADA NOS PERÍODOS DIURNO E NOTURNO NO REGIME 12 X 36, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS CAMPUS I AO IV DA UFPB.**

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

CAMPUS/CIDADE	UNID	QUANT.	TURNO	VALOR MENSAL POR POSTO (E)	VALOR TOTAL MENSAL POSTO F = (C X E)	VALOR ANUAL POR POSTO G = (E X 12)	VALOR TOTAL ANUAL (ESTIMADO) H = (F X 12)
JOÃO PESSOA	Posto 12x36 Vig. Armada	25	DIURNO	5.337,94	133.448,50	64.055,28	1.601.382,00
JOÃO PESSOA	Posto 12x36 Vig. Armada	32	NOTURNO	6.333,66	202.677,12	76.003,92	2.432.125,44
JOÃO PESSOA	Posto 12x36 Armada/Motorizada	3	DIURNO	5.406,67	16.220,01	64.880,04	194.640,12
JOÃO PESSOA	Posto 12x36 Armada/Motorizada	4	NOTURNO	6.739,47	26.957,88	80.873,64	323.494,56
AREIA	Posto 12x36 Vig. Armada	5	DIURNO	5.311,16	26.555,80	63.733,92	318.669,60
AREIA	Posto 12x36 Vig. Armada	5	NOTURNO	6.217,22	31.086,10	74.606,64	373.033,20
AREIA	Posto 12x36 Armada/Motorizada	2	DIURNO	5.487,50	10.975,00	65.850,00	131.700,00
AREIA	Posto 12x36 Armada/Motorizada	2	NOTURNO	6.841,66	13.683,32	82.099,92	164.199,84
BANANEIRAS	Posto 12x36 Vig. Armada	4	DIURNO	5.479,17	21.916,68	65.750,04	263.000,16
BANANEIRAS	Posto 12x36 Vig. Armada	4	NOTURNO	6.841,65	27.366,60	82.099,80	328.399,20
BANANEIRAS	Posto 12x36 Armada/Motorizada	2	DIURNO	5.487,50	10.975,00	65.850,00	131.700,00
BANANEIRAS	Posto 12x36 Armada/Motorizada	2	NOTURNO	6.841,66	13.683,32	82.099,92	164.199,84
MAMANGUAPE	Posto 12x36 Vig. Armada	5	DIURNO	5.479,16	27.395,80	65.749,92	328.749,60
MAMANGUAPE	Posto 12x36 Vig. Armada	5	NOTURNO	6.819,16	34.095,80	81.829,92	409.149,60
MAMANGUAPE	Posto 12x36 Armada/Motorizada	1	NOTURNO	6.841,66	6.841,66	82.099,92	82.099,92
RIO TINTO	Posto 12x36 Vig. Armada	5	DIURNO	5.479,16	27.395,80	65.749,92	328.749,60
RIO TINTO	Posto 12x36 Vig. Armada	5	NOTURNO	6.819,16	34.095,80	81.829,92	409.149,60
RIO TINTO	Posto 12x36 Armada/Motorizada	1	DIURNO	5.487,50	5.487,50	65.850,00	65.850,00





## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é **12 (doze) meses**, com início **mediante emissão da Autorização para Execução**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O preço mensal da prestação dos serviços será de **R\$ 670.857,69 (seiscentos e setenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 8.050.292,28 (oito milhões, cinquenta mil, duzentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos)**;

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, insumos direto, lucro, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de (ano), na classificação



abaixo:

<b>Unidade Gestora</b>	153066
<b>Gestão</b>	15231
<b>Fonte</b>	112000000 (Recursos do Tesouro)
<b>Programa de Trabalho (resumido)</b>	061354
<b>Elemento de Despesa</b>	339039
<b>PI</b>	F0000G0152N

4.2. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o **interregno mínimo de 1 (um) ano** contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferencia- das, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.



6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- 6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
- 6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

**6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.**

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- 6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por





determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:





- 6.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 6.13.2. as particularidades do contrato em vigência;
- 6.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
- 6.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- 6.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.
- 6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- 6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA



não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 402.514,61 (quatrocentos e dois mil, quinhentos e quatorze reais e sessenta e um centavos)**, na modalidade de Seguro-garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

### **CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. **Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que sejam necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de eventual acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.


#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da sede da Seção Judiciária da Paraíba, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato.


Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em três (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.


João Pessoa, 22 de outubro de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
Sr. Shigeaki Maracajá Ramos  
Representante Legal

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Margareth de Fátima Formiga  
Melo Diniz  
Reitora

#### TESTEMUNHAS

  
\_\_\_\_\_  
CPF. 04.933.694-44

  
\_\_\_\_\_  
CPF. 100.863.054-33





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA UNIVERITÁRIA**

---

**TERMO ADITIVO UFPB/PU/Nº 010/2016**

**QUARTO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO UFPB/PU/Nº 063/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E A EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ 10.446.347/0001-16, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ÂMBITO DOS CAMPI I AO IV DA UFPB, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:**

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**, Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecida no edifício da Reitoria, Campus I, nesta capital, inscrita no CNPJ sob Nº 24.098.477/0001-10, neste ato representada pela Reitora, **PROF.<sup>a</sup> MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, CNPJ Nº 10.446.347/0001-16, sediada na Rua Estelita Cruz Nº 221, Alto Branco – Campina Grande / PB, CEP: 58.401-470 e Base Operacional na Av. Nossa Senhora de Fátima Nº 1944, Torre – João Pessoa / PB, Fone: (83) 3341-1700 / 3321-6170, neste ato representada pelo **SR. SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS**, portador da cédula de identidade RG. Nº 1.170.000 SSP/PB e CPF Nº 024.095.094-10, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, conforme **Processo UFPB/PU/Nº. 23074.050221/2016-36 e 23074.048711/2016-72**, pelas cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO**

O presente Termo Aditivo reger-se-á pela Lei Federal Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Fica alterada a cláusula primeira – subitem 1.3 do contrato primitivo, para se acrescer ao quantitativo: 02 (dois) postos diurnos e 01 (um) posto noturno de vigilância armada para o Câmpus I. As alterações se darão a partir de **03 de setembro de 2016**, que vai onerar o referido contrato com a quantia de **R\$ 19.647,89 (dezenove mil, seiscientos e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos)** ao mês, cujo quadro de quantitativo passará a ter a seguinte configuração:

Item	Campus/ Cidade	Unid.	Turno	Quant.	Valor mensal por posto (e)	Valor total mensal	valor total anual (estimado) h = (f x 12)
1	João Pessoa	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	35	R\$ 6.156,00	R\$ 215.460,00	R\$ 2.585.520,00
2	João Pessoa	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	41	R\$ 7.335,89	R\$ 300.771,49	R\$ 3.609.257,88
3	João Pessoa	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Diurno	4	R\$ 6.225,71	R\$ 24.902,84	R\$ 298.834,08
4	João Pessoa	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Noturno	5	R\$ 7.764,33	R\$ 38.821,65	R\$ 465.859,80
5	Areia	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	5	R\$ 6.140,75	R\$ 30.703,75	R\$ 368.445,00
6	Areia	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	5	R\$ 7.214,50	R\$ 36.072,50	R\$ 432.870,00
7	Areia	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Diurno	2	R\$ 6.301,82	R\$ 12.603,64	R\$ 151.243,68
8	Areia	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Noturno	2	R\$ 7.880,93	R\$ 15.761,86	R\$ 189.142,32
9	Bananeiras	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	4	R\$ 6.335,04	R\$ 25.340,16	R\$ 304.081,92
10	Bananeiras	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	4	R\$ 7.894,40	R\$ 31.577,60	R\$ 378.931,20
11	Bananeiras	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Diurno	2	R\$ 6.301,80	R\$ 12.603,60	R\$ 151.243,20
12	Bananeiras	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Noturno	2	R\$ 7.880,49	R\$ 15.760,98	R\$ 189.131,76
13	Mamanguape	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	5	R\$ 6.320,26	R\$ 31.601,30	R\$ 379.215,60
14	Mamanguape	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	5	R\$ 7.883,35	R\$ 39.416,75	R\$ 473.001,00
16	Mamanguape	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Noturno	1	R\$ 7.881,01	R\$ 7.881,01	R\$ 94.572,12
13	Rio Tinto	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	5	R\$ 6.320,26	R\$ 31.601,30	R\$ 379.215,60
14	Rio Tinto	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	5	R\$ 7.883,35	R\$ 39.416,75	R\$ 473.001,00





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA UNIVERITÁRIA**

*Termo Aditivo UFPB/PU N° 010/2016*

15	Rio Tinto	Posto 12x36 Armada/Motorizada	Diurno	1	R\$ 6.318,13	R\$ 6.318,13	R\$ 75.817,56
Valor Total						<b>R\$ 916.615,31</b>	<b>R\$ 10.999.383,72</b>

A contratada deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do presente termo, providenciar o reforço da garantia de execução contratual.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO CONTRATO**

Fica alterada a cláusula quinta do contrato primitivo, para se prorrogar o prazo de sua vigência por **12 (doze) meses**, a partir de **30/10/2016**, considerando o que consta na fl. 01 do processo em referência, devendo a contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do presente termo, providenciar a renovação da garantia de execução contratual.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, **Nota de Empenho N° 2016NE800007**, emissão em **26/01/2016**.

**CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS CLÁUSULAS**

Continuam em vigor as demais cláusulas contratuais que sejam compatíveis com o pactuado neste instrumento.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA UNIVERITÁRIA**

*Termo Aditivo UFPB/PU N° 010/2016*

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente Termo, em 03 (três) vias, para que produzam os efeitos ora estabelecidos.

João Pessoa, 30 de setembro de 2016.

**Sr. Shigeaki Maracajá Ramos**  
**Representante Legal**

**Prof.ª Margareth de Fátima**  
**Formiga Melo Diniz**  
**Reitora**

---

**TESTEMUNHAS**

  
CPF: 05980127453  
CPF: 100.863.0454-33





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Campina Grande, 31 de Outubro de 2019.

Atesto aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.446.347/0001-16, estabelecida na Rua Estelita Cruz, 221. Alto Branco. Campina Grande, Paraíba, prestou serviços à **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**, CNPJ nº 05.055.128/0001-76, de **serviços de vigilância armada - diurna e noturna**, contrato nº **045/2013 PRA/UFPG**, com o quantitativo de **46 (quarenta e seis) postos, escala 12x36, com prazo de execução até 02 de outubro de 2019.**

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Athos Cardoso Pereira de Souza  
Técnico em Mecânica da PU/UFPG  
Matrícula SIAPE 23786611

---

ATHOS CARDOSO PEREIRA DE SOUZA  
FISCAL DO CONTRATO  
SIAPE 2378661



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**TERMO ADITIVO UFCG/PRA Nº 033/2018**

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO UFCG/PRA Nº 045/2013 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA O CAMPUS DE CAMPINA GRANDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE E A EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23096.213659/2018-45, NA FORMA ABAIXO:**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG, instituição autárquica de ensino superior, pesquisa e extensão, sediada à Avenida Aprígio Veloso, 882, Bodocongó – Campina Grande/PB, inscrita no CNPJ(MF) sob no 05.055.128/0001-76, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu reitor Prof. Vicemário Simões, brasileiro, portador da carteira de identidade RG nº 467.055 SSP/PB e inscrito no CPF/MF sob nº 185.976.024-49 e a empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 10.446.347/0001-16, sediada à Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco, CEP 58.401-470 – Campina Grande-PB, doravante denominada apenas CONTRATADA, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, RG 1.170.00, CPF 024.095.094-10, celebram o presente termo aditivo ao Contrato UFCG/PRA nº 045/2013, conforme o Processo Administrativo 23096.213659/2018-45 e, em observância ao disposto na Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto 5.450/05 e legislação complementar, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA**

A vigência do Contrato nº 45/2013, fica prorrogada por 12 (doze) meses, contados de 02/10/2018 a 02/10/2019, podendo encerrar-se antecipadamente com a conclusão do procedimento licitatório em andamento, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Parágrafo Primeiro:** As indicações aos dispositivos da Instrução Normativa/SLTI nº02, de 30 de abril de 2008 referente à gestão e fiscalização dos Contratos passam a ser as equivalentes estabelecidas na Instrução Normativa /SEGES nº 05, de 26 de maio de 2017,





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

vigente desde 25/09/2017.

**Parágrafo Segundo:** O regime de fiscalização e de gestão contratual passará a ser de acordo com os procedimentos estabelecidos nesse normativo.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR**

O valor do Contrato passa a vigorar conforme abaixo discriminado, considerando a amortização a 0% dos custos não renováveis (aviso prévio trabalhado e indenizado, bem como a incidência de FGTS e licença paternidade) na Planilha de Custos e Formação de Preços.

Pelos serviços executados, a **CONTRATANTE** pagará o valor mensal de **R\$ 766.595,20 (Setecentos e Sessenta e Seis Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Vinte Centavos)**, perfazendo o montante anual de **R\$ 9.199.142,40 (Nove Milhões, Cento e Noventa e Nove Mil, Cento e Quarenta e Dois Reais e Quarenta Centavos)**.

Parágrafo único: a amortização a 0% dos custos não renováveis (aviso prévio trabalhado e indenizado, bem como a incidência de FGTS e licença maternidade) gerou um impacto financeiro reduzindo o valor mensal do contrato em R\$ 12.419,20 (Doze Mil, Quatrocentos e Dezenove Reais e Vinte Centavos) e o valor anual contratado em R\$ 149.030,40 (Cento e Quarenta Nove Mil, Trinta Reais e Quarenta Centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

GESTÃO/UNIDADE: 158195/15281

FONTE: 8100000000

PROGRAMA DE TRABALHO: 12.364.2080.20RK.0025

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39

NOTA DE EMPENHO: 2018NE801117

**CLÁUSULA QUARTA: DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

A CONTRATADA resguarda, neste termo aditivo, perante à CONTRATANTE, seu direito à repactuação, da data da homologação da próxima convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual subsequente. (Art. 57, §. 7º, da IN MP Nº 05/2017).

2



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CLAUSULA QUINTA: DA GARANTIA**


A CONTRATADA deverá apresentar complementação da garantia contratual e adequação do prazo de vigência, em conformidade com art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações estabelecidas no Edital, Termo de Referência e Contrato que originou a presente contratação, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência do contrato.


**CLÁUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Continuam em vigor as demais cláusulas do Contrato primitivo que sejam compatíveis com o pactuado neste instrumento, revogadas as disposições em contrário.

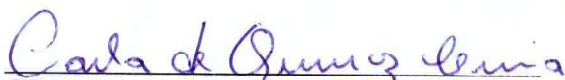
E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.


Campina Grande – PB, 01 de outubro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Vicemário Simões  
Reitor

  
\_\_\_\_\_  
Shigeaki Maracajá Ramos  
Contratada

**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_  
CPF: 983.933.044-04

  
\_\_\_\_\_  
CPF: 503.840.584-34





# UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 124/18

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.  
CONTRATO Nº 33/18-PROGEP-UFAL. CONTRATANTE: UFAL. CONTRATADO(A): VANESSA SOUZA LIMA VERCOSA, s/ape 3056836. OBJETO: Prorrogar o contrato de professor(a) substituto(a), com fundamento na Lei nº 8.745/93. Proc. 23065.032351/18-68. VIGÊNCIA: 25.08.18 a 23.04.19. DATA DE ASSINATURA: 27/09/18.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 125/18

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.  
CONTRATO Nº 33/18-PROGEP-UFAL. CONTRATANTE: UFAL. CONTRATADO(A): PAULO RICARDO APRIGIO CLEMENTE, s/ape 3058018. OBJETO: Prorrogar o contrato de professor(a) substituto(a), com fundamento na Lei nº 8.745/93. Proc. 23065.032516/18-09. VIGÊNCIA: 31.10.18 a 23.04.19. DATA DE ASSINATURA: 27/09/18.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 126/18

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.  
CONTRATO Nº 33/18-PROGEP-UFAL. CONTRATANTE: UFAL. CONTRATADO(A): KELLYANE PEREIRA DOS ANJOS GONÇALVES, s/ape 3057213. OBJETO: Prorrogar o contrato de professor(a) substituto(a), com fundamento na Lei nº 8.745/93. Proc. 23065.032674/18-51. VIGÊNCIA: 10.11.18 a 23.04.19. DATA DE ASSINATURA: 27/09/18.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 127/18

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.  
PORTARIA DE CONTRATAÇÃO Nº 917/17-PROGEP-UFAL. CONTRATANTE: UFAL. CONTRATADO(A): HELLEN TAYNAN DA SILVA CAVALCANTI, s/ape 2417737. OBJETO: Prorrogar o contrato de professor(a) substituto(a), com fundamento na Lei nº 8.745/93. Proc. 23065.032673/18-15. VIGÊNCIA: 01.11.18 a 23.04.19. DATA DE ASSINATURA: 27/09/18.

## HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Registrador: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, CNPJ nº 24.464.109/0002-29. Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANESTÉSICOS E CONTROLADOS. Processo nº 23540.007684/2018-04. P/E/SRP nº 33/2018. Prazo de vigência: 25/09/2018 a 25/09/2019. Empresa registrada: ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 03.045.035/0001-91. Valor total R\$ 38.215,00. CALL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 05.106.013/0001-52. Valor total R\$ 171.130,00. DROGAFONTE LTDA, CNPJ nº 08.778.201/0001-26. R\$ 239.911,02. MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E, CNPJ nº 15.031.173/0001-44. Valor total R\$ 40.215,10. MIDMAX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 16.553.940/0001-48. Valor total R\$ 33.600,00. CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACUTICOS LTDA, CNPJ nº 44.734.671/0001-51. Valor total R\$ 2.166.969,91. UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A., CNPJ nº 60.665.981/0005-41. Valor total R\$ 362.960,00. PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ nº 81.706.251/0001-98. Valor total R\$ 261.923,20.

### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2018

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 23540007689201829, publicada no D.O.U. de 25/09/2018. Objeto: Pregão Eletrônico - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES (INSTRUMENTAIS ENTRE OUTROS), visando atender as necessidades do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes da Universidade Federal de Alagoas/EBSERH. Novo Edital: 09/10/2018 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Lourival Melo Mota S/n Cidade Universitária - MACEIO - AL. Entrega das Propostas: a partir de 09/10/2018 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 22/10/2018, às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

MARIA VANUZIA MELO MEDEIROS SILVA  
Pregoeira

(SIDEC - 08/10/2018) 150229-15222-2018NE000015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302018100900049

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2018 - UASG 153028

Nº Processo: 23087010248201817. Objeto: Aquisição futura de Kits reagentes para realização de exames hormonais e imunológicos, para atender necessidades do Laboratório Central de Análises Clínicas - LACEN, da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, vinculado à cessão, em comodato, de equipamento (Analisador imunológico). Total de Itens Licitados: 26. Edital: 09/10/2018 das 08h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h30. Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, Nº 700. Centro - Alfenas/MG ou [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) edital/153028-5-00057-2018. Entrega das Propostas: a partir de 09/10/2018 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 24/10/2018 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: .

VERA LUCIA CUNHA DE OLIVEIRA  
Pregoeira

(SIASGnet - 08/10/2018) 153028-15248-2018NE000001

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2018 - UASG 153028

Nº Processo: 23087011103201825. Objeto: Aquisição de materiais de informática. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 09/10/2018 das 08h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h30. Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, Nº 700. Centro - Alfenas/MG ou [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) edital/153028-5-00065-2018. Entrega das Propostas: a partir de 09/10/2018 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 25/10/2018 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: .

LEIDA CRISTINA SILVA MAIA  
Pregoeira

(SIASGnet - 08/10/2018) 153028-15248-2018NE000001

# UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2018 - UASG 153860

Nº Processo: 23066054866201817. Objeto: Despesa com inscrição de servidor(a) Dejanira Cardoso da Silva, na XV Semana Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, a ser realizado no período de 23 a 26 de outubro de 2018. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 2º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Valor abaixo do limite de Licitação declarada de inexigibilidade em 05/09/2018. EDUARDO LUIZ ANDRADE MOTA, Pró-reitor. Ratificação em 05/10/2018. JOAO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA, Reitor. Valor Global: R\$ 500,00. CNPJ CONTRATADA: 02.317.176-0001-05 ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA.

(SIDEC - 08/10/2018) 153860-15223-2018NE000219

## SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 281/2018

Nº Processo: 23066.055504/18-35. Convenientes: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, CNPJ: 15.180.714/0001-04, FUTURA INTEGRADOR EMPRESA ESCOLA LTDA, CNPJ: 06.023.207/0001-68. Objeto: Proporcionar aos alunos, regularmente matriculados, estágio na Instituição Concedente. Fund. Legal: 11.788/2008. Vigência: 08.10.2018 a 07.10.2020. Data de Assinatura: 08.10.2018.

### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 292/2018

Nº Processo: 23066.057269/18-36. Convenientes: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, CNPJ: 15.180.714/0001-04, JHA S/A ASSISTENCIA MEDICA E HOSPITALAR, CNPJ: 05.469.172/0001-22. Objeto: Proporcionar aos alunos, regularmente matriculados, estágio na Instituição Concedente. Fund. Legal: 11.788/2008. Vigência: 08.10.2018 a 07.10.2023. Data de Assinatura: 08.10.2018.

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE LICITAÇÃO

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A UFBA vem notificar a empresa Biox Comércio de Produtos Médicos Laboratoriais, inscrita no CNPJ 23.300.220/0001-36, participante do Pregão SRP nº 61.2016, pela não entrega de materiais das notas de empenho 2017/801894; 801895; 801948; 802560; 802635; 802636; 802924; 803087; 803445; 803464; 803502; 803608. 2018/800251; 800473, incidendo em inadimplência contratual, item 12.1.1. do anexo I do edital, sujeitando-se à possível aplicação de sanção de multa no valor de 2.317,58, (art. 87, inc. II, Lei 8.666/93) e impedimento por um ano (art. 7, Lei 10.520/02). A empresa, querendo apresentar defesa, deve enviá-la, dirigida a Eliete Santos Orrica, Coordenadora da CMP, para a COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, no endereço: Rua Baão de Jeremoabo, s/n, Campus Universitário de Ondina.

Ondina, Salvador - BA. CEP: 40170-115, ou para o endereço eletrônico: [emp-proad@ufba.br](mailto:emp-proad@ufba.br). O prazo para a defesa é de 5 (cinco) dias úteis e a ausência de sua apresentação não prejudicará a continuidade do processo. Telefones para contato: (71) 3283-6083/6076/6085/6077.

DULCE MARIA CARVALHO GUEDES  
Pró-Reitor de Administração

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 30/2018 - UASG 158195

Número do Contrato: 44/2013. Nº Processo: 23096028069-18-21. PREGÃO SISPP Nº 50/2013. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA - GRANDE. CNPJ Contratado: 08243787000124. Contratado: SUPREMA EMPREENDIMENTOS EIRELI - Objeto: Prorrogação do Contrato UFCG PRA 044/2013 por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e legislação complementar vigente. Vigência: 01/10/2018 a 01/10/2019. Valor Total: R\$6.387.917,68. Fonte: 8106000000 - 2018NE01118. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 08/10/2018) 158195-15281-2018NE000006

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 33/2018 - UASG 158195

Número do Contrato: 45/2013. Nº Processo: 23096213659201845. PREGÃO SISPP Nº 41/2013. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA - GRANDE. CNPJ Contratado: 10446347000116. Contratado: FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. Objeto: Prorrogação do Contrato UFCG PRA 045/2013 por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e legislação complementar vigente. Vigência: 02/10/2018 a 02/10/2019. Valor Total: R\$9.199.142,40. Fonte: 8106000000 - 2018NE01117. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 08/10/2018) 158195-15281-2018NE000006

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2018

A Universidade Federal de Campina Grande, através de Convênio PAQTC/UFPG/FINEP/BRAMAR Nº 01.13.0340.00 - 0975/13 - "DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS E TECNOLOGIAS INOVADORAS PARA MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA ESCASSEZ DE ÁGUA NO NORDESTE BRASILEIRO", firmado com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, torna público a quem interessar os dados da dispensa de licitação nº 33/2018:

Objeto: Aquisição de nobreak 1200VA-600W BIVOLT.  
Fundamento: Art. 24, Incisos II e XXI da Lei 8.666/93.  
Fornecedor: DATASONIC IND. E DIST. DE ELETRONÍCOS LTDA.  
Valor: R\$ 1.264,00 (um mil duzentos e sessenta e quatro reais)

Campina Grande - PB, 5 de outubro de 2018.  
VALENTINA ARRUDA CÂMARA CABRAL  
Presidente da Comissão

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2018

A Universidade Federal de Campina Grande, através de Convênio PAQTC/UFPG/FINEP/BRAMAR Nº 01.13.0340.00 - 0975/13 - "DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS E TECNOLOGIAS INOVADORAS PARA MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA ESCASSEZ DE ÁGUA NO NORDESTE BRASILEIRO", firmado com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, torna público a quem interessar os dados da dispensa de licitação nº 40/2018:

Objeto: Aquisição de peças para Doblô.  
Fundamento: Art. 24, Incisos I e XXI da Lei 8.666/93.  
Fornecedor: JOSILDO RODRIGUES CAVALCANTE.  
Valor: R\$ 2.785,00 (dois mil setecentos e oitenta e cinco reais)

Campina Grande - PB, 5 de outubro de 2018.  
VALENTINA ARRUDA CÂMARA CABRAL  
Presidente da Comissão

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2018

A Universidade Federal de Campina Grande, através de Convênio PAQTC/UFPG/FINEP/BRAMAR Nº 01.13.0340.00 - 0975/13 - "DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS E TECNOLOGIAS INOVADORAS PARA MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA ESCASSEZ DE ÁGUA NO NORDESTE BRASILEIRO", firmado com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, torna público a quem interessar os dados da dispensa de licitação nº 41/2018:

Objeto: Aquisição de um GPS portátil.  
Fundamento: Art. 24, Incisos II e XXI da Lei 8.666/93.  
Fornecedor: DATASONIC IND. E DIST. DE ELETRONÍCOS LTDA.  
Valor: R\$ 7.999,00 (dois mil novecentos e noventa e nove reais)

Campina Grande - PB, 5 de outubro de 2018.  
VALENTINA ARRUDA CÂMARA CABRAL  
Presidente da Comissão

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1143 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-080 - www.azevedobastos.net.br - Tel.: (33) 3244-3444 - Fax: (33) 3244-0444

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152612171641120566-1; Data: 26/12/2017 16:44:18**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGF09232-VWWS;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,12  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti  
Tribunal



**VIÇÓ PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CONTRATO UFCG/PRA Nº 045/2013**  
**PROCESSO Nº 23096.016658/13-98**

**CONTRATO Nº 045/2013 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE CAMPINA GRANDE – UFCG E A  
EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA  
E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA PARA  
A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
VIGILÂNCIA ARMADA, CAMPUS DE  
CAMPINA GRANDE, NOS TERMOS DO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2013 E  
CONDIÇÕES ABAIXO:**

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2013, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - CONTRATANTE**, CNPJ 05.055.128/0001-76, sediado na Rua Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário, Campina Grande – PB, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Reitor Prof. José Edilson de Amorim, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 234.304-SSP/PB e inscrito no CPF/MF sob nº 132.142.684-49 e a empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA**, CNPJ 10.446.347/0001-16, sediada à Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco, CEP 58.401-470 – Campina Grande-Pb, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, RG 1.170.00, CPF 024.095.094-10, tendo em vista o que consta no Processo nº 23096.016658/13-98, e em observância às disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450/05, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 2271, de 7 de julho de 1997, na IN SLTI nº 02, de 30 de abril de 2008, IN nº 03 de 15/10/2009, IN nº 04 de 11/11/2009 e IN nº 05 de 18/12/2009 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, e legislação correlata, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 041/2013, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, para atender a demanda da Universidade Federal de Campina Grande - **CONTRATANTE**, em conformidade com as especificações estabelecidas no Edital e no Termo de Referência que originou a presente contratação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**











**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1143 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-080 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 2244-5444 - Fax: (33) 2244-0444

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152612171641120566-4; Data: 26/12/2017 16:44:18**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGF09229-FB03;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,12  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Válder de Miranda Cavalcanti  
Tribunal



**TRIBUNAL PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

- a) Carga horária total contratada;
- b) Carga horária total efetivamente cumprida;
- c) Carga horária total contratada por posto;
- d) Carga horária total efetivamente cumprida por posto.

4.12 Além das disposições elencadas anteriormente, a fiscalização deverá seguir o disposto nos anexos IV, VI e VII da IN SLTI/MP nº 02/2008 e suas alterações.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1 São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no Edital e no Termo de Referência:

- 1. Efetuar o pagamento na forma convencionada no Contrato;
- 2. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Contrato;
- 3. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar os serviços, por meio dos profissionais, dentro das normas do Contrato e do Edital do Pregão 041/2013 e seus anexos;
- 4. Propiciar acesso aos profissionais às suas dependências para a execução dos serviços;
- 5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais;
- 6. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/1993 e Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 02/2008 e suas alterações;
- 7. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa **CONTRATADA**, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**;
- 8. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- 9. Exigir, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da **CONTRATADA**, que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;
- 10. Comunicar, por escrito, à **CONTRATADA**, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;
- 11. Impedir que terceiros executem o objeto deste Contrato;
- 12. Não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas;







**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1143 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-080 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 2244-2444 - Fax: (33) 2244-0444

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152612171641120566-6; Data: 26/12/2017 16:44:18**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGF09227-GW41;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,12  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti  
Tribunal



**TRIBUNAL PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

- 4 - Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles causados;
- 5 - Apresentar e manter seus empregados e prepostos em serviço devidamente uniformizados, correndo as despesas por sua conta;
- 6 - Manter seus empregados devidamente identificados por crachá, devendo substituir imediatamente todo e qualquer um deles julgados inconvenientes à ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;
- 7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços;
- 8 - Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços objeto deste Contrato;
- 9 - Comunicar à Administração da CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- 10 - Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais;
- 11 - Assumir ainda, a responsabilidade pelos encargos sociais, fiscais e comerciais resultantes deste contrato;
- 12 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 13 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão ou contingência;
- 14 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 15 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no art. 55, inciso XIII da Lei n.º 8.666/93.
- 16 - Responsabilizar-se pelos roubos, furtos, extravios e danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, quando apurada a culpa da CONTRATADA através de processo administrativo interno, obrigando-se a reparar a avaria, repor o bem ou indenizar a CONTRATANTE, conforme o caso, a juízo da CONTRATANTE, no prazo máximo de 30(trinta) dias, após comunicado formal. Esgotado este prazo a CONTRATANTE efetuará o desconto do valor correspondente na 1ª Fatura de Serviços subsequentes à apuração da ocorrência.
- 17 - Apresentar, ao representante da CONTRATANTE e quando solicitado, comprovante de autorização para compras de armas e respectivos registros de armas,



**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-080 - www.azevedobastos.net.br - Tel.: (33) 2244-5444 - Fax: (33) 2244-0444

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152612171641120566-7; Data: 26/12/2017 16:44:18**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGF09226-9607;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,12  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti  
Tribunal



**TRIBUNAL PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

disponíveis em quantidade mínima de 02 (dois), necessária ao cumprimento da execução do serviço contratado, de acordo com a Portaria DPF/MJ N.º 992/95.

18 - Apresentar, ao representante da CONTRATANTE e quando solicitado, relação do quadro efetivo de vigilantes cursados, em número suficiente para atender o objeto da contratação, informando a data de realização do curso de formação ou a data de reciclagem, em conformidade com o que dispõe o art. 16, item 4 da Lei N. 7102/83.

19 - É expressamente proibida, por parte da Contratada, durante a vigência do contrato, a contratação de funcionários com interferência de agentes públicos da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual, nos termos do artigo 78, inciso I da Lei 8.666/93.

**Caberá à contratada, ainda:**

20 - Comprovar, quando solicitada, a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

21 - Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos respectivos postos relacionados no Termo de Referência e nos horários fixados na escala de serviços elaborada pela CONTRATANTE, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;

22 - Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho:

- a) calça;
- b) camisa de mangas compridas e curtas;
- c) cinto de nylon;
- d) sapatos;
- e) meias;
- f) quepe com emblema;
- g) jaqueta de frio ou japona;
- h) capa de chuva;
- i) crachá;
- j) revólver calibre 38;
- k) cinto com coldre e baleiro;
- l) munição calibre 38;
- m) distintivo tipo broche;
- n) livro de ocorrências;
- o) cassetete;
- p) porta cassetete;
- q) apito;



**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1140 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-080 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 2244-2414 - Fax: (33) 2244-0434

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152612171641120566-8; Data: 26/12/2017 16:44:18**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGF09225-UN38;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,12  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti  
Tribunal



**TRIBUNAL PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

r) cordão de apito;

s) lanterna 3 pilhas; e

t) pilhas para lanterna.

23 - A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados.

24 - Apresentar à CONTRATANTE a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizados pela mão-de-obra nos Postos;

25 - Oferecer munição com procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas;

26 - Prever toda mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

27 - Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da CONTRATANTE;

28 - Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

29 - Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma;

30 - Atender de imediato às solicitações quanto a substituições de mão-de-obra não qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

31 - Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

32 - Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;

33 - Inspecionar, obrigatoriamente, por intermédio dos supervisores da CONTRATADA, os Postos no mínimo 01(uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno e noturno) alternados, e

34 - Usar arma somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da CONTRATANTE, após esgotados todos os outros meios para a solução do eventual problema.

**Obrigações gerais:**

35 - Os serviços especificados no objeto deste Contrato não excluem outros similares que porventura se façam necessários para a boa execução da tarefa;

36 - É expressamente proibida, por parte da CONTRATADA, durante a vigência do contrato, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE;







**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1143 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-080 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 3244-3444 - Fax: (33) 3244-0404

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152612171641120566-10; Data: 26/12/2017 16:44:18**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGF09223-BYNF;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,12  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti  
Tribunal



**TRIBUNAL PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

49 - Apresentar, mensalmente e sempre que solicitado, a CONTRATANTE a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS referente à força de trabalho alocada às atividades objeto do contrato, como condição fundamental para o atesto e liberação dos pagamentos das faturas apresentadas à CONTRATANTE.

50 - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

51 - Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666, de 1993.

52 - Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

53 - Reconhecer que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de sua total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços.

54 - Elaborar e apresentar à CONTRATANTE, mensalmente e sempre que solicitado, relatório detalhando o quantitativo por categoria dos serviços prestados, além de outros relatórios, relacionados ao Contrato, solicitados pela CONTRATANTE.

55 - O Relatório Mensal servirá de base para o faturamento mensal dos serviços e deverá ter uma cópia juntada ao processo de pagamento mensal.

56 - Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da Contratante, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações.

57 - Ressarcir eventuais despesas de telefonia que porventura venham a ser apuradas em decorrência da utilização indevida, por seus empregados, de linhas diretas e ou ramais com aparelhos de telefone e/ou fax.

58 - Manter os postos e funções ocupadas durante os afastamentos de empregados em decorrência de faltas, férias ou qualquer outro motivo, devendo todas as substituições serem comunicadas por escrito à CONTRATANTE, sendo que os empregados substitutos deverão ser orientados sobre a natureza dos serviços e, necessariamente, ser apresentado a CONTRATANTE pelo preposto da CONTRATADA.

59 - Assegurar que os profissionais substitutos tenham a mesma qualificação, competência e experiência dos substituídos, condicionando-se à aprovação da CONTRATANTE.

60 - Efetuar os pagamentos mensais aos seus empregados na CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fim do mês respectivo, demonstrando o recolhimento no prazo legal de todos os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, bem como, sempre que lhe for solicitado, as comprovações de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais, inclusive, entrega de



**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-080 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 2244-5444 - Fax: (33) 2244-0444

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152612171641120566-11; Data: 26/12/2017 16:44:18**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGF09222-B80W;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,12  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti  
Tribunal



**IO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

vales-transporte, tickets-alimentação e planos de saúde, conforme condições regularmente estipuladas.

61. A CONTRATADA não poderá, em nenhuma hipótese, condicionar o pagamento dos salários de seus empregados e a entrega dos vales alimentação e vales transportes ao recebimento do pagamento de suas faturas junto ao CONTRATANTE, devendo cumprir fielmente o disposto nas convenções coletivas/dissídios de cada categoria, ou seja, nos termos do item anterior;

62 - Manter os seus empregados atualizados tecnologicamente, arcando com todos os ônus, referentes aos treinamentos e participação em eventos de natureza técnica e/ou operacional que permitam a prestação dos serviços descritos neste Contrato em regime de excelência.

63 - Instalar equipamento(s) de coleta de ponto biométrico no campus onde o serviço será prestado, de acordo com as exigências da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e em Emprego. A instalação deverá ocorrer logo após a assinatura do contrato, de modo que o referido equipamento esteja em plenas condições de utilização a partir da execução do serviço;

64 - Nomear preposto responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da **CONTRATANTE** e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, bem como cuidar da disciplina, controlar a frequência e a apresentação pessoal dos profissionais, estando sempre em contato com a fiscalização do contrato, que poderá ter acesso ao controle de frequência diária sempre que julgar necessário;

65 - Apresentar, mensalmente e quando do encaminhamento da Nota Fiscal/Fatura à **CONTRANTE**, em observância às disposições do inciso I § 5º, do art. 34, da IN/SLTI/MP nº 02/2008, as informações e/ou documentos listados abaixo:

- Nota Fiscal/Fatura;
- Comprovante de pagamento dos salários, referentes ao mês anterior, juntamente com as cópias das folhas de pagamento ou contracheques e/ou outros documentos equivalentes, com as respectivas assinaturas dos profissionais alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;
- Comprovante de entrega da GFIP relativa ao contrato, com cópia do recolhimento da GPS e do FGTS, e da relação de empregados a que essa GFIP se refere;
- comprovante da entrega dos vales alimentação e transporte aos profissionais alocados na execução dos serviços contratados, sem o que não serão liberados os pagamentos das referidas faturas;
- comprovante do pagamento do 13º salário aos profissionais alocados na execução dos serviços contratados;





IO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

f) comprovante da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias aos profissionais alocados na execução dos serviços contratados, na forma da Lei;

g) encaminhamento das informações trabalhistas dos profissionais alocados na execução dos serviços contratados exigidos pela legislação, tais como a RAIS e a CAGED;

h) cumprimento das demais obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho e das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos profissionais vinculados ao contrato.

i) Certidão Negativa de Débitos – CND, perante o INSS, atualizada;

j) Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, atualizada;

k) Certidão Negativa de Débitos para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, atualizadas;

l) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

65.1 Em consonância com as prescrições insertas no inciso XVIII, do art. 19, da IN SLTI/MP nº 02/2008, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a **CONTRATADA** comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada;

65.2. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA** deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS

7.1 Pelos serviços ora contratados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, os preços mensais abaixo indicados, por posto de serviço efetivamente executado, levando-se em consideração cada categoria de serviço a seguir relacionada:

ITEM	Descrição	Qtde de Postos	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)
01	12 horas noturnas, de segunda - feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas – Campus de C. Grande	80	6.246,30	499.704,00
01	12 horas diurnas, de segunda - feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas – Campus de C. Grande	20	5.090,32	101.806,40
TOTAL		100	11.336,62	601.511,16









**IO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, em consonância com o disposto no art. 19-A e a prescrição constante no anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 02/2008 e suas alterações, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos profissionais vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento de verbas rescisórias; e
- e) o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

9.8 Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a **CONTRATADA** não apresentar, à **CONTRATANTE**, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas, conforme estabelecido no Anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 02/2008 e suas alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano e com a devida apreciação da Procuradoria Federal.

10.1 O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- a) Da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo certo que se considera como data do orçamento aquela do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.
- b) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

10.2 Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

10.3 A **CONTRATADA** poderá exercer, perante a **CONTRATANTE**, seu direito à repactuação, da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual subseqüente, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de



**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-080 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 3244-5444 - Fax: (33) 3244-0444

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152612171641120566-15; Data: 26/12/2017 16:44:18**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGF09218-M727;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,12  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti  
Tribunal



**IO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

consequência, prorrogar o Contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito de repactuar. (Acórdão nº 1.828/2008 – TCU/Plenário)

10.4 As repactuações a que a **CONTRATADA** fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

10.5 As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

10.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

10.7 A **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA**

11.1 Em decorrência do procedimento licitatório e do Termo de Referência, a **CONTRATADA** prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, nos termos do artigo 56 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/1993, com validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual ou da data de satisfação de eventual pendência de natureza financeira junto à **CONTRATANTE**, dentre estas a maior.

11.2 A garantia deverá ser apresentada ao Fiscal do contrato no prazo anterior ao pagamento da primeira NotaFiscal/Fatura, sendo condição para o pagamento desta;

11.3 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a **CONTRATADA** pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação.

11.3.1 Na hipótese de que este pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia poderá ser utilizada para depósito em juízo trabalhista destinado ao pagamento das verbas trabalhistas pendentes, realizado diretamente pela **CONTRATANTE**.

11.4 Obrigatoriamente, a garantia deverá cobrir, também, eventuais penalidades contratualmente estabelecidas, reposições ao erário e danos ao patrimônio pela **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

12.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666/93,



**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-080 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 3244-5444 - Fax: (33) 3244-0404

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152612171641120566-16; Data: 26/12/2017 16:44:18**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGF09217-MRDV;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,12  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti  
Tribunal



**GOV. DO P. F. FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

com suas posteriores alterações, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a CONTRATANTE.

12.2 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, em conformidade com o disposto no inciso XVII, do art. 19, da IN SLTI nº 02/2008.

12.3 Não se realizará a prorrogação contratual quando a **CONTRATADA** tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou da própria **CONTRATANTE**, enquanto perdurarem os efeitos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 Se, na execução do objeto, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a **CONTRATADA**, esta, assegurado a prévia defesa, poderá, a critério da Autoridade Competente, sofrer as penalidades ou sanções estabelecidas nos Arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

14.2 A rescisão deste contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/1993;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
- c) judicial, nos termos da legislação.

14.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.4 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

15.1 A publicação do presente Contrato no Diário Oficial da União, por extrato, será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

**ACT Nº 017/2019**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**ATESTO**, para os devidos fins, que a empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.446.347/0001-16, estabelecida na Rua Estelita Cruz, nº 221, Alto Branco, Campina Grande/PB, vem prestando ao **Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**, CNPJ: 02.658.544/0001-70, com sede na Av. Corálio Soares de Oliveira, s/nº, Centro, João Pessoa/PB, serviços especializados de **vigilância armada** nas unidades que compõem este Tribunal, desde 22/05/2017, com o quantitativo inicial total de 38 postos de serviços, divididos entre diurnos e noturnos, mediante Contrato TRT nº 06/2017 (*Protocolo TRT nº 11.208/2016*).

**ATESTO**, por fim, que os serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não havendo, até o momento, registro de qualquer ato que desabone a conduta de empresa supracitada.

João Pessoa/PB, 23 de outubro de 2019.

**FRANCISCO HIRLEN DE OLIVEIRA MENDONÇA**

Diretor da Secretaria Administrativa

[fmendonca@trt13.jus.br](mailto:fmendonca@trt13.jus.br)

(83) 3533-6012





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.<sup>a</sup> REGIÃO**



**CONTRATO TRT N.º 06 /2017**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA  
ARMADA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA  
13.<sup>a</sup> REGIÃO E A EMPRESA FORÇA  
ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA  
PATRIMONIAL LTDA.**

**O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.<sup>a</sup> REGIÃO**, pessoa jurídica, com sede na Avenida Corálio Soares de Oliveira, s/n – Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-260, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.658.544/0001-70, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Paulo Lindenberg Castor de Lima, portador da Cédula de Identidade n.º 1.019.141 – SSP/PB e do CPF n.º 486.379.634-04, e a empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, com sede na Rua Estelita Cruz, n.º 221, Alto Branco, Campina Grande/PB, CEP: 58.401-470, telefones: (83) 3341-1700/3224-6581, e-mails: comercial3@grupoalertasv.com.br e diretoria@grupoalertasv.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.446.347/0001-16, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Diretor, Shigeaki Maracajá Ramos, brasileiro, casado, natural de Gurjão/PB, portador da Cédula de Identidade n.º 1.170.000 SSP/PB e do CPF/MF n.º 024.095.094-10, com endereço na Rua Reginaldo Cavalcante Pereira, n.º 135, Centenário, Campina Grande/PB, CEP: 58.100-000, tendo em vista o que consta do **Protocolo TRT n.º 11.208/2016**, firmam o presente contrato mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Este contrato fundamenta-se:

I. No **Pregão Eletrônico n.º 01/2017**, regido pela Lei n.º 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, e pela regulamentação dada pelos Decretos n.º 3.555/2000, n.º 5.450/2005 e suas alterações, Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, subsidiariamente, Instrução Normativa n.º 02/2008 do MPOG (alterada pela Instrução Normativa n.º 03, de 16 de outubro de 2009, Instrução Normativa n.º 04 de 11 de novembro de 2009, Instrução Normativa n.º 05, de 18 de dezembro de 2009, Instrução Normativa n.º 06, de 23 de dezembro de 2013, Instrução Normativa n.º 03, de 24 de junho de 2014, e Instrução Normativa n.º 04, de 19 de março de 2015), Resolução CNJ n.º 169/2013 (alterada pela Resolução CNJ n.º 183/2013), Lei Complementar n.º 123/2006 (alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014), Decretos n.º 8.538/2015 e n.º 6.204/2007;

Visto,

Núcleo de  
Contratos





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.<sup>a</sup> REGIÃO**

II. Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:

- a) constem no **Protocolo Administrativo TRT 13<sup>a</sup> n.º 11.208/2016**;
- b) não contrariem o interesse público;

III. Nas determinações das Leis n.ºs 8.078/90, 8.666/93 e 9.784/99;

IV. Nos preceitos de direito público;

V. Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços especializados de vigilância armada diurna e noturna nas unidades que compõem este Tribunal, nos termos e condições constantes no Edital e seus anexos, que independentemente de transcrição são parte integrante deste instrumento, e neste contrato.

**Subcláusula única.** O quantitativo de postos de serviços empregados neste contrato encontra-se discriminado da seguinte forma:

ITEM	CATEGORIA	QUANTIDADE
<b>1</b>	<b>CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB</b>	
1.1	POSTO DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	5
1.2	POSTO DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 06h00 às 18h00	2
1.3	12 HORAS DIURNAS, SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS 06h00 às 18h00	3
1.4	POSTO DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA 06h00 às 18h00	2
<b>2</b>	<b>CIDADE DE CAMPINA GRANDE /PB</b>	
2.1	POSTO DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	1
2.2	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	1
<b>3</b>	<b>CIDADE DE SANTA RITA /PB</b>	
3.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

'3.2.	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>4</b>	<b>CIDADE DE CAJAZEIRAS /PB</b>	
4.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
4.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>5</b>	<b>CIDADE DE SOUSA /PB</b>	
5.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
5.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>6</b>	<b>CIDADE DE ITAPORANGA /PB</b>	
6.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
6.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>7</b>	<b>CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA /PB</b>	
7.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
7.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>8</b>	<b>CIDADE DE PATOS /PB</b>	
8.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
8.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>9</b>	<b>CIDADE DE MONTEIRO /PB</b>	
9.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
9.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>10</b>	<b>CIDADE DE PICUÍ /PB</b>	
10.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
10.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.<sup>a</sup> REGIÃO**

<b>11</b>	<b>CIDADE DE AREIA /PB</b>	
11.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
11.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>12</b>	<b>CIDADE DE GUARABIRA /PB</b>	
12.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
12.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>13</b>	<b>CIDADE DE ITABAIANA /PB</b>	
13.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
13.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>14</b>	<b>CIDADE DE MANAGUAPE /PB</b>	
14.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
14.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
<b>QUANTIDADE TOTAL DE POSTOS</b>		<b>38</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços especializados de vigilância armada, nos 38 (trinta e oito) postos fixados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13.<sup>a</sup> Região, envolvendo a alocação de mão de obra para atender às necessidades de vigilância armada (humana e patrimonial), nas cidades de João Pessoa, Santa Rita, Mamanguape, Guarabira, Itabaiana, Campina Grande, Areia, Picuí, Patos, Monteiro, Itaporanga, Cajazeiras, Sousa e Catolé do Rocha, objeto deste contrato, devem ser prestados pelos empregados da CONTRATADA na forma e periodicidade constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico n.º 01/2017**.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS EQUIPAMENTOS E DOS MATERIAIS**

A CONTRATADA fornecerá todos os equipamentos e materiais necessários à realização dos serviços objeto deste Contrato, conforme descrito na Cláusula 11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA deste Contrato e do Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

Este contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, contados a partir do início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por igual período, a critério do CONTRATANTE, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

**Subcláusula primeira.** A efetiva prestação de serviços terá início no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE.

**Subcláusula segunda.** O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente, excluído o primeiro e incluído o último.

**Subcláusula terceira.** Na ocasião da prorrogação do contrato, a realização de pesquisa de mercado poderá ser dispensada se os valores envolvendo a folha de salários estiverem baseados em convenção, acordo coletivo de trabalho da categoria, conforme Acórdão do TCU n.º 1.214/2013 – Plenário. Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quando as obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho ou de lei) e materiais poderão ser efetuados com base no índice IPCA.

**Subcláusula quarta.** Os valores contratados poderão ser repactuados de acordo com o disposto na legislação vigente à época da repactuação e consoante a Instrução Normativa n.º 02/2008 do MPOG/SLTI.

**Subcláusula quinta.** A empresa CONTRATADA deverá consignar a natureza do vínculo do profissional prestador do serviço.

**Subcláusula sexta.** A pelo menos 60 (sessenta) dias corridos do término da vigência deste instrumento, o CONTRATANTE (caso seja do seu interesse para fins de obtenção de preços e condições mais vantajosas) expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias corridos contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do contrato.

**Subcláusula sétima.** Se positiva a resposta, o CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

**Subcláusula oitava.** A resposta da CONTRATADA terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

**Subcláusula nona.** Eventual desistência da CONTRATADA após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido merecerá do CONTRATANTE a devida aplicação de penalidade, nos termos do subitem 2.11 da Cláusula Dezesseis deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR**

O valor mensal deste contrato é de **R\$ 239.347,68 (duzentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos)**, referente à prestação dos serviços descritos neste instrumento.

**Subcláusula primeira.** O preço unitário mensal de cada posto de serviço e o preço total mensal dos postos para a execução dos serviços, ora contratados, são fixados conforme tabela abaixo:





**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 – Bairro Dos Estados – João Pessoa/PB – CEP 58013-000 ☎ www.azevedobastos.net.br – Tel.: (33) 3344-9444 – Fax: (33) 3344-9434

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152609181156490124-6; Data: 26/09/2018 12:05:37**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHN23197-SYT4;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,23  
Bel. Válber do Miranda Cavalcanti Titular Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

ITEM	CATEGORIA	QUANTIDADE	VALOR. UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
<b>1</b>	<b>CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB</b>			
1.1	POSTO DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	5	7.508,92	<b>37.544,60</b>
1.2	POSTO DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 06h00 às 18h00	2	6.053,56	<b>12.107,12</b>
1.3	12 HORAS DIURNAS, SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS 06h00 às 18h00	3	2.017,86	<b>6.053,58</b>
1.4	POSTO DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA 06h00 às 18h00	2	6.053,56	<b>12.107,12</b>
<b>2</b>	<b>CIDADE DE CAMPINA GRANDE /PB</b>			
2.1	POSTO DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	1	7.494,94	<b>7.494,94</b>
2.2.	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	1	6.039,56	<b>6.039,56</b>
<b>3</b>	<b>CIDADE DE SANTA RITA /PB</b>			
3.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	6.057,06	<b>6.057,06</b>
3.2.	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.512,42	<b>7.512,42</b>
<b>4</b>	<b>CIDADE DE CAJAZEIRAS /PB</b>			
4.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.768,92	<b>5.768,92</b>
4.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.193,10	<b>7.193,10</b>





**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel.: (33) 3344-9444 - Fax: (33) 3344-9434

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 05152609181156490124-7; Data: 26/09/2018 12:05:37**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHN23196-RDK5;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,23  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber do Miranda Cavalcanti  
Titular

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

<b>5</b>	<b>CIDADE DE SOUSA /PB</b>			
5.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.768,92	<b>5.768,92</b>
5.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.193,10	<b>7.193,10</b>
<b>6</b>	<b>CIDADE DE ITAPORANGA /PB</b>			
6.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.707,76	<b>5.707,76</b>
6.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.116,86	<b>7.116,86</b>
<b>7</b>	<b>CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA /PB</b>			
7.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.768,92	<b>5.768,92</b>
7.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.193,10	<b>7.193,10</b>
<b>8</b>	<b>CIDADE DE PATOS /PB</b>			
8.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	<b>5.895,22</b>
8.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	<b>7.350,58</b>
<b>9</b>	<b>CIDADE DE MONTEIRO /PB</b>			
9.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	<b>5.895,22</b>
9.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	<b>7.350,58</b>
<b>10</b>	<b>CIDADE DE PICUÍ /PB</b>			
10.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO	1	5.895,22	<b>5.895,22</b>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

	6h00min às 18h00min			
10.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58
<b>11</b>	<b>CIDADE DE AREIA /PB</b>			
11.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	5.895,22
11.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58
<b>12</b>	<b>CIDADE DE GUARABIRA /PB</b>			
12.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	5.895,22
12.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58
<b>13</b>	<b>CIDADE DE ITABAIANA /PB</b>			
13.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	5.895,22
13.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58
<b>14</b>	<b>CIDADE DE MAMANGUAPE /PB</b>			
14.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	5.895,22
14.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58

<b>TOTAL DE POSTOS E VALOR GLOBAL MENSAL (R\$)</b>	<b>38</b>	<b>-</b>	<b>239.347,68</b>
--	-----------	----------	-------------------

**Subcláusula segunda.** Os preços acima compreendem todas as despesas com mão de obra, impostos, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, taxas, fretes, seguros, transportes, prestação de garantia e quaisquer outros custos que incida ou venha incidir sobre o objeto da presente contratação.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE**

O valor contratado poderá ser repactuado, mediante negociação, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir.

**Subcláusula primeira.** Caberá à CONTRATADA apresentar, junto à sua solicitação de repactuação, a devida justificativa e demonstração analítica da variação dos componentes de custo da proposta, de acordo com planilha de custos e formação de preços, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho, entre outros, visando à análise e aprovação pelo CONTRATANTE.

**Subcláusula segunda.** Para os fins previstos nesta cláusula, considera-se como data do orçamento:

- I. a data limite para apresentação das propostas, em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou
- II. a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

**Subcláusula terceira.** Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

**Subcláusula quarta.** Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo da proposta que tenham sofrido variação, exceto aqueles com previsão específica de reajustamento, desde que haja uma demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.

- I. Os reajustes envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei) e materiais poderão ser efetuados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA/IBGE.

**Subcláusula quinta.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

**Subcláusula sexta.** Não será admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originariamente na proposta, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**Subcláusula sétima.** A proposta de repactuação, observado o disposto nesta cláusula, dependerá de iniciativa da CONTRATADA e deverá ser apresentada antes da assinatura do termo de prorrogação do contrato ou, se for o caso, do encerramento do ajuste, sob





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

pena de preclusão do direito de repactuar.

**Subcláusula oitava.** Na hipótese de não ter ocorrido o registro do acordo coletivo ou da convenção coletiva da categoria até a data da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá, sob pena de preclusão, ressaltar, naquele aditivo, o seu direito a repactuar. A partir da ressalva, a formalização do pedido de repactuação deverá ocorrer até a data da assinatura do termo de prorrogação subsequente.

**Subcláusula nona.** A inércia da CONTRATADA em ressaltar seu direito ou em solicitar a repactuação, no prazo estipulado, implicará a preclusão do direito à repactuação e ao recebimento dos valores retroativos a que eventualmente faria jus.

**Subcláusula dez.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

**Subcláusula onze.** No caso de publicação de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, os valores envolvendo a folha de salários, no que couber, deverão ser reajustados proporcionalmente ao aumento do piso salarial da categoria.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até 15 (quinze) dias úteis após a entrada das Notas Fiscais, conferência e o devido "atesto" fornecido pelo Gestor do contrato designado pelo CONTRATANTE, mediante Ordem Bancária emitida em nome da CONTRATADA e creditada em sua conta-corrente que deverá estar especificada no corpo nas referidas Notas Fiscais, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas em código de barras.

**Subcláusula primeira.** Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Subcláusula segunda** Os pagamentos a que se refere o "caput" referem-se a notas fiscais de serviços.

**Subcláusula terceira.** A FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, quando da apresentação da nota fiscal/fatura, verificará a regularidade fiscal da CONTRATADA para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e consulta ao CADIN.

**Subcláusula quarta.** Se a nota fiscal for apresentada com erro, será devolvida para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no "caput" os dias que se passarem entre a data da devolução e a reapresentação.

**Subcláusula quinta.** A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste contrato, que deverá ser o mesmo dos





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

documentos habilitatórios e proposta apresentada no procedimento licitatório.

**Subcláusula sexta.** Será efetuada por este Tribunal a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e ISSQN.

**Subcláusula sétima.** A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com a Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas nos §§ 5º-B a 5º-E do art. 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 (Incluído pela Instrução Normativa n.º 6, de 23 de dezembro de 2013)”, adequando-se, assim, ao que dispõe a norma inserta no art. 17, §1.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, a seguir reproduzido:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

[...]

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

[...]

§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§5º - B a § 5º - E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo.

**Subcláusula oitava.** Quando da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA também apresentará, para análise da FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, os seguintes documentos, no que couber:

- a) Relação nominal dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive os que, transitoriamente, atuaram em substituição à mão de obra faltante;
- b) Comprovante de depósito bancário ou outro documento que comprove o referido pagamento, e cópia da folha de pagamento referente ao mês da execução dos serviços, identificando o nome e a matrícula do empregado;
- c) Comprovante de fornecimento dos auxílios devidos (alimentação, transporte etc., caso existam), com a respectiva data da disponibilização, quantidade, valor, mês de competência e, ainda, a assinatura do empregado atestando o recebimento;
- d) Guias de recolhimento de INSS e FGTS do mês anterior à execução dos serviços, junto com a Relação dos Trabalhadores (RE) constantes do arquivo SEFIP;
- e) Demonstrativo de férias e licenças concedidas aos empregados alocados na execução do contrato, indicando se houve ou não a substituição, referente ao mês da prestação dos serviços;





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

- f) Documentação completa acerca de rescisões de empregados ocorridas no mês faturado, incluindo memória de cálculo detalhada;
- g) Documentação completa acerca da admissão de novos profissionais, incluindo cópia da carteira de trabalho.

**Subcláusula nona.** As notas fiscais e os documentos exigidos no Edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues exclusivamente para a FISCALIZAÇÃO do contrato.

**Subcláusula dez.** A CONTRATADA deverá apresentar planilhas com as ocorrências de faltas e férias dos empregados alocados e não substituídos, referentes ao mês anterior e ao mês do faturamento.

**Subcláusula onze.** O CONTRATANTE, por meio da FISCALIZAÇÃO, verificará a comprovação do pagamento integral dos correspondentes salários, auxílio-alimentação, vale-transporte, bem como dos respectivos encargos sociais e trabalhistas decorrentes da relação de emprego firmada entre a CONTRATADA e os empregados alocados na execução deste contrato.

**Subcláusula doze.** A comprovação de que trata a subcláusula anterior será verificada mediante documentos oficiais, individualizados e identificados, correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação ou, excepcionalmente, do mês anterior, quando ainda não vencidas as referidas contribuições.

**Subcláusula treze.** De forma alguma a previsão de repactuação deste contrato servirá como justificativa para não quitação das obrigações trabalhistas, na forma da lei.

**Subcláusula quatorze.** Quando do pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual, a FISCALIZAÇÃO verificará a comprovação do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do contrato e quitação relativa à rescisão do contrato de trabalho entre empregado e empregador, se for o caso), por parte da CONTRATADA, haja vista a implicação da responsabilidade subsidiária do CONTRATANTE (art. 71 da Lei n.º 8.666/1993 e Enunciado n.º 331 do TST).

**Subcláusula quinze.** Em conformidade com a **Resolução n.º 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, com as alterações da **Resolução CNJ n.º 183/2013**, na ocasião do pagamento mensal, serão retidos da CONTRATADA, em conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os custos relativos às provisões de férias e adicionais de férias; ao 13.º salário; à multa do FGTS por dispensa sem justa causa; à incidência do submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, sobre os valores de 13.º salário e férias com adicional; e ao valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta vinculada.

- a) Os valores depositados na conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal devido à empresa.
- b) Os valores retidos da CONTRATADA referentes às provisões com férias e abono de férias; 13.º salário; multa do FGTS; incidência do submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, calculado **na forma prevista na cláusula doze deste contrato**, sobre o 13.º salário e férias, serão liberados somente quando da ocorrência e do pagamento das verbas trabalhistas, com





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

prévia autorização do CONTRATANTE, na forma prevista na Resolução CNJ n.º 169/2013, com as alterações da Resolução CNJ n.º 183/2013.

- c) Se, realizados os pagamentos devidos, ainda assim houver saldo na conta-depósito, o montante deverá ser transferido para a CONTRATADA após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato administrativo (Consulta CNJ 0002928-26.2015.2.00.0000).
- d) Eventuais saldos da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – somente serão liberados à empresa contratada nos termos previstos na Resolução CNJ n.º 169/2013, com as alterações implementadas pela Resolução CNJ n.º 183/2013.
- e) Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valor da conta-corrente vinculada para a conta-corrente judicial, o CONTRATANTE deverá notificar a empresa CONTRATADA sobre a ordem judicial e informar que o valor transferido judicialmente será glosado por ocasião do primeiro pagamento e dos subsequentes a serem efetuados à empresa e depositados na conta-corrente vinculada para recomposição do saldo (art. 15 da Resolução CNJ n.º 169/2013).

**Subcláusula dezesseis** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

**Subcláusula dezessete.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{365} \text{ e } EM = I * N * VP$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**Subcláusula dezoito.** A Administração do CONTRATANTE está autorizada a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.<sup>a</sup> REGIÃO**

previdenciárias e do FGTS, quando não forem honrados pela CONTRATADA, conforme Acórdão do TCU n.º 1.214/2013 – Plenário.

**Subcláusula dezenove.** Para efeito da composição da planilha de formação de preços pela CONTRATADA e respectivo pagamento, o recolhimento dos impostos deverá observar a natureza do vínculo do profissional contratado.

**CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos consignados ao CONTRATANTE, no Orçamento Geral da União de 2017, Programa de Trabalho **02122057142560025** e Natureza de Despesa **339037**, tendo sido emitida Nota de Empenho **2017NE000297**, datada de **24/04/2017**.

**Subcláusula única** - Para cobertura das despesas nos anos subsequentes, serão emitidas as respectivas Notas de Empenho, em dotação orçamentária própria para atender às despesas de mesma natureza.

**CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I. Acompanhar e exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, sem que isto implique em restrição à responsabilidade da CONTRATADA, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, designando gestor ou comissão, denominada FISCALIZAÇÃO, para executar a fiscalização do contrato.
- II. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA, quando em serviço e devidamente identificados às dependências do CONTRATANTE, respeitadas as normas internas de segurança e disciplina.
- III. Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à execução do Contrato, tais como especificações e orientações diversas, considerada a natureza dos mesmos, bem como prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- IV. Conferir e, em caso de conformidade das mesmas, atestar as Notas Fiscais, observando para sua fonte específica de recursos a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, bem como à luz dessas Notas Fiscais devidamente atestadas pelo Gestor do Contrato/FISCALIZAÇÃO, efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.
- V. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados, desde que atendidas as obrigações contratuais e respeitados os normativos internos do CONTRATANTE.
- VI. Fazer cumprir, por meio do gestor do Contrato, o acompanhamento dos preços praticados, se estes encontram-se compatíveis com os do mercado correlato, cuidando do que é mais vantajoso à administração, com relação à renovação ou a necessidade de uma nova licitação.

*A*

*M*





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

VII. Acompanhar o realinhamento de preços, de acordo com a data base da categoria, decorrente de repactuação em Dissídio Coletivo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria dos Vigilantes, por seus sindicatos.

VIII. Disponibilizar instalações sanitárias e ambiente para as outras necessidades a exemplo das refeições.

**Subcláusula primeira.** Compete à FISCALIZAÇÃO, entre outras atribuições:

- a) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.
- b) Ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes do objeto contratual executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.
- c) Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica.
- d) Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade destes serviços ou não cumprimento do contrato.
- e) Promover, mensalmente, por ocasião do ateste dos serviços prestados, rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de controle da prestação dos serviços, e providenciar o pagamento da fatura apenas após a CONTRATADA comprovar a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas, bem assim comprovar não possuir nenhuma pendência de qualquer outra documentação exigível por contrato.
- f) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- g) Fiscalizar o cumprimento de suas determinações quanto aos salários e função profissional, mediante exame da Carteira de Trabalho e Previdência Social, a qual, quando solicitada, deverá ser encaminhada à fiscalização.
- h) Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.
- i) Encaminhar à Secretaria Administrativa – SAdm do CONTRATANTE os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.
- j) Examinar as carteiras de trabalho dos profissionais alocados na prestação dos serviços, para comprovar o registro de função profissional, valor do salário a ser pago e o cumprimento das obrigações trabalhistas.
- k) Exigir a qualquer tempo a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

- l) Solicitar toda e qualquer documentação da CONTRATADA para comprovar o regular cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias etc., necessárias à fiscalização do contrato, estipulando, para tanto, prazo para sua apresentação, sob pena de aplicação de multa.

**Subcláusula segunda.** A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência dessa, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade como artigo 70 da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE, para o fiel desempenho das atividades específicas.
- b) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE.
- c) Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre os serviços, objeto do presente contrato.
- d) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades.
- e) Indicar um preposto a quem a fiscalização se reportará de forma ágil, bem como organizar e coordenar os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA.
- f) Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços.
- g) Implantar os postos de serviço, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE, disponibilizando a mão de obra nos respectivos Postos, nos locais e horários fixados pela Administração.
- h) Apresentar à Administração do CONTRATANTE, documentação comprobatória emitida pelo Departamento de Polícia Federal (Alvará ou autorização para funcionamento). Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, por meio de Certidão de Curso de Formação de Vigilantes, expedida por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, bem como apresentar, anualmente, documento comprobatório de atualização dos cursos de atualização.
- i) É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato.





<b>CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS</b> 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0 Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel.: (33) 3344-9444 - Fax: (33) 3344-9444
<b>Autenticação Digital</b> De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
<b>Cód. Autenticação: 05152609181156490124-17; Data: 26/09/2018 12:05:37</b>
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHN23186-Y9D0; Valor Total do Ato: R\$ 4,23
Confira os dados do ato em: <a href="https://selodigital.tjpb.jus.br">https://selodigital.tjpb.jus.br</a>

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

- j) Não veicular publicidade acerca do objeto deste Contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.
- k) Apresentar a relação dos profissionais a serem alocados para a prestação dos serviços no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas após o recebimento da Ordem de Serviço, preenchendo as condições necessárias estabelecidas neste contrato.
- l) Reparar ou corrigir, às suas expensas, os vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços.
- m) Substituir, definitivamente, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.
- n) Cumprir as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício para com este, orientando os seus profissionais nesse sentido.
- o) Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho, inclusive fornecendo produtos apropriados à proteção dos profissionais expostos a condições climáticas adversas.
- p) Capacitar os seus trabalhadores em saúde e segurança do trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de 02 (duas) horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, em conformidade com a exigência contida no art. 1.º da Resolução CSJT n.º 98/2012.
- p1) Instruir seus profissionais quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas dependências do CONTRATANTE.
- q) Respeitar o sistema de segurança do CONTRATANTE e fornecer todas as informações solicitadas.
- r) Ter pleno conhecimento dos locais onde serão executados os serviços e ser responsável exclusivo, em qualquer caso, por danos materiais ou prejuízos que, direta ou indiretamente, venham causar, exonerando expressamente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades ou ônus, pelo ressarcimento ou indenizações que forem devidas.
- s) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato.
- t) Entregar ao CONTRATANTE cópia do instrumento coletivo (acordo/convenção/dissídio) do Sindicato a que pertencerem os empregados alocados na execução do objeto desta contratação, quando da assinatura do contrato, anualmente e sempre que houver alteração.
- u) Suprir toda e qualquer falta na prestação dos serviços mediante o oferecimento de profissional substituto que atenda aos requisitos técnicos e perfil exigidos.





<b>CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS</b> 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0 Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58013-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel.: (33) 3344-9444 - Fax: (33) 3344-9444
<b>Autenticação Digital</b> De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
<b>Cód. Autenticação: 05152609181156490124-18; Data: 26/09/2018 12:05:37</b>
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHN23185-09H5; Valor Total do Ato: R\$ 4,23 Confira os dados do ato em: <a href="https://selodigital.tjpb.jus.br">https://selodigital.tjpb.jus.br</a>
Bel. Válber do Miranda Cavalcanti Titular

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

- v) Manter atualizada a documentação apresentada para a habilitação, devendo a CONTRATADA informar ao CONTRATANTE, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de quaisquer documentos, justificando a ocorrência.
- w) Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.
- x) Pagar aos seus empregados, até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente, consoante previsão alojada no art. 459, §1.º, do Decreto-Lei n.º 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) independente do repasse realizado pela Administração, bem como apresentar os comprovantes de pagamento de salários, benefícios dos empregados e recolhimento dos encargos sociais, sempre que solicitado pela Administração deste Tribunal.
- y) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da presente contratação.
- z) Entregar aos empregados o vale-transporte e o auxílio-alimentação até o último dia útil do mês anterior ao da prestação dos serviços, salvo no início da contratação, quando será concedido o prazo de 10 (dez) dias corridos para o fornecimento dos auxílios aos novos contratados, como prazo para confecção dos cartões.
- aa) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento à Previdência e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- bb) Não divulgar nem permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem dados ou informações a que venham a ter acesso, referentes aos serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.
- cc) Adotar, junto ao CONTRATANTE, os procedimentos necessários à abertura da conta-corrente vinculada, no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da notificação emitida pelo CONTRATANTE (art. 6.º, inciso II, da Resolução CNJ n.º 169/2013), bem como a assinatura do termo específico que permita ao TRT 13 ter acesso aos saldos e extratos e, ainda, vincule a movimentação dos valores depositados à competente autorização pelo CONTRATANTE.
- dd) A CONTRATADA não poderá alocar, na execução dos serviços ou na função de preposto, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de chefia, direção e assessoramento ou de membros e servidores vinculados ao CONTRATANTE.
- ee) Fica vedado o retorno de profissionais substituídos em decorrência do que dispõe a alínea "m" deste instrumento às dependências do CONTRATANTE para





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.<sup>a</sup> REGIÃO**

cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais, bem como por qualquer outro motivo.

ff) Caracterizará vínculo do Profissional com a empresa a cópia da Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou ficha de registro do empregado, devidamente autenticada pela Delegacia Regional do Trabalho e, no caso de sócio, por cópia do Contrato Social ou sua alteração.

gg) Em caso de necessidade de substituição de empregado, aquele que substituir deverá comprovar junto ao CONTRATANTE requisitos similares ou superiores aos requisitos de capacidade técnica exigidos para o profissional quando da contratação.

hh) Manter, na Cidade de João Pessoa/PB, escritório local para representação, com profissional que detenha competência legal para a resolução de demandas inerentes ao contrato firmado com o CONTRATANTE Para a instalação do escritório de representação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE..

ii) Obedecer, rigorosamente, na execução do objeto contratual, às normas disciplinares e de segurança do CONTRATANTE, podendo ser exigido o afastamento daqueles empregados da CONTRATADA, cuja conduta seja considerada inconveniente.

jj) Acatar as normas das legislações federal, estadual e municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual.

kk) Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social, bem como endereço, telefone, correio eletrônico, representante ou outro dado da empresa.

ll) Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

mm) Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto do contrato, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pelo CONTRATANTE ou seu Gestor.

nn) Executar os serviços que estejam expressamente previstos neste instrumento, ficando o CONTRATANTE, no caso de inobservância, totalmente isento de responsabilidade pelo pagamento respectivo.

oo) Manter os seus profissionais identificados por crachá, quando em trabalho nas dependências do TRT da 13.<sup>a</sup> Região, orientando-os quanto ao vestuário adequado.

pp) Diligenciar para que os profissionais tratem as autoridades, funcionários e convidados do TRT da 13.<sup>a</sup> Região com atenção e urbanidade.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

qq) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização do TRT da 13.ª Região quanto à execução dos serviços contratados.

rr) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Gestor do Contrato, atendendo prontamente as reclamações relativas à execução dos serviços contratados.

ss) Relatar ao TRT da 13.ª Região toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver a prestação dos serviços.

tt) Para efeito da composição da planilha de formação de preços pela CONTRATADA, o recolhimento dos impostos deverá observar a natureza do vínculo do profissional contratado.

tt1) A CONTRATADA deverá consignar a natureza do vínculo do profissional a ser alocado para a prestação dos serviços, objetivando a adequada liquidação e pagamento da despesa e, conseqüentemente, a regular fiscalização do ajuste, especificamente quanto às contribuições previdenciárias e obrigações fiscais e aos encargos sociais e trabalhistas.

uu) Observar as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT n.º 103/2012, dentre elas a previsão alojada alínea "a" do item 5.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS e item 5.2.1. Serviços que envolvam a utilização de Mão de Obra.

vv) Disponibilizar, no que couber, todos os equipamentos necessários (EPI's), atendendo ao disposto na NR 15 da Portaria do MTE n.º 3.214/78.

ww) Caso a CONTRATADA seja uma microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional deverá comunicar sua exclusão à Receita Federal do Brasil por meio do Portal do Simples Nacional na internet, conforme previsto na Resolução CGSN n.º 15, de 23/07/2007, ou por ofício enviado à Receita Federal, até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura deste contrato, apresentando, no mesmo prazo, o comprovante da referida comunicação à gestão do contrato, sob pena de sua rescisão.

xx) Apresentar, sempre que solicitado, Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da licitante, conforme dispõe o art. 19, inciso XXIV, alínea "e" da Instrução Normativa n.º 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela Instrução Normativa n.º 06, de 23 de dezembro de 2013, emitida, no máximo, 12 (doze) meses antes da data da solicitação.

yy) Demais obrigações constantes do item 11 do Termo de Referência acostado no Protocolo TRT n.º 11.208/2016, que é parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA DOZE – DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS**

Os encargos sociais trabalhistas serão contingenciados pelos percentuais abaixo, incidentes sobre a remuneração mensal dos empregados alocados na prestação dos serviços.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS (*)				
TÍTULO	VARIAÇÃO RAT AJUSTADO 0,50% A 6,00%			
	EMPRESAS		SIMPLES	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
<b>SUBMÓDULO 4.1 DA IN 02/2008 MPOG:</b>	<b>34,30%</b>	<b>39,80%</b>	<b>28,50%</b>	<b>34,00%</b>
<b>RAT</b>	<b>0,50%</b>	<b>6,00%</b>	<b>0,50%</b>	<b>6,00%</b>
13.º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 Constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
<b>Subtotal</b>	<b>21,21</b>	<b>21,21</b>	<b>21,21</b>	<b>21,21</b>
Incidência do Grupo A¹	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
<b>Total a Contingenciar</b>	<b>32,85</b>	<b>34,01</b>	<b>31,61</b>	<b>32,78</b>

\* Os percentuais acima definidos estão de acordo com o Anexo da IN n.º 01/2013 do Conselho da Justiça Federal.

¹ A incidência recai sobre as verbas de 13.º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT Ajustado da empresa

**Subcláusula primeira.** O contingenciamento será feito mensalmente, mediante depósito em conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – cujo saldo será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido com a instituição financeira, recaiando a opção sempre pelo de maior rentabilidade, na forma estabelecida na **Resolução CNJ n.º 169, de 31 de janeiro de 2013, com as alterações da Resolução CNJ n.º 183/2013.**

**Subcláusula segunda.** A CONTRATADA deverá providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – em até 20 (vinte) dias corridos a contar da notificação do CONTRATANTE.

**Subcláusula terceira.** Eventuais despesas com abertura e manutenção da conta depósito vinculada deverão ser suportadas pela CONTRATADA e integrarão os custos com taxa de administração, constante da proposta comercial da empresa.

**Subcláusula quarta.** Caso o banco promova desconto(s) diretamente na conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – das despesas com abertura e manutenção da referida conta, o valor correspondente será retido do pagamento mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta depósito vinculada.

**Subcláusula quinta.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar diretamente aos empregados os pagamentos de salários, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela CONTRATADA.

**Subcláusula sexta.** Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o parágrafo anterior pelo CONTRATANTE, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

**Subcláusula sétima.** As parcelas correspondentes a férias e 13.º salário serão liberadas ao longo da execução do contrato na medida em que os eventos ocorrerem.

**Subcláusula oitava.** A movimentação da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será realizada nos termos do art. 19-A da Instrução Normativa n.º 02/2008, e suas alterações, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Resolução CNJ n.º 169, de 31 de janeiro de 2013, com as alterações da Resolução CNJ n.º 183/2013.

**Subcláusula nona.** Havendo eventuais saldos na conta-depósito, o montante deverá ser transferido para a CONTRATADA após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato administrativo (Consulta CNJ 0002928-26.2015.2.00.0000).

**CLÁUSULA TREZE – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Os serviços serão realizados conforme discriminado na cláusula segunda deste Contrato e no Termo de Referência acostado no Protocolo TRT n.º 11.208/2016, observado o limite de horas semanais, respeitados os critérios estabelecidos na legislação trabalhista e na convenção coletiva da categoria. Em casos de necessidade, estes horários poderão ser alterados, sem qualquer custo adicional ao contratante, devendo-se obedecer a escala de trabalho dos empregados e preservação do dia de folga semanal, conforme previsto em Lei, para a compensação do dia trabalhado.

**Subcláusula primeira.** As atividades dos profissionais serão desenvolvidas nas jurisdições de João Pessoa, Santa Rita, Mamanguape, Guarabira, Itabaiana, Campina Grande, Areia, Picuí, Patos, Monteiro, Itaporanga, Cajazeiras, Sousa e Catolé do Rocha.

**Subcláusula segunda.** Caberá ao Gestor do contrato o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados.

**CLÁUSULA QUATORZE – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA**

A CONTRATADA declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA QUINZE – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, todos da Lei n.º 8.666/93.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

**CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Com fundamento no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência.
2. Multa de:
  - 2.1. 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato, por ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:
    - a) permitir a presença de empregado mal apresentado ou sem portar o crachá de identificação;
    - b) deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos seus empregados;
    - c) não substituir o empregado que apresente conduta prejudicial, inconveniente ou insatisfatória à disciplina do CONTRATANTE;
  - 2.2. 0,2% (dois décimos por cento) por dia, sobre o valor mensal estimado do contrato, limitado a 5% (cinco por cento), nos casos de a CONTRATADA:
    - a) atrasar, em relação às datas legalmente fixadas, o pagamento de salários, inclusive férias e 13.º salário, vale-transporte e/ou auxílio-alimentação dos empregados alocados nas datas avençadas, bem como quaisquer outras verbas trabalhistas/previdenciárias;
    - b) atrasar, em relação às datas legalmente fixadas, a quitação das verbas e multas rescisórias por ocasião do encerramento do contrato de trabalho dos seus empregados;
    - c) atrasar o fornecimento de equipamento ou uniforme;
  - 2.3. 0,5% (meio por cento) sobre valor mensal estimado do contrato, por ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:
    - a) recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO;
    - b) deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO;
    - c) deixar de substituir empregados faltosos;
  - 2.4. 2% (dois por cento) ao dia, limitado a 30% (trinta por cento), sobre o valor mensal estimado do contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
  - 2.5. 2% (dois por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal, nas dependências do CONTRATANTE, por ocorrência;
  - 2.6. 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, sobre o valor mensal estimado do contrato, limitado a 5% (cinco por cento), no caso de atraso injustificado





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

para atendimento dos prazos estabelecidos pelo CONTRATANTE para abertura da conta depósito vinculada (bloqueada para movimentação);

- 2.7. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor mensal do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento) no caso de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia;
  - a) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa prevista no subitem "2.7" e demais cominações legais decorrentes da inexecução total do ajuste;
- 2.8. 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato, no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada por ocorrência ou por dia (conforme o caso), a partir do segundo registro do acontecimento de mesma natureza;
- 2.9. 10% (dez por cento) sobre o valor total anual do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 2.10. 30% (trinta por cento) sobre o valor total anual do contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 2.11. 30% (trinta por cento) sobre o valor total anual do contrato, no caso de desistência da prorrogação contratual, após sua concordância, nos termos informados na Cláusula Quinta, subcláusula nona.
3. Impedimento de licitar e contratar com a União, e, descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4.º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**Subcláusula primeira.** O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.

**Subcláusula segunda.** Constitui falta grave, caracterizada como falha na execução contratual, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação no dia fixado, que poderá dar ensejo à rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002.

**Subcláusula terceira.** As sanções previstas nas alíneas "1", "3", "4" e "5" desta cláusula





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

poderão ser aplicadas, cumulativamente, à pena de multa.

**Subcláusula quarta.** As penalidades previstas na alínea "3" desta cláusula também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

**CLÁUSULA DEZESSETE – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada, caberá recurso, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109 do Estatuto Licitatório.

**CLÁUSULA DEZOITO - DA GARANTIA**

A CONTRATADA apresentará, **em até 10 (dez) dias úteis**, contados da publicação deste instrumento na Imprensa Oficial, garantia de execução do contrato em uma das modalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, tendo como beneficiário o CONTRATANTE.

**Subcláusula primeira.** A garantia deverá ser prestada com vigência de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato e será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e multas eventualmente aplicadas. Não ocorrendo o pagamento dos citados créditos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, e utilizado o saldo da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas e de multas eventualmente aplicadas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa n.º 02/2008, e alterações, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**Subcláusula segunda.** No que tange às obrigações resultantes das relações de trabalho e previdenciárias, a garantia deverá atender todos os créditos decorrentes de ações ajuizadas pelos empregados vinculados à CONTRATADA e a este contrato, dentro do prazo prescricional de dois anos (estabelecido no artigo 11 da CLT e artigo 7.º, inciso XXIX, da Constituição Federal) contado da extinção dos respectivos contratos de trabalho.

**Subcláusula terceira.** Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

**Subcláusula quarta.** Quando a garantia for apresentada na modalidade seguro-garantia, a apólice respectiva deverá ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), devendo conter o número de registro naquela Instituição.

**Subcláusula quinta.** A garantia apresentada deverá assegurar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas e moratórias aplicadas à CONTRATADA, prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE e a terceiros, decorrentes

*[Assinaturas manuscritas]*





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

de culpa ou dolo durante a execução do contrato e obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

**Subcláusula sexta.** Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil.

**Subcláusula sétima.** Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, a instituição financeira fiadora deverá ser domiciliada ou possuir agência na cidade de João Pessoa/PB e demonstrar possuir bens suficientes à garantia integral da fiança prestada, conforme artigo 825 da Lei n.º 10.406/2002. A carta de fiança deverá conter cláusula expressa de renúncia do fiador ao benefício de ordem previsto no artigo 827 da Lei n.º 10.406/2002, conforme facultado pelo inciso I do artigo 828 do mesmo diploma legal, e ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos artigos 128, 129 e 130 da Lei n.º 6.015/73.

**Subcláusula oitava.** Alterado o valor do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de publicação do termo de aditamento na Imprensa Oficial.

**Subcláusula nona.** Prorrogado o prazo de vigência do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a renovar a garantia, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de publicação do termo aditivo na Imprensa Oficial.

**Subcláusula dez.** A garantia apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas previstas no instrumento de contrato será devolvida à CONTRATADA, que disporá do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis para a regularização da pendência.

**Subcláusula onze.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**Subcláusula doze.** A garantia apresentada será considerada extinta nos termos da alínea "h" do inciso XIX do art. 19 da Instrução Normativa n.º 02/2008 e alterações, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**CLÁUSULA DEZENOVE – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

**CLÁUSULA VINTE – DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE**

A CONTRATADA não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do CONTRATANTE ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.<sup>a</sup> REGIÃO**

**Subcláusula única.** A CONTRATADA não poderá, também, pronunciar-se em nome do CONTRATANTE à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como à sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

**CLÁUSULA VINTE E UM – DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS**

Tal como prescrito na lei, o CONTRATANTE e a CONTRATADA não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A Administração do CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

**Subcláusula primeira.** Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**Subcláusula segunda.** Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

**Subcláusula terceira.** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**Subcláusula quarta.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a CONTRATADA fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

**Subcláusula quinta.** No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

**CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO FORO**

Fica eleito o foro da Seção Judiciária Federal da cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

João Pessoa/PB, 26 de abril de 2017.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO**  
Paulo Lindenberg Castor de Lima  
Diretor-Geral

**FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**  
Shigeaki Maracajá Ramos  
Sócio-Diretor





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.<sup>a</sup> REGIÃO

TERMO ADITIVO N.º 04/2019 AO CONTRATO TRT N.º 06/2017

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.<sup>a</sup> REGIÃO E A EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.<sup>a</sup> REGIÃO, pessoa jurídica, com sede na Avenida Corálio Soares de Oliveira, s/n – Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-260, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.658.544/0001-70, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA, portador da Carteira de Identidade n.º 988.455 – 2ª via - SSP/PB e inscrito no CPF/MF sob o n.º 456.943.034-15, e a empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, com sede na Rua Estelita Cruz, n.º 221 – Alto Branco, Campina Grande/PB, CEP 58.401-470, telefones (83) 3341-1700/3224-6581, e-mails comercial3@grupoalertasv.com.br e diretoria@grupoalertasv.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.446.347/0001-16, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Diretor, SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, brasileiro, casado, natural de Gurjão/PB, portador da Cédula de Identidade n.º 1.170.000 SSP/PB e do CPF/MF n.º 024.095.094-10, com endereço na Rua Reginaldo Cavalcante Pereira, n.º 135 – Centenário, Campina Grande/PB, CEP 58.100-000, tendo em vista o que consta do **Protocolo TRT n.º 7.449/2019**, celebram o presente Termo Aditivo da forma a seguir, mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento firmado em 26/04/2017:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo é a **supressão de 04 (quatro) postos de vigilância noturno e de 04 (quatro) postos de vigilância diurno, a partir de 01/08/2019**, nos termos do Protocolo TRT n.º 7.449/2019, na forma descrita nas cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente alteração contratual tem fundamento no disposto no art. 65, §2.º, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.<sup>a</sup> REGIÃO

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES E DO QUANTITATIVO DE POSTOS**

2.1. Serão suprimidos: 04 (quatro) postos de serviços de vigilância armada noturno 12x36 horas e 04 (quatro) postos de serviços de vigilância armada diurna 12x36 horas, nas cidades de Itabaiana, Mamanguape, Picuí e Cajazeiras/PB.

2.2. Em razão das supressões, o quantitativo de postos empregados na execução dos serviços ficará distribuído da forma descrita no Anexo I.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

Em virtude das alterações acima mencionadas, o valor mensal do Contrato TRT n.º 06/2017 passará, a partir de **01/08/2019**, de R\$ 237.311,16 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e onze reais e dezesseis centavos) para **R\$ 183.180,82 (cento e oitenta e três mil, cento e oitenta reais e oitenta e dois centavos)**, nos termos da Planilha Resumo Geral constante do Anexo I.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições anteriormente pactuadas

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

João Pessoa/PB, 05 de julho de 2019.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.<sup>a</sup> REGIÃO  
Alexandre Gondim Guedes Pereira  
Diretor-Geral

FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.  
Shigeaki Maracajá Ramos  
Sócio-Diretor





## INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**GERÊNCIA EXECUTIVA JOÃO PESSOA/PB (CNPJ/MF: 29.979.036/0162-25)**

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que se fizeram necessários junto aos Órgãos Públicos Federais, Estaduais ou Municipais, Autarquias, Fundações, Empresas Privadas ou Mistas, que a Empresa FORÇA ALERTA – SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 10.446.347/0001-16, estabelecida à Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande/PB, **prestou** serviços de vigilância patrimonial desarmada nos prédios desta Gerência Executiva, conforme Contrato nº 59/2011, vigente a partir de 30/12/2011, com prorrogação por meio do 9º Termo Aditivo ao mencionado Contrato, com vigência final em 29/12/2016, encerrando o contrato com o contingente de 80 (oitenta) vigilantes, distribuídos em 53 (cinquenta e três) postos, assim distribuídos:


- 27 (vinte e sete) Postos de 12x36 hs diurnas de segunda-feira a domingo.
- 26 (vinte e seis) Postos de 44 hs semanais de segunda-feira a sexta-feira.

Outrossim, esclarecemos que a referida empresa **cumpriu** os termos do Contrato firmado, não existindo nenhum fato que desabonasse sua conduta Técnico-Profissional, durante o referido contrato.

João Pessoa/PB, 29 de outubro de 2019

  
**ROGÉRIO DA SILVA OLIVEIRA**  
Gerente Executivo – GEXJPS/PB

  
**GEOVÁ VITORINO DA SILVA**  
Técnico do Seguro Social  
Matrícula 0898536

  
**CARLOS EDUARDO XAVIER CUNHA**  
Chefe da Seção de Logística, Licitações e Contratos e Engenharia



## INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**GERÊNCIA EXECUTIVA JOÃO PESSOA/PB (CNPJ/MF: 29.979.036/0162-25)**

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que se fizerem necessários junto aos Órgãos Públicos Federais, Estaduais ou Municipais, Autarquias, Fundações, Empresas Privadas ou Mistas, que a Empresa FORÇA ALERTA – SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 10.446.347/0001-16, estabelecida à Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande/PB, **vem prestando** serviços de vigilância patrimonial desarmada nos prédios desta Gerência Executiva, conforme Contrato nº 39/2016, com prorrogação por meio do 3º Termo Aditivo ao mencionado Contrato, com vigência de 30/12/2018 a 30/12/2019, com o contingente de 82 (oitenta e dois) vigilantes, distribuídos em 54 (cinquenta e quatro) postos, assim distribuídos:

28 (vinte e oito) Postos de 12x36 hs diurnas de segunda-feira a domingo.

26 (vinte e seis) Postos de 44 hs semanais de segunda-feira a sexta-feira.

Outrossim, esclarecemos que a referida empresa **vem cumprindo** os termos do Contrato firmado, não existindo nenhum fato que desabone sua conduta Técnico-Profissional, até a presente data.

João Pessoa/PB, 29 de outubro de 2019

  
**ROGÉRIO DA SILVA OLIVEIRA**  
Gerente Executivo – GEXJPS/PB

  
**GEOVÁ VITORINO DA SILVA**  
Gestor do Contrato nº 39/2016  
Téc. Seg. Social – Matrícula 0898536

  
**CARLOS EDUARDO XAVIER CUNHA**  
Chefe da Seção de Logística, Licitações e Contratos e Engenharia





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**88**  
anos

**CONTRATO Nº 59/2011**  
**PROCESSO Nº 35172.000895/2011-56**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2011**

Contrato que entre si celebram o Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, através de sua **Gerência Executiva em João Pessoa/PB** e a empresa **FORÇA ALERTA – SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, visando à contratação dos Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada.

**O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, criado, na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990 e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, pelo Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009, revogado pelo Decreto nº 7.556 de 24.08.2011, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.979.036/0162-25, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, através de sua Gerência Executiva em João Pessoa/PB, com sede provisória na Av. Epitácio Pessoa nº 494 – Torre, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, neste ato representado pelo seu Gerente Executivo o Sr. **JOSÉ ANTONIO COELHO CAVALCANTI**, CPF/MF nº 105.150.974-20, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.748.370 expedida por SSP/PB, designado pela Portaria 545 de 09/09/2010, publicada no DOU nº 175 de 12/09/2011, e a empresa **FORÇA ALERTA – SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, com sede na Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco, Campina Grande/PB, inscrita no CNPJ/MF nº CNPJ 10.446.347/0001-16, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato pelo seu representante o Sr. **SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS**, portador da Carteira de Identidade nº. 1.170.000, órgão expedidor SSP/PB, e do CPF/MF nº. 024.095.094-10, tendo em vista a homologação do objeto do Pregão na Forma Eletrônica nº 12/2011, consoante o Processo nº 35172.000895/2011-56, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666, de 21.06.93, e alterações posteriores, Lei nº 10.520, de 17.07.2002, Decreto nº 5.450, de 31.05.2005 e Decreto nº 2.271, de 07.07.1997, Decreto nº 3.722, de 09.01.2001, IN/SLTI/MP nº 2, de 30.04.2008, alterada pela IN/SLTI/MPOG Nº 03/2009, pela IN/SLTI/MPOG Nº 04/2009 e pela IN/SLTI/MPOG Nº 05/2009, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007 e na IN/SLTI/MPOG Nº 2 DE 16.09.2009, RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviço de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada, com monitoramento, sob os termos e condições estabelecidos nas Cláusulas a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a execução, em regime de empreitada por preço global, pela CONTRATADA, dos serviços de Segurança e

Vigilância Patrimonial, através de Vigilância Desarmada, a serem prestados nos endereços e conforme discriminação, especificação, escalas de trabalho e detalhamento constantes deste Contrato e do Edital e seus Anexos, visando à segurança dos bens e valores existentes nos imóveis ocupados pelo CONTRATANTE, assim como de seus funcionários e do público em geral.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação e a Proposta da CONTRATADA, datada de 05/12/2011, seus Anexos e demais elementos constantes do referido processo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O presente contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os serviços serão prestados mensalmente sob a forma de Execução Indireta e pelo regime de Empreitada Por Preço Global.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, o valor mensal de **R\$260.037,02** (Duzentos e sessenta mil e trinta e sete reais e dois centavos), e global de **R\$3.120.444,24** (Três milhões, cento e vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da Contratada ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser cumprido sem ônus adicional ao INSS.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a contratada deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O disposto no parágrafo anterior se aplica ainda que se trate de eventos futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte (art. 23, §1º, da IN 02/2008, com redação dada pela IN 04/2009).

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA**

A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto, correrá à conta do Orçamento do INSS, para o exercício de 2011, sob a seguinte classificação: - Programa de Trabalho: 09271008325930001; Natureza da Despesa: 339037; Fonte de Recursos: 0151000000; Plano Interno: VIG.PSB.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada ao INSS, pela Lei Orçamentária Anual.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO EMPENHO DA DESPESA**

Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na Nota de Empenho nº 2011NE800625, de 15/12/2011, no valor de **R\$260.037,02** (Duzentos e sessenta mil e trinta e sete reais e dois centavos), correspondente ao período do primeiro mês do contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No caso de prorrogação da vigência contratual para o exercício subsequente será feito novo empenho.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A critério do CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, este contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que comprovada a vantagem para a Administração das condições e dos preços contratos por meio de prévia pesquisa de mercado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em caráter excepcional, devidamente justificado no processo, e mediante autorização da autoridade competente, o prazo de que trata a presente Cláusula poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, na forma prevista no parágrafo 4º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, no interesse da Administração e/ou por ocorrência de fato superveniente, devidamente justificado no processo, mediante aviso prévio à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A CONTRATADA, no caso de desinteresse na prorrogação do Contrato, deverá informar tal fato ao CONTRATANTE, no prazo mínimo de sessenta dias antes do vencimento do prazo de vigência ou, no caso

**I** - os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou

**II** - a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea pela Administração Pública, ou suspensão no âmbito do INSS, enquanto perdurarem os efeitos da punição.

**PARÁGRAFO NONO** - O início da execução do objeto do contrato dar-se-á no primeiro dia útil após a assinatura deste contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Como garantia das obrigações assumidas, a CONTRATADA prestou caução no valor de R\$ 156.022,21 (Cento e cinquenta e seis mil e vinte e dois reais e vinte e um centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, cabendo-lhe optar por quaisquer das seguintes modalidades:

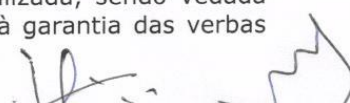
**a)** caução em dinheiro: efetuada, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal, em conta atualizada monetariamente de caução vinculada ao INSS, devendo o caucionado entregar o comprovante da caução ao INSS;

**b)** títulos da dívida pública: o depósito deverá ser efetuado em conta de custódia, na CEF, vinculado ao INSS, sendo aceitos somente aqueles emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda (inciso I do § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93).

**c)** seguro-garantia: deverá ser prestado por seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, devendo o INSS ser o único beneficiário da apólice de seguro; e

**d)** fiança bancária: deverá ser prestada por estabelecimento bancário legalmente autorizado pelo Banco Central, que expressamente renuncie pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, que instituiu o Código Civil Brasileiro. Para surtir efeitos em relação ao INSS, a fiança bancária deverá, obrigatoriamente, ser registrada em Cartório de Registros de Títulos e Documentos, conforme legislação vigente e vir acompanhada de cópia autenticada do estatuto social do banco.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Tratando-se de garantia prestada por meio de Fiança Bancária ou Seguro-Garantia, a mesma será renovada anualmente no mesmo percentual estabelecido nesta Cláusula, devidamente atualizada, sendo vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias.







**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**88**  
anos

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A garantia somente será liberada após o perfeito e integral cumprimento do contrato, que somente será assim considerado quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A garantia deverá ter validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato e somente será liberada após comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo INSS.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A garantia será liberada ou restituída após a comprovação da execução integral do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente conforme índices pagos pela Caixa Econômica Federal para conta vinculada do INSS.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A perda da garantia em favor do INSS, nos casos de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial, e sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Sempre que ocorrer alteração contratual em decorrência de prorrogação e/ou acréscimo de quantitativo e/ou revisão dos valores do objeto do Contrato, a empresa CONTRATADA, antes da assinatura do Termo Aditivo, prestará garantia suplementar no percentual de 5% (cinco por cento) do valor acrescido.

**PARÁGRAFO NONO** - Nos termos do art. 65, inciso II, alínea "a", da Lei 8.666/93, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Os Serviços de Vigilância Patrimonial Desarmada visa proteger os bens patrimoniais pertencentes, locados ou cedidos ao Instituto, e garantir a segurança dos servidores, segurados e público em geral, através das seguintes ações:



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**88**  
anos

- a) Exercer vigilância desarmada em todas as áreas internas ou externas dos prédios, com rondas de rotina em todas as dependências, vias de acesso, garagem e pátios, nos horários estabelecidos.
- b) Abrir e fechar as portas dos prédios e proceder a vistoria dos mesmos quanto ao ponto de vista de segurança, constatando a ausência de pessoas estranhas, abrindo ou fechando as portas, janelas, vitrôs, etc., ligando ou desligando chaves de circuitos elétricos e aparelhos em geral, de acordo com orientações recebidas da Administração do INSS.
- c) Zelar pela ordem e boas condições das áreas sob vigilância, controlar o abastecimento dos reservatórios de água dos prédios, ligar ou desligar automáticos de bombas hidráulicas ou de recalque.
- d) Verificar sistematicamente se as chaves gerais, fusíveis, tomadas, etc., se encontram em perfeito funcionamento e adotar medidas tendentes a evitar incêndios ou a extingui-los.
- e) Verificar as condições de funcionamento dos equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros, relativos à segurança dos prédios.
- f) Organizar filas e orientar o tráfego de pessoas, impedindo a entrada das que se apresentem de modo inconveniente, reprimindo os maus usuários do prédio, não permitindo a ocupação total ou parcial de hall, corredores ou outras áreas comuns, que dêem acesso a extintores de incêndio ou hidrantes.
- g) Proibir o acesso às dependências do CONTRATANTE de vendedores, promocionistas, agenciadores e correlatos, ou solicitadores de qualquer espécie, salvo com permissão escrita da autoridade superior, ou quando se tratar de representantes de empresas que transacionam com o INSS.
- h) Intervir prontamente, sempre que se verificarem quaisquer incidentes ou desentendimentos nas áreas sob vigilância, interna e externa, nas filas de espera, nos setores de atendimento ao público, etc., durante ou fora do horário normal de expediente, comunicando de imediato o fato ao CONTRATANTE.
- i) Providenciar o hasteamento e arriamento de bandeiras, de acordo com o cerimonial, observando o que nesse sentido dispõe a legislação vigente.
- j) Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, bem como ao responsável pelo posto qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- k) Manter afixado nos postos, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela Administração e outros de interesse e indicados, para o melhor desempenho das atividades fim.
- l) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do preposto do contratante, bem como as que entender oportunas.
- m) Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de funcionários autorizados a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados.





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**88**  
anos

- n) Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.
- o) Comunicar ao CONTRATANTE todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio público.
- p) Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do contratante, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
- q) Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela Administração do contratante, no caso de desobediência.
- r) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações.
- s) Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada.
- t) Manter o(s) vigilante(s) no posto, não permitindo que se afaste(m) de seus afazeres, principalmente para atender chamadas ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.
- u) Anotar em livro próprio as ocorrências no decorrer da jornada de trabalho do vigilante.
- v) Somente permitir o acesso de pessoas nas dependências do imóvel, fora do horário de funcionamento, previamente autorizadas e identificadas.
- w) Registrar e controlar diariamente, juntamente com a Administração, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando serviço.
- x) Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas, após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio, o nome, dados funcionais e tarefa a executar.
- y) Proibir a utilização do prédio, inclusive do Posto, para a guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores e empregados ou de terceiros.
- z) Registrar e revistar a entrada e saída de viaturas.
- aa) Executar rondas diárias conforme a orientação recebida da Administração, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e da tranquilidade e da ordem.
- bb) Sempre que houver sinistro de qualquer natureza, comunicar imediatamente ao CONTRATANTE.
- cc) Em caso de alarme de detecção de incêndio ou invasão do imóvel, deverão ser adotadas todas as providências, inclusive imediatamente serem acionados o Corpo de Bombeiros ou a Autoridade Policial mais próxima.



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**88**  
anos

- n) Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.
- o) Comunicar ao CONTRATANTE todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio público.
- p) Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do contratante, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
- q) Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela Administração do contratante, no caso de desobediência.
- r) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações.
- s) Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada.
- t) Manter o(s) vigilante(s) no posto, não permitindo que se afaste(m) de seus afazeres, principalmente para atender chamadas ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.
- u) Anotar em livro próprio as ocorrências no decorrer da jornada de trabalho do vigilante.
- v) Somente permitir o acesso de pessoas nas dependências do imóvel, fora do horário de funcionamento, previamente autorizadas e identificadas.
- w) Registrar e controlar diariamente, juntamente com a Administração, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando serviço.
- x) Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas, após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio, o nome, dados funcionais e tarefa a executar.
- y) Proibir a utilização do prédio, inclusive do Posto, para a guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores e empregados ou de terceiros.
- z) Registrar e revistar a entrada e saída de viaturas.
- aa) Executar rondas diárias conforme a orientação recebida da Administração, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e da tranquilidade e da ordem.
- bb) Sempre que houver sinistro de qualquer natureza, comunicar imediatamente ao CONTRATANTE.
- cc) Em caso de alarme de detecção de incêndio ou invasão do imóvel, deverão ser adotadas todas as providências, inclusive imediatamente serem acionados o Corpo de Bombeiros ou a Autoridade Policial mais próxima.





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**88**  
anos

Agência da Previdência Social em Rio Tinto – Rua da Aurora, s/n, Rio Tinto/PB	01	01	02
Imóvel do INSS – Rua Augusto de Almeida, 258 - Guarabira/PB	01	01	-
Agência da Previdência Social em Guarabira – Rua Sabiniano Maia, nº 903 - Guarabira/PB	01	01	02
Agência da Previdência Social em Itabaiana – Av. Prof. Antonio Santiago, nº 100 - Itabaiana/PB	01	01	02
Agência da Previdência Social em Sapé – Praça João Úrsulo, nº 124 - Sapé/PB	01	01	01
Agência da Previdência Social em Solânea – Rua Celso Cirne, nº 364 – Solânea/PB	01	01	01
Agência da Previdência Social em Cuité – Rua Petrônio de Figueiredo nº 374 - Cuité/PB	01	01	02
Agência da Previdência Social em Esperança – Rua Manoel R. Oliveira, nº 31- Esperança/PB	01	01	02
Agência da Previdência Social em Pedras de de Fogo - Rua José Lins do Rego em Pedras de Fogo/PB	01	01	01
Agência da Previdência Social em Bananeiras - Rua Don Antônio, nº 44 em Bananeiras/PB	01	01	01
Agência da Previdência Social em Mari - Rua Costa e Silva/sn em Mari/PB	01	01	01
Agência da Previdência Social em Alagoa Grande/ - entre as Ruas Presidente João Pessoa, Oliveira Uchoa, Expedicionários e Gedeão Amorim, s/n - Alagoa Grande/PB	01	01	01
<b>TOTAL DE POSTOS</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>32</b>

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Cabe ao CONTRATANTE, além dos encargos previstos na Lei nº 8.666/93, as seguintes obrigações:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e da IN/SLTI/MP nº 02 de 30.04.2008;
- Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato, inclusive destinar, se for o caso, local para que o representante da CONTRATADA possa executar o controle dos serviços e de seu pessoal;
- Disponibilizar instalações sanitárias;
- Permitir o acesso à CONTRTADA para o cumprimento de suas obrigações;

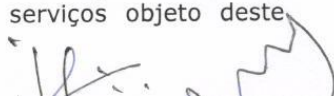
*[Handwritten signature]*

- e) Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança;
- f) Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato; e
- g) Efetuar em dia o pagamento à CONTRATADA, pelos serviços prestados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

Cabe à CONTRATADA, a perfeita execução do objeto contratado dentro das exigências da Lei nº 8.666/93, da boa-fé exigida na norma civil e ainda:

- a) Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto do Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo CONTRATANTE no ato do pagamento;
- b) Elaborar Folha de Pagamento e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, distintas e exclusivas para os seus empregados cuja mão-de-obra será cedida ao CONTRATANTE para execução dos serviços objeto do Contrato, na forma da Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1.991 e alterações posteriores, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 e alterações e IN/SRP nº 03, de 14.07.2005 ou outra norma que a substitua.
- c) Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciará para que todos os seus empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas do CONTRATANTE;
- d) A CONTRATADA é responsável pela formação e reciclagem dos seus empregados, utilizados na execução dos serviços, em conformidade com as normas que regulam a atividade, devendo quando requerido pelo CONTRATANTE apresentar a comprovação de habilitação dos empregados.
- e) Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;
- f) Caso a CONTRATADA tenha que refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas;
- g) Assumir a responsabilidade integral e ilimitada pela vinculação trabalhista, exclusiva dos seus empregados, no desempenho dos serviços objeto deste Contrato, nas dependências do CONTRATANTE;







- h) Responsabilizar-se-á pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por atos de negligência ou culpa de seus empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços estipulados no Contrato;
- i) A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente ao CONTRATANTE, sempre por escrito, a relação dos seus empregados que executarão os serviços objeto do Contrato, procedendo de igual forma nos casos de substituição;
- j) A CONTRATADA é a única responsável por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços relativos ao Contrato.
- k) Fornecer ao CONTRATANTE ou seu preposto, toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto da contratação, bem como, facilitar-lhe a fiscalização da execução dos serviços, cuja omissão na fiscalização não diminui ou substitui a responsabilidade da empresa, decorrente das obrigações pactuadas.
- l) Os funcionários ou prepostos da empresa CONTRATADA deverão apresentar-se nos locais de execução dos serviços, devidamente uniformizados e identificados com crachás contendo foto recente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Cabe à CONTRATADA, a perfeita execução do objeto contratado dentro das exigências da Lei nº 8.666/93, da boa-fé exigida na norma civil e ainda:

- a) A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços de vigilância nos endereços constantes deste Instrumento. Entretanto, ocorrendo mudanças de locais durante a vigência do contrato, ficará a empresa contratada obrigada a executar os serviços nos novos endereços, desde que estes se localizem dentro da área de jurisdição da Gerência Executiva do INSS em João Pessoa/PB, sem quaisquer ônus adicionais para o INSS.
- b) A CONTRATADA obriga-se a fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

- ✓ Calça
  - ✓ Camisa de mangas compridas e curtas
  - ✓ Cinto de Nylon
  - ✓ Sapatos
  - ✓ Meias
  - ✓ Quepe com emblema
  - ✓ Jaqueta de frio ou japona
  - ✓ Capa de chuva
- 
- 



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**88**  
anos

- ✓ Crachá
- ✓ Distintivo tipo Broche
- ✓ Livro de Ocorrência
- ✓ Cassetete
- ✓ Porta Cassetete
- ✓ Apito
- ✓ Cordão de Apito
- ✓ Lanterna 3 pilhas
- ✓ Pilha para lanterna

c) É vedado à CONTRATADA o repasse a seus empregados, dos custos de qualquer item de uniforme e seus complementos.

d) A CONTRATADA deverá alocar mão-de-obra especializada para executar os serviços de vigilância desarmada e comprovará a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação e de Reciclagem de Vigilantes, este último, quando for o caso, expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas pelos órgãos competentes.

e) Será implantado pela empresa contratada, imediatamente após a assinatura do contrato, ou em prazo determinado, os postos de serviço com a mão-de-obra correspondente nos locais e quantidades pelo CONTRATANTE.

f) Acionamento e monitoramento da vigilância eletrônica se existente no imóvel;

g) Registro de presença ao serviço dos empregados da empresa contratada deverá ser por ela controlado.

h) A CONTRATADA deverá prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

i) A CONTRATADA se obriga a apresentar atestado de antecedentes criminais de todos os seus empregados que atuarão nas instalações do CONTRATANTE.

j) Efetuar a reposição da mão-de-obra nos postos, em caráter imediato, em eventuais ausências, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

k) A CONTRATADA deverá manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo Contratante, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações do Contratante.

l) O CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da mesma, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

m) A CONTRATADA atenderá de imediato, as solicitações quanto às substituições da mão-de-obra qualificada, entendida como inadequada ou inabilitada para a prestação dos serviços.

n) Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.



- o) A CONTRATADA obriga-se a relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada durante a execução dos serviços.
- p) Os supervisores da CONTRATADA deverão, obrigatoriamente, inspecionar os postos de vigilância desarmada, no mínimo 01 (uma vez) por semana, em dias e períodos alternados, consignando o registro da inspeção no livro de ocorrências do posto de serviço.
- q) A CONTRATADA obriga-se a exigir da mão-de-obra por ela alocada, que compareça ao serviço devidamente uniformizada, portando na lapela, à altura do peito, sua identificação (crachá), com seu nome, função e o nome da empresa, não se tolerando uniformes incompletos, sujos ou de mau aspecto.
- r) A CONTRATADA obriga-se a apresentar, previamente, se assim exigida pelo Contratante, a documentação que julgar necessária para comprovação da idoneidade e da qualificação profissional da mão-de-obra indicada para prestação dos serviços, inclusive carteira profissional devidamente preenchida, carteira de saúde atualizada periodicamente e ficha individual completa, da qual constarão todos os elementos necessários à perfeita identificação de cada profissional.
- s) À CONTRATADA fica expressamente proibido o aproveitamento de servidores do INSS, para execução dos serviços objeto deste contrato.
- t) A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, a cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
- u) Orientar os seus vigilantes para somente permitir o ingresso nos imóveis, nos dias e horários sem expediente, mediante apresentação de autorização especial, fornecida pelo Setor responsável pela Administração dos mesmos. Na falta dessa autorização e desde que caracterizada a necessidade de ingresso no local, deverá o interessado, após identificação, ser acompanhado pelo vigilante.
- v) Garantir que os vigilantes alocados aos postos, guarneçam o(s) acesso(s) do prédio durante todo horário estabelecido pelo INSS para atendimento ao público, impedindo o ingresso de pessoas portando arma de fogo, objetos de natureza perfurante ou cortante ou que não estejam de acordo com as normas de segurança da Autarquia;
- w) Providenciar para que os seus vigilantes estejam posicionados nas áreas utilizada (s) no prédio para atendimento ao público ou de circulação de pessoas, em permanente atenção inclusive quanto aos meios de acionamento (alarme luminoso e/ou sonoro, verbal ou por sinais) que possam ser utilizados pelos servidores do INSS, para pronta intervenção no local ou situação, garantindo que não se consumem ações que resultem em ofensa, de qualquer natureza, aos servidores, usuários dos serviços da Previdência ou ao patrimônio do INSS;
- x) Orientar os vigilantes para observar as pessoas nas dependências do estabelecimento visando identificar e prevenir situações riscos reais ou potenciais de agressões, e intervir de forma preventiva para garantir que não se consumem ações que atentem contra a segurança física, moral de pessoas e também funcional em se tratando do servidor;
- y) Efetuar o controle de movimento de pessoas, fora dos horários de expediente, através do(s) vigilante(s) designado(s) para o(s) serviço(s) pela empresa
- 10 - 3



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**88**  
anos

contratada, mediante anotações em livro próprio, do qual constará, além da identificação da pessoa, o local de destino e o seu horário de entrada e saída, com prévia autorização da Administração do prédio.

aa) A CONTRATADA obriga-se a controlar o registro da presença ao serviço dos seus empregados, a qual se responsabilizará, ainda, pela fiscalização diária dos mesmos, inclusive no período noturno e especialmente nos horários de substituição dos plantonistas que, em nenhuma hipótese, poderão se retirar dos prédios portando volumes ou objetos sem a devida autorização.

bb) A CONTRATADA obriga-se a garantir que os componentes da equipe de vigilância ajustem-se às normas e disciplina estabelecidas pelo INSS e atender prontamente às determinações do Fiscal designado para acompanhamento dos Serviços, da área de Logística e da Chefia da Unidade.

cc) A CONTRATADA se obriga a operar e agir com organização completa, fornecendo a mão-de-obra necessária à execução dos serviços objeto deste Contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços.

dd) A CONTRATADA se obriga a orientar os vigilantes por ela alocados aos postos, que nenhum volume, objeto ou equipamento poderá ser retirado dos imóveis, sem que seu portador esteja munido de autorização de saída, fornecida pelo setor de origem, com assinatura da chefia de categoria igual ou superior à de Seção, devidamente identificada com carimbo, contendo nome e função. Essa autorização deverá ser entregue ao vigilante no momento da retirada do material, que examinará sua autenticidade e a entregará no dia imediatamente posterior ao Setor de Administração do imóvel.

ee) Orientar também que o vigilante poderá exigir a abertura de embrulhos ou volumes para conferência de seu conteúdo, restando os que apresentarem qualquer irregularidade.

ff) Ocorrendo desaparecimento de materiais, bens, por omissão ou negligência da empresa contratada, será esta responsabilizada. A empresa deverá ressarcir os danos do INSS, ou de terceiros que se encontrem sob a responsabilidade do Instituto, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão do Boletim de Ocorrência e notificação por escrito à empresa. Não atendendo ao pedido ou sendo rejeitadas as escusas da empresa de vigilância, o valor do dano será apurado sumariamente e descontado da garantia oferecida ou da próxima fatura mensal, sendo que a reincidência do fato ensejará a rescisão unilateral, sem prejuízos das perdas e danos a serem cobrados da empresa de vigilância.

gg) A CONTRATADA deverá, na forma da PORTARIA No. 387/2006 - DG/DPF, de 28 de AGOSTO de 2006, do Departamento de Polícia Federal, enquanto viger o contrato, realizar exames de saúde física e mental dos vigilantes que forem destacados para a execução do objeto do contrato.

hh) A empresa cumprirá todas as normas estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes, em especial a Norma Regulamentadora Número 6, do Ministério do Trabalho, atentando para o disposto no Subitem 6.5, quanto à recomendação do EPI adequado ao risco existente em cada atividade envolvida na execução do contrato.





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**88**  
anos

**ii)** No caso da empresa contratada não possuir instalações na cidade de João Pessoa/PB, sede da Gerência Executiva, deverá providenciar dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, a instalação de um escritório com toda a estrutura para atender em sua totalidade o objeto da licitação, bem como se obriga a apresentar os seguintes documentos:

**ii.1)** Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, dentro do prazo de validade, (Regional responsável pela circunscrição da região onde serão realizados os serviços), conforme disposto no art. 20 da Lei nº 7.102, de 20.06.83, no Decreto nº 89.056, de 24.11.83, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10.08.95, e de conformidade com a Portaria nº 387, de 28 de agosto 2006, do Departamento de Polícia Federal, e Retificação; e

**ii.2)** Certificado de Regularidade de Situação de Cadastramento, expedido pelo órgão competente da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, emitido em nome da licitante e em plena validade, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 7.102, de 20.06.83, e alterações posteriores, e no art. 38 do Decreto nº 89.056, de 24.11.83, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10.08.95.

**jj)** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se o contratado incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento (art. 34-A da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, acrescentado pela IN SLTI/MPOG nº 03/2009).

**ll)** A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação (Parágrafo Único do art. 34-A da IN/SLTI/MPOG nº 2/2008, acrescentado pela IN/SLTI/MPOG nº 3/2009).

**mm)** Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (Caput do art. 35 da IN/SLTI/MPOG nº 2/2008, acrescentado pela IN/SLTI/MPOG nº 3/2009).

**nn)** Até que a contratada comprove o disposto no **inciso mm**, o órgão ou entidade contratante deverá reter a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no instrumento convocatório e no art. 19-A, inciso IV da Instrução Normativa/SLTI/MPOG Nº 02/2008 (Parágrafo Único do art. 35 da IN/SLTI/MPOG nº 2/2008, acrescentado pela IN/SLTI/MPOG nº 3/2009).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso de fusão, cisão ou incorporação da contratada, o INSS deverá ser comunicado por escrito sobre essas mudanças, e só aceitará a nova empresa se dessas transformações não resultarem prejuízos a execução dos serviços, mantidas as condições de habilitação e as condições estabelecidas no contrato original.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço e/ou fornecimento de material que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas, e serão exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma do art. 67 da Lei 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e IN/SLTI/MP nº 02, de 30.04.2008.

As atividades de solicitação, avaliação e atestação dos serviços não serão realizadas pela empresa CONTRATADA para a realização dos serviços, devendo a designação dos responsáveis, recair preferencialmente para servidores do INSS, devidamente qualificados para as atividades e sem vínculo com a empresa, conforme determina o art. 19, I, da IN/MPOG/SLTI nº 02/2008.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Ao representante designado pelo INSS caberá a atestação das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas a exigências estabelecidas neste Contrato e no Edital de licitação com seus anexos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A atestação de conformidade dos serviços executados cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Para fins do disposto nesta cláusula, poderão ser designados, como auxiliares, servidores lotados em cada uma das unidades vinculadas à GEXJPS onde o serviço for prestado, aos quais caberá elaborar relatório mensal, dirigido ao fiscal do contrato, acerca da conformidade da prestação dos serviços na localidade da lotação.

A análise prévia da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária caberá à Seção de Logística do INSS.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O acompanhamento e a fiscalização do contrato serão processados nos termos dos arts. 31 a 34 da IN/SLTI/MPOG nº 2/2008, alterada pela IN/SLTI/MPOG nº 3/2009.





**PARÁGRAFO QUINTO** – O fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação e aceitação dos serviços, conforme disposto no artigo 73 da Lei nº 8.666/1993 c/c o artigo 35 da Instrução Normativa nº 02/2008, por meio de ordem para depósito em conta corrente da empresa CONTRATADA, após a apresentação dos seguintes documentos:

**a)** Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestada, pelo setor competente, de que os serviços foram executados a contento, após apresentação dos documentos abaixo relacionados:

**a.1)** GPS - Guia da Previdência Social - do serviço, relativa ao mês da última competência vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

**a.2)** GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, relativa ao mês da última competência vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

**a.3)** Comprovante da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônico oficiais ou a documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;

**a.4)** Relatório Mensal dos Serviços Executados; e

**a.5)** Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pelo INSS (art. 36, parágrafo 1º, III, da IN 02/2008), nos seguintes termos:

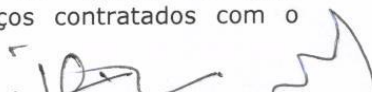
**a.5.1)** a prova dos depósitos da contribuição previdenciária de cada trabalhador disponibilizado para os serviços contratados com o INSS;

**a.5.2)** a prova dos depósitos do FGTS de cada trabalhador disponibilizado para os serviços contratados com o INSS;

**a.5.3)** comprovante de pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior, de cada trabalhador disponibilizado para os serviços contratados com o INSS;

**a.5.4)** comprovante do fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível, para cada trabalhador disponibilizado para os serviços contratados com o INSS;

**a.5.5)** comprovante do pagamento do 13º salário de cada trabalhador disponibilizado para os serviços contratados com o INSS;



**a.5.6)** comprovante de concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei, de cada trabalhador disponibilizado para os serviços contratados com o INSS;

**a.5.7)** comprovantes da realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

**a.5.8)** comprovantes de participação em eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei;

**a.5.9)** comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED, de cada trabalhador disponibilizado para os serviços contratados com o INSS;

**a.5.10)** cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

**a.5.11)** cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Verificada a existência de irregularidade fiscal da CONTRATADA perante o SICAF, a empresa será notificada da ocorrência e será adotado o procedimento tendente à aplicação de penalidade, ficando o pagamento suspenso por até 60 (sessenta) dias, período em que será comunicada a existência do crédito ao órgão responsável pela arrecadação do tributo devido e, transcorrido esse período sem que ocorra ordem judicial para retenção dos valores, o pagamento será realizado sem qualquer atualização e será iniciado o procedimento administrativo para rescisão contratual, por inadimplemento contratual, com fundamento no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Não obsta a efetivação do pagamento a existência de registro no SICAF de aplicação de penalidade à empresa CONTRATADA, por outro órgão da Administração Pública, desde que comprovada a sua regularidade fiscal ou depois de adotados os procedimentos estabelecidos no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme estabelecer a legislação vigente.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A CONTRATADA optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, fica dispensada das retenções, conforme dispuser as normas vigentes.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Fica a CONTRATADA obrigada a informar qualquer alteração de sua condição de optante pelo SIMPLES, sob pena da aplicação das sanções contratuais e legais

**PARÁGRAFO SEXTO** - Será retida na fonte, a título de "Retenção para o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS", a alíquota correspondente,





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**88**  
anos

de acordo com a legislação tributária de cada município onde os serviços serão executados, do valor da fatura/nota fiscal.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente atestadas, pelo servidor do INSS designado para acompanhar e fiscalizar os serviços, desde que os mesmos tenham sido executados a contento, sem o que não poderá ser feito o pagamento correspondente.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que lhe tenha sido aplicada.

**PARÁGRAFO NONO** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira:

- a) atestação de conformidade do serviço executado;
- b) apresentação da comprovação da documentação discriminada no *caput* desta Cláusula; e
- c) garantia contratual vigente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Ocorrendo atraso do pagamento, haverá compensação financeira sobre o valor devido, desde que para tanto a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma e que por essa seja requerida, com incidência da taxa de juros moratórios, à base de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da fórmula demonstrada a seguir, para o período compreendido entre a data prevista para o adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento:

**EM = I x N x VP onde:**

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso; e

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

I = Índice de atualização financeira:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - O INSS não estará sujeito à compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer da prestação

irregular dos serviços ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e das relativas ao FGTS poderá ensejar o pagamento em juízo dos valores em débito, ou proceder nos termos do parágrafo seguinte, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A CONTRATADA autoriza o INSS a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA, em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, e obedecendo-se as condições inicialmente previstas no Contrato, ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.

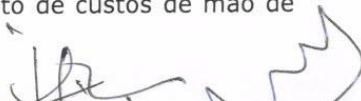
#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA REPACTUAÇÃO**

É admitida a repactuação do presente Contrato desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, considerando-se como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta. (ON/AGU nº 24 e nº 26, de 01 de abril de 2009), observado:

**I** - Os efeitos financeiros decorrentes da repactuação incidirão a partir do termo fixado na convenção coletiva, acordo ou sentença normativa.

**II** - A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva repassará integralmente o aumento de custos de mão de obra decorrente desses instrumentos.





**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A empresa contratada poderá exercer, perante o INSS, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A repactuação a que a CONTRATADA fizer jus que não for solicitada durante a vigência do contrato será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se o processo de negociação coletiva ultrapassar a data-base da categoria e, antes do registro da negociação, o INSS resolver prorrogar o contrato, a empresa deverá solicitar, em data anterior à prorrogação, a colocação de uma cláusula no termo aditivo que resguarde seu direito à repactuação tão logo ocorra o registro do acordo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão do Ministério do Trabalho e Emprego.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida, observado:

**I.** Caso ocorra a prorrogação sem repactuação, em decorrência da preclusão lógica, a próxima repactuação somente poderá ser deferida após 12 meses, contados dos efeitos financeiros da convenção coletiva, acordo ou sentença normativa anterior à prorrogação do contrato.

**II.** Na hipótese do subitem anterior, o novo valor corresponderá à integralidade das correções salariais, com efeitos financeiros a partir da nova convenção coletiva, acordo ou sentença normativa.

**PARÁGRAFO SEXTO** - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das Planilhas de Custos e Formação de Preços, de outros documentos indispensáveis à comprovação da alteração de preços em relação à composição de custos constantes da planilha de preço originária, ou da última planilha repactuada, e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, preservando-se a vantajosidade da contratação inicial, observado:

**I.** A solicitação de repactuação da CONTRATADA ficará suspensa enquanto não forem cumpridos os atos ou apresentada a documentação solicitada pelo INSS para a comprovação da variação dos custos.

**II.** O pedido de repactuação deverá ser instruído com o registro do acordo ou da convenção coletiva no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem

*[Handwritten signature]*

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A empresa contratada poderá exercer, perante o INSS, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A repactuação a que a CONTRATADA fizer jus que não for solicitada durante a vigência do contrato será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se o processo de negociação coletiva ultrapassar a data-base da categoria e, antes do registro da negociação, o INSS resolver prorrogar o contrato, a empresa deverá solicitar, em data anterior à prorrogação, a colocação de uma cláusula no termo aditivo que resguarde seu direito à repactuação tão logo ocorra o registro do acordo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão do Ministério do Trabalho e Emprego.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida, observado:

**I.** Caso ocorra a prorrogação sem repactuação, em decorrência da preclusão lógica, a próxima repactuação somente poderá ser deferida após 12 meses, contados dos efeitos financeiros da convenção coletiva, acordo ou sentença normativa anterior à prorrogação do contrato.

**II.** Na hipótese do subitem anterior, o novo valor corresponderá à integralidade das correções salariais, com efeitos financeiros a partir da nova convenção coletiva, acordo ou sentença normativa.

**PARÁGRAFO SEXTO** - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das Planilhas de Custos e Formação de Preços, de outros documentos indispensáveis à comprovação da alteração de preços em relação à composição de custos constantes da planilha de preço originária, ou da última planilha repactuada, e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, preservando-se a vantajosidade da contratação inicial, observado:

**I.** A solicitação de repactuação da CONTRATADA ficará suspensa enquanto não forem cumpridos os atos ou apresentada a documentação solicitada pelo INSS para a comprovação da variação dos custos.

**II.** O pedido de repactuação deverá ser instruído com o registro do acordo ou da convenção coletiva no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem

*[Handwritten signature]*



obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Quando da solicitação da repactuação para custos não relacionados à mão de obra, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- e) a disponibilidade orçamentária do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO NONO** – A repactuação será formalizada por meio de apostilamento, salvo quando coincidir com a prorrogação contratual, quando será formalizada por meio de termo aditivo ao contrato vigente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – O INSS poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela empresa contratada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Para a repactuação de valores relativos a custos não relacionados à mão de obra, os efeitos financeiros incidirão a partir do apostilamento ou da assinatura do termo aditivo, ou ainda de data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações.

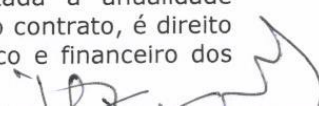
**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – O INSS deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – O pagamento dos valores correspondentes ao período entre o evento motivador da repactuação e o apostilamento ou do aditamento será previsto no próprio instrumento do deferimento, independentemente de processo de reconhecimento de dívida.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – Somente será realizada uma repactuação em cada período de 01(um) ano.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – A repactuação, respeitada a anualidade disposta neste item e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da CONTRATADA, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos



contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** – A repactuação não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** – O prazo para solicitar a repactuação – prazo de solicitação – não se confunde com os interregnos mínimos exigidos pelos artigos 37, 38 e 39 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, para o deferimento da mesma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES**

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, bem como no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA, no curso da execução do contrato, se sujeitará às seguintes penalidades, garantidos o contraditório e a prévia e ampla defesa:

**I** - na ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002:

**a)** multa de 10% do valor do contrato, sem prejuízo das sanções previstas no inciso V deste subitem.

**II** - na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, assim considerado pelo CONTRATANTE, hipótese em que responderá pela inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

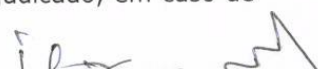
**a)** advertência;

**b)** multa de:

**b.1)** 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**b.2)** 1% (um por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso por período superior ao previsto na alínea anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**b.3)** 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.





**III** – na ocorrência das infrações identificadas na tabela 1, abaixo:

a) multa, de acordo com os graus atribuídos, conforme a tabela 2 a seguir, que indicará o respectivo percentual da penalidade:

**Tabela 1**

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por ocorrência;	06
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
04	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mau apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência;	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
06	Zelar pelas instalações do INSS utilizadas, por item e por dia;	03
07	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia;	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
09	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	01
10	Entregar os salários, vales-transporte e/ou ticket-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia;	01
11	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia;	04
12	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	02
13	Fornecer 02 (dois) uniformes completos e adequados às diferentes condições climáticas, anualmente, por funcionário e por ocorrência;	02
14	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por dia e por ocorrência;	05
15	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previsto nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	01
16	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não	02

	<b>INFRAÇÃO</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
	previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	

**Tabela 2**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
01	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
05	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
06	4,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

**IV** - na ocorrência da situação descrita na Cláusula Quinta, Parágrafo Sétimo, inciso VI, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao interesse público:

- a) multa de 10 % (dez por cento) do valor do contrato;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de até 02 (dois) anos.

**V** - poderão ser aplicadas, ainda, as seguintes sanções, nas hipóteses em que houver rescisão unilateral do contrato por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das multas cabíveis, nos termos dos incisos anteriores:

- a) impedimento de licitar e contratar com a União, bem como descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea anterior.
- b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As sanções previstas nos itens II, alínea "a", e V desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nos itens I, II, alínea "b" e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido, elevando-se o prazo para 10 (dez) dias úteis, no caso da penalidade prevista no item V, alínea "b".





**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em caso de reincidência específica de infração de grau 06 prevista no item III, Tabela 2 desta Cláusula, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 10% (dez por cento), por dia, do valor mensal do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de reincidência específica, pela segunda vez, das infrações de graus 05 e 06 previstas no item III, Tabela 2 dessa Cláusula, restará caracterizada a inexecução parcial do contrato e, em nova reincidência, inexecução total do contrato, a ensejar rescisão unilateral da avença.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido na Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, ou será descontado por ocasião do pagamento a ser efetuado pelo INSS, podendo, ainda, ser descontado da garantia oferecida ou cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo CONTRATANTE, no caso de força maior, devidamente comprovado por escrito, e para o qual não tenha dado causa a CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A CONTRATADA deverá comunicar os casos de força maior ao CONTRATANTE, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos contados de sua verificação e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O CONTRATANTE, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação mencionados no parágrafo sexto, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão deste contrato pode ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo quanto ao Inciso XVII;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; ou
- c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

O presente contrato fundamenta-se:

- a) na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005 e na IN nº 02/2008;
- b) subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993;
- c) Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

O presente contrato vincula-se aos termos:

- a) do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2011, e seus anexos, constante do processo nº 35172.000895/2011-56;
- b) da proposta vencedora da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do presente contrato deverá ser providenciada, em extrato, tanto no Diário Oficial da União, como no Boletim de Serviço do INSS, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Nos termos do art. 52, da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 2/2008, o INSS publicará no sítio comprasnet a listagem atualizada dos contratos continuados firmados, indicando:

- I - a(s) CONTRATADA(s);
- II - o(s) objeto(s);
- III - os preços unitários, mensal e global, com as respectivas unidades de medida;
- IV - o(s) quantitativo(s) de empregados envolvidos em cada contrato, quando a contratação implicar dedicação exclusiva de empregados da CONTRATADA;
- V - o(s) valor(es) máximo(s) adotado(s);
- VI - a(s) produtividade(s) de referência e a(s) produtividade(s) CONTRATADA(s);





VII - a(s) data(s) de referência para eventuais repactuações e os instrumentos legais a que se vinculam; e


VIII - a variação percentual entre o(s) valor(es) contratado(s) e o(s) repactuado(s), e o(s) novo(s) valor(es) decorrente(s).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal na cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com a exclusão de qualquer outro.

E para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado no Livro Especial do CONTRATANTE, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/1993, o qual, depois de lido, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas, abaixo nomeadas.

João Pessoa/PB, 30 de dezembro de 2011.

  
**JOSÉ ANTONIO COÊLHO  
CAVALCANTI**  
Gerente Executivo  
PELO INSS

  
**SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS**  
PELA CONTRATADA

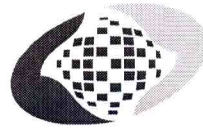
TESTEMUNHAS:

  
NOME COMPLETO e CIC/MF

  
078444504-44

  
NOME COMPLETO e CIC/MF

  
192.435.434-87



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Gerência Executiva em João Pessoa/PB

### **9º Termo Aditivo ao Contrato nº 59/2011**

**Processo nº 35172.000895/2011-56**

**Pregão Eletrônico nº 12/2011**

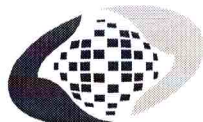
Termo Aditivo que entre si celebram o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por meio da Gerência Executiva João Pessoa/PB e a empresa Força Alerta – Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda, para prorrogação do Contrato de execução de Serviços de Vigilância Patrimonial Desarmada por mais 12 (doze) meses.

**O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social, criado na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e reestruturado conforme determinação contida no Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, determinação contida no Art.11, Parágrafo Único da Lei 8.422, de 13 de maio de 1992, pelo Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.979.036/0162-25, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, por meio de sua Gerência Executiva em João Pessoa/PB, com sede na Rua Barão do Abiaí, nº 73, Centro - João Pessoa/PB, neste ato representado pelo seu Gerente Executivo, **Sr. ROGÉRIO DA SILVA OLIVEIRA**, designado pela Portaria MPS nº 553, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 246, de 19/12/2014, portador da Cédula de Identidade RG nº 684720, expedida por SSP/PB e do CIC/MF nº 299.672.444-53, com base nas atribuições delegadas no art. 9º do Regimento Interno do INSS, aprovado pela PT/INSS/PRES nº 296, de 09/11/2009, e a empresa **FORÇA ALERTA – SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, com sede na Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – CEP: 58.401-470 – Campina Grande/PB e Escritório local na Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 1944 – Torre – CEP: 58.040-380 – João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.446.347/0001-16, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu Diretor, **Sr. SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.170.000, expedida por SSP/PB e do CIC/MF nº 024.095.094-10, tendo em vista a homologação do objeto do Pregão Eletrônico nº 12/2011, consoante o Processo nº 35172.000895/2011-56, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997; IN/SLTI/MP nº 2, de 30 de abril de 2008, e suas alterações, têm entre si justo e contratado o seguinte:

1) que, por contrato particular assinado em 30 de dezembro de 2011, a **CONTRATANTE** ajustou com a **CONTRATADA** a execução de serviços de vigilância patrimonial desarmada, nos termos, condições e preços estipulados no Contrato nº 59/2011;

2) que para efeito de direito, vem aditar o mencionado contrato, com fulcro no inciso II do artigo 57 da Lei nº, 8.666/93, e, ainda, na Cláusula Quinta do aludido instrumento contratual, nos seguintes termos:





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Gerência Executiva em João Pessoa/PB

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** – Prorrogação, por mais 12 (doze) meses, do prazo de vigência do Contrato nº 59/2011, constante de sua Cláusula Quinta, e já prorrogado por dois períodos iguais e sucessivos, conforme 3º, 4º e 5º Termos Aditivos (Cláusula Primeira), restando durante esse período, prorrogada a prestação dos serviços objeto do aludido instrumento contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA** – O prazo de vigência do Contrato será prorrogado por mais 12 (doze) meses, ficando vigente para o período de 30 de dezembro de 2015 a 29 de dezembro de 2016, com eficácia legal a partir da publicação do seu extrato deste Termo Aditivo no DOU.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO** – O valor mensal devido à CONTRATADA como remuneração pela prestação dos serviços de vigilância prestados nas Unidades vinculadas a GEXJPS, importa em **R\$ 222.029,36** (duzentos e vinte e dois mil, vinte e nove reais e trinta e seis centavos), perfazendo o valor global de **global de R\$ 2.664.352,32** (dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos) para o período de 12 (doze) meses.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica resguardado eventuais direitos que ensejem pedido de repactuação de preços em decorrência do dissídio coletivo 2016/2016.

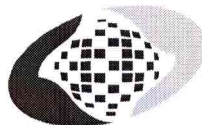
**CLÁUSULA QUARTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – As despesas com a execução do presente termo aditivo correrão por conta dos recursos consignados na legislação que aprovou o orçamento do INSS para o exercício de 2015/2016, sob a seguinte classificação: Natureza da Despesa: 339037, Plano Interno: VIG.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EMPENHO DA DESPESA** – Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente termo aditivo, estão regularmente inscritos na Nota de Empenho 2015NE800766.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Será providenciada pelo CONTRATANTE a cada início de exercício, dotação orçamentária própria para sua respectiva cobertura.

**CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL** – Em garantia das obrigações ora aditada, a CONTRATADA prestará (prestou) caução no valor de R\$ 133.217,61 (cento e trinta e três mil, duzentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual (global) do presente termo aditivo (com sua vigência de três meses além da vigência contratual), importância essa que, desde que aceitos os serviços ora aditados, será devolvida à CONTRATADA, após o término do prazo de vigência do contrato nº 59/2011, conforme estabelecido na Cláusula Sexta do contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A garantia somente será devolvida à CONTRATADA após a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação, bem como no sentido de que, caso esse pagamento não ocorra até o final do segundo mês após o encerramento da vigência contratual,



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Gerência Executiva em João Pessoa/PB

a garantia será utilizada para pagamento dessas verbas trabalhistas, diretamente pela Administração (art. 19, inciso XIX, da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 02/2008, incluído pela IN/SLTI/MPOG nº 03/2009).


**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO** - Ficam mantidas todas as disposições e cláusulas constantes do Contrato nº 59/2011, não atingidas pelas alterações introduzidas no presente Termo Aditivo, que passa a fazer parte integrante do referido contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO** - A publicação do presente Aditivo deverá ser providenciada em extrato, tanto no Diário Oficial da União, como no Boletim de Serviço do INSS, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma prevista no Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Assim, fica retificado e aditado o contrato particular supra referido, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que, juntos, produzam um único efeito de direito. E, por estarem justos e contratados, assinam, as partes, o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, também signatárias.

João Pessoa/PB, 17 de dezembro de 2015

  
\_\_\_\_\_  
Rogério da Silva Oliveira  
Contratante/GEXJPS

  
\_\_\_\_\_  
Shigéaki Maracajá Ramos  
Contratada/FORÇA ALERTA

**Testemunhas:**

  
\_\_\_\_\_  
Nome e CIC:

172953943-20

\_\_\_\_\_  
Nome e CIC:





# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## **Certidão Negativa**

**Certifico que nesta data (07/11/2019 às 11:03) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 10.446.347/0001-16.**

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5DC4.162A.E57A.7818



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## **Certidão Negativa**

**Certifico que nesta data (07/11/2019 às 11:10) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CPF nº 025.965.914-21.**

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5DC4.17C3.6B76.A227





# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## **Certidão Negativa**

**Certifico que nesta data (07/11/2019 às 11:05) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CPF nº 024.095.094-10.**

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5DC4.1693.939E.F923



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA**

CPF/CNPJ: **10.446.347/0001-16**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:58:36 do dia 07/11/2019, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: BMKL071119095836

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MICHELE ONIAS DE SOUZA**

CPF/CNPJ: **025.965.914-21**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:08:24 do dia 07/11/2019, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: FH3S071119100824

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **SHIGEAKI MARACAJA RAMOS**

CPF/CNPJ: **024.095.094-10**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:06:27 do dia 07/11/2019, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: B0RK071119100627

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

### CARTA-PROPOSTA

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº **10.446.347/0001-16**, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, apresenta a sua proposta para o **PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL/Nº 017/2019**, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço de vigilância armada e de vigilância armada e motorizada, mediante o fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e insumos necessários para atender as unidades da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em todos os seus Campi, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e em todos os seus anexos, conforme resumo a seguir:

#### **CAMPUS IV**

QUADRO RESUMO - VALOR DOS SERVIÇOS - CAMPUS IV									
Item	Campus	Cidade	Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Empregado s por posto (C)	Valor proposta por posto (D) = (B) x (C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D) x (E)	Valor Global do serviço
13	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 3.060,75	02	R\$ 6.121,50	02	R\$ 12.243,00	R\$ 146.916,00
14	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, noturno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 3.854,09	02	R\$ 7.708,18	02	R\$ 15.416,36	R\$ 184.996,32
15	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada e motorizada, 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados e motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 3.544,50	02	R\$ 7.089,00	01	R\$ 7.089,00	R\$ 85.068,00
16	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada e motorizada, 12 (doze) horas, noturno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados e motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 4.047,28	02	R\$ 8.094,56	01	R\$ 8.094,56	R\$ 97.134,72
Valor Mensal dos Serviços								R\$ 42.842,92	
Valor Anual dos Serviços								<b>R\$ 514.115,04</b>	



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

### CAMPUS IV

#### VALORES MENSAL E ANUAL

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - CAMPUS IV	
Valor Mensal dos Serviços (CAMPUS IV) - por extenso: quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos	R\$ 42.842,92
QUADRO RESUMO - VALOR ANUAL DOS SERVIÇOS - CAMPUS IV	
Valor Anual dos Serviços (CAMPUS IV) - por extenso: quinhentos e quatorze mil, cento e quinze reais e quatro centavos	R\$ 514.115,04

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data fixada nesta licitação, para a apresentação das propostas.

Prazo para Execução dos Serviços: O prazo para conclusão da execução dos serviços objeto desta licitação será em 04 de dezembro de 2019, conforme TR, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços emitida pela Prefeitura Universitária, conforme Cronograma Físico-Financeiro apresentado em anexo à presente proposta de preços.

Declaramos que serão de nossa responsabilidade todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da referida licitação. Responsabilizamos-nos integralmente pelos prejuízos e danos causados à Universidade Federal da Paraíba e/ou a terceiros, decorrentes do não atendimento de tais obrigações.

Declaramos que recebemos todos os documentos relativos ao Edital e todos os seus anexos; visitamos os locais onde serão executados os serviços; tomamos conhecimento de todas as informações, dificuldades e demais condições para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da presente licitação.

Declaramos que aceitamos a forma de pagamento estabelecida no presente Edital.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

Indicamos a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT SINDICATO DAS





## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99**

EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DA PARAÍBA/SSINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAÍBA, registrada no MTE sob nº PB000074/2019, para reger os profissionais alocados ao objeto da licitação. Sendo adotado aos empregados a escala 12x36h, diurnas ou noturnas. Quantidade total será 6 (seis) sendo **2 postos diurnos e 2 noturnos e 1 posto diurno motorizado e 1 noturno motorizado**, divididos e organizados no Campus IV da UFPB. A quantidade total de pessoal alocado na execução contratual será de **12 (doze) vigilantes/profissionais**.

Quanto a relação dos uniformes, materiais e equipamentos, e demais que serão utilizados na execução dos serviços estão em conformidade Termo de Referência (Anexo I).

Os custos com os veículos serão compostos por depreciação, conforme itens Termo de Referência (Anexo I), consumo de combustível, Licenciamento, Equipamentos tais como capacete, Cotoveleira, Joelheira, Luvas, etc.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação, assim, depois de cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

**1) Dados da Empresa:**

a)	<b>Razão Social:</b>	FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA
b)	<b>CNPJ/MF:</b>	10.446.347/0001-16
c)	<b>Endereço:</b>	RUA ESTELITA CRUZ, Nº 221 – ALTO BRANCO
d)	<b>Cidade/UF:</b>	CAMPINA GRANDE - PB
e)	<b>CEP:</b>	58.401-470
f)	<b>Tel./Fax:</b>	(83) 3341-1700
g)	<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br">comercial3@grupoalertasv.com.br</a> <a href="mailto:diretoria@grupoalertasv.com.br">diretoria@grupoalertasv.com.br</a>
h)	<b>Banco:</b>	BANCO DO BRASIL
i)	<b>Agência:</b>	Nº 5892
j)	<b>Conta:</b>	Nº 7.766-6

**2) Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata e Contrato:**



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

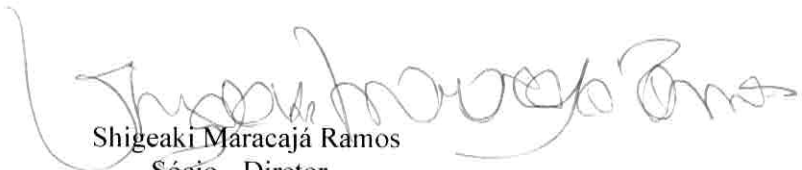
AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

a)	Nome:	SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS		
b)	Endereço:	RUA: REGINALDO CAVALCANTE PEREIRA, N° 135 - CENTENARIO		
c)	CEP:	58.400-000		
d)	Cidade/UF:	CAMPINA GRANDE - PB		
e)	CPF/MF:	024.095.094-10		
f)	RG:	1.170.000	Órgão Expedidor:	SSP/PB
h)	Cargo/Função:	SOCIO - DIRETOR		
i)	Naturalidade:	GURJÃO/PB		
h)	Nacionalidade:	BRASILEIRO		
i)	Estado Civil:	CASADO		
k)	E-mail:	<a href="mailto:diretoria@grupoalertasv.com.br">diretoria@grupoalertasv.com.br</a>		

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

  
Shigeaki Maracajá Ramos  
Sócio - Diretor  
RG. 1.170.000 – SSP-PB  
CPF – 024095.094-10





# FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
 Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
 E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

Quantitativo por empregado								
Item	Quant	Unidade	Descrição do Material	Preço Unitário	Diurna armada - motorizada	Diurna armada	Noturna armada - motorizada	Noturna armada
1	2	Unidade	Calça Comprida	R\$ 17,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00
2	2	Unidade	Camisa - uma de mangas compridas e uma de mangas curtas	R\$ 17,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00
3	1	Unidade	Cinto de guarnição completo	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00
4	1	Unidade	Cinto em couro ou nylon	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00
5	1	Par	Par de coturno/sapato	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00
6	1	Par	Meia	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00
7	1	Unidade	Bonê/Quepe	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00
8	1	Unidade	Jaqueta para o frio (agasalho)	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00
9	1	Unidade	Capa de chuva	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00
10	1	Unidade	distitivo com logomarca da empresa	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00
<b>Total</b>					<b>R\$ 224,00</b>	<b>R\$ 224,00</b>	<b>R\$ 224,00</b>	<b>R\$ 224,00</b>
<b>Divide-se por 12 meses do ano</b>					<b>R\$ 18,67</b>	<b>R\$ 18,67</b>	<b>R\$ 18,67</b>	<b>R\$ 18,67</b>

OBS. Descrição completa de cada item consta no termo de referência



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - PB

Tele Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

Quantitativo por posto								
Materiais (ano)				Valores				
Item	Quant	Unidade	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Preço Unitário	Diurna armada - motorizada	Diurna armada	Noturna armada - motorizada	Noturna armada
1	3	Unidade	LIVRO ATA	R\$ 6,00	R\$ 18,00	R\$ 18,00	R\$ 18,00	R\$ 18,00
2	1	Blister c/10 munições	MUNIÇÃO COMPATIVEL DE CALIBRE 38	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00
Total					R\$ 78,00	R\$ 78,00	R\$ 78,00	R\$ 78,00
Dividido por 02 já que há dois empregados por posto					R\$ 39,00	R\$ 39,00	R\$ 39,00	R\$ 39,00
Total dividido por 12 meses do ano					R\$ 3,25	R\$ 3,25	R\$ 3,25	R\$ 3,25





# FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
 Tele Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
 E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

Quantitativo por posto								
Item	Quant	Unidade	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Preço Unitário	Diurna armada - motorizada	Diurna armada	Noturna armada - motorizada	Noturna armada
1	1	par	RADIO TRANSECTOR	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00
2	1	und	REVÓLVER CALIBRE 38	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00
3	1	und	COLETE (balístico) PROVA TIRO	R\$ 374,00	R\$ 374,00	R\$ 374,00	R\$ 374,00	R\$ 374,00
4	1	und	CASSETETE E PORTA CASSETETE	R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00
5	1	und	APITO COM CORDAO	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00
6	1	und	LATERNAS COM 3 PILHAS	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00
7	0,10	und	COFRE	R\$ 150,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00
8	1,00	Kit	Para os motociclistas responsáveis pelas rondas diárias todos os equipamentos de proteção exigidos pela Legislação de Trânsito (EPI's), inclusive, capacetes, capas de proteção para chuva, botas especiais, luvas, joelheiras e cotoveleiras, etc.	R\$ 300,00	R\$ 300,00		R\$ 300,00	
<b>Total</b>					R\$ 1.169,00	R\$ 869,00	R\$ 1.169,00	R\$ 869,00
<b>Dividido por 02 já que há dois empregados por posto</b>					R\$ 584,50	R\$ 434,50	R\$ 584,50	R\$ 434,50
<b>Multiplica-se por 10%, equivalente ao percentual da depreciação do equip. ao ano</b>					R\$ 58,45	R\$ 43,45	R\$ 58,45	R\$ 43,45
<b>Total dividido por 12 meses do ano</b>					R\$ 4,87	R\$ 3,62	R\$ 4,87	R\$ 3,62

Item	Quant	Unidade	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Preço Unitário	Custo Total	Vida Útil (anos)	Custo Anual	Custo Mensal
6	12	und	Motocicleta (licenciamento+e demais)	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00	4,00	R\$ 30.000,00	R\$ 2.500,00
7	4680	litro	Combustível gasolina (30 litros/mês)	R\$ 4,10	R\$ 19.188,00	1,00	R\$ 19.188,00	R\$ 1.599,00
<b>Total</b>							R\$ 49.188,00	R\$ 4.099,00
<b>Custo de Depreciação Estimado por Posto Armado/Motorizado</b>							R\$ 4.099,00	<b>R\$ 341,58</b>

\* Os valores dos equipamentos poderão ser reajustados no interregno de uma ano dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA IBGE. O reajuste será realizado por meio de apostilamento.

\* O valor depreciado do bem está estimado em 50% (10% ao ano) tendo em vista o valor residual do bem, que continua, após o término do contrato (que dura no máximo 50 anos), pertencendo à empresa.

**FORÇA ALERTA**

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - PB  
Tele Fax: (53) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CAMPUS I**

		n1	
Nº Processo		23074.027886/2019-99	
Licitação Nº		017/2019	
DIA: 06/11/2019 às 09:00			
<b>Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)</b>			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 6 de novembro de 2019	
B	Município/UF	João Pessoa-PB	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000074/2019	
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES	
<b>Identificação do Serviço</b>			
<b>Tipo de Serviço</b>		<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)</b>
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - Diurno		POSTO	2 VIGILANTES
<b>MÃO DE OBRA</b>			
<b>Mão de obra vinculada à execução contratual</b>			
<b>Dados para composição dos custos referente à mão de obra</b>			<b>Valor (R\$)</b>
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - DIURNO - ESCALA 12X36
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		1.058,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/mar/19
<b>MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO</b>			
<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>(NOTA 1 e 2)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base		1.058,07
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,42
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	
F	Outros		
TOTAL			1.375,49
MÓDULO 1: TOTAL			1.375,49
<b>MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS</b>			
<b>SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS</b>			
<b>2.1</b>	<b>13º Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>(NOTA 1 e 2)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	114,57
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	152,83
TOTAL			267,40
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			267,40
<b>BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2</b>			<b>MÓDULO 1</b>
			1.375,49
			<b>MÓDULO 2.1</b>
			267,40
			<b>TOTAL</b>
			1.642,89





## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupopalertas.com.br](mailto:comercial3@grupopalertas.com.br)

SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	328,57
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	41,07
C	SAT ( X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	40,90
D	SESI / SESC	1,50%	24,64
E	SENAI / SENAC	1,00%	16,42
F	SEBRAE	0,60%	9,85
G	INCRA	0,20%	3,28
H	FGTS	8,00%	131,4312
TOTAL		36,290%	596,16
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte		83,84
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		6,50
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		142,63
F	Dia do vigilante		3,82
TOTAL			437,54
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		267,40
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		596,16
2.3	Benefícios Mensais e Diários		437,54
TOTAL			1.301,10
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	11,45
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	0,91
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	5,50
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	24,07
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	8,73
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	49,51
TOTAL			100,17
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3			
		MÓDULO 1	1.375,49
		MÓDULO 2	1.301,10
		MÓDULO 3	100,17
		TOTAL	2.776,76
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			(NOTA 1 e 2)
SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	25,71
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	15,43
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,30
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL			43,70
SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDER FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - PB  
Tele Fax: (53) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)	
4.1	Ausências Legais		43,70	
4.2	Intrajornada		0,00	
TOTAL			43,70	
MÓDULO 4: TOTAL			43,70	
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos	(NOTA 1)	Valor (R\$)	
A	Uniformes	Ver planilhas auxiliares	18,67	
B	Materiais	Ver planilhas auxiliares	3,25	
C	Equipamentos	Ver planilhas auxiliares	3,62	
D	Outros		0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			25,54	
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	1.375,49	
		MÓDULO 2	1.301,10	
		MÓDULO 3	100,17	
		MÓDULO 4	43,70	
		MÓDULO 5	25,54	
		TOTAL	2.846,00	
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	0,110%	3,13	
B	Lucro (MT + M6.A)	0,100%	2,84	
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO	2.851,97	
C	Tributos	8,650	0,9135	3.122,02
	C1. Tributos Federais			
	C1-A (PIS)		0,650%	20,29
	C1. B (COFINS)		3,000%	93,66
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			
	C.3 Tributos Municipais			
	C3-A (ISS)		5,000%	156,10
	SOMA DOS TRIBUTOS		8,650%	270,05
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				276,02
MÓDULO 6: TOTAL				276,02
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração			1.375,49
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			1.301,10
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			100,17
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			43,70
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			25,54
	Subtotal (A + B + C + D + E)			2.846,00
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro			276,02
VALOR TOTAL POR EMPREGADO				3.122,02
VALOR TOTAL POR POSTO				6.244,04



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CAMPUS IV			
		n1	
Nº Processo		23074.027886/2019-99	
Licitação Nº		017/2019	
DIA:06/11/2019 às 09:00			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 6 de novembro de 2019	
B	Município/UF	Rio Tinto/Mamanguape-PB	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000074/2019	
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES	
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - Diurno		POSTO	2 VIGILANTES
MÃO DE OBRA			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - DIURNO - ESCALA 12X36
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		1.058,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/mar/19
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,07
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,42
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o Intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	
F	Outros		
TOTAL			1.375,49
MÓDULO 1: TOTAL			1.375,49
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	114,57
B	Férias e Adicional de Férias	11,111%	152,83
TOTAL		19,441%	267,40
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			267,40
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	1.375,49
		MÓDULO 2.1	267,40
		TOTAL	1.642,89

SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	328,57
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	41,07
C	SAT ( X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	40,90
D	SESI / SESC	1,50%	24,64
E	SENAI / SENAC	1,00%	16,42
F	SEBRAE	0,60%	9,85
G	INCRA	0,20%	3,28
H	FGTS	8,00%	131,4312
TOTAL		36,290%	596,16
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte	Sem transporte regulamentado	0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		6,50
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		142,63
F	Dia do vigilante		3,82
TOTAL			353,70
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		267,40
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		596,16
2.3	Benefícios Mensais e Diários		353,70
TOTAL			1.217,26
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	11,45
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	0,91
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	5,50
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	24,07
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	8,73
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	49,51
TOTAL			100,17
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.375,49
		MÓDULO 2	1.217,26
		MÓDULO 3	100,17
		TOTAL	2.692,92
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			(NOTA 1 e 2)
SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	24,93
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	14,97
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,23
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL		1,575%	42,39
SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDE FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00



QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)	
4.1	Ausências Legais		42,39	
4.2	Intrajornada		0,00	
TOTAL			42,39	
MÓDULO 4: TOTAL			42,39	
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos	(NOTA 1)	Valor (R\$)	
A	Uniformes	Ver planilhas auxiliares	18,67	
B	Materiais	Ver planilhas auxiliares	3,25	
C	Equipamentos	Ver planilhas auxiliares	3,62	
D	Outros		0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			25,54	
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	1.375,49	
		MÓDULO 2	1.217,26	
		MÓDULO 3	100,17	
		MÓDULO 4	42,39	
		MÓDULO 5	25,54	
		TOTAL	2.760,85	
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	0,640%	17,66	
B	Lucro (MT + M6.A)	0,630%	17,50	
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO	2.796,01	
C	Tributos	8,650	0,9135	3.060,76
	C1. Tributos Federais			
	C1-A (PIS)		0,650%	19,89
	C1. B (COFINS)		3,000%	91,82
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			
	C.3 Tributos Municipais			
	C3-A (ISS)		5,000%	153,03
	SOMA DOS TRIBUTOS		8,650%	264,74
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			299,90	
MÓDULO 6: TOTAL			299,90	
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)	
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		1.375,49	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.217,26	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		100,17	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		42,39	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		25,54	
Subtotal (A + B + C + D + E)			2.760,85	
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro		299,90	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			3.060,75	
VALOR TOTAL POR POSTO			6.121,50	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CAMPUS IV			
		n1	
Nº Processo		23074.027886/2019-99	
Licitação Nº		017/2019	
DIA:06/11/2019 às 09:00			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 6 de novembro de 2019	
B	Município/UF	Rio Tinto/Mamanguape-PB	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000074/2019	
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES	
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - NOTURNO		POSTO	2 VIGILANTES
MÃO DE OBRA			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - NOTURNO - ESCALA 12X36
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		1.058,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/mar/19
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,07
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,42
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	152,13
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	95,08
F	Outros		
TOTAL			1.622,70
MÓDULO 1: TOTAL			1.622,70
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	135,17
B	Férias e Adicional de Férias	11,111%	180,29
TOTAL		19,441%	315,46
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			315,46
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	1.622,70
		MÓDULO 2.1	315,46
		TOTAL	1.938,16



SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	387,63
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	48,45
C	SAT ( X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	48,26
D	SESI / SESC	1,50%	29,07
E	SENAI / SENAC	1,00%	19,38
F	SEBRAE	0,60%	11,62
G	INCRA	0,20%	3,87
H	FGTS	8,00%	155,0528
TOTAL		36,290%	703,33
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte	Sem transporte regulamentado	0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		6,50
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		168,26
F	Dia do vigilante		4,51
TOTAL			380,02
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		315,46
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		703,33
2.3	Benefícios Mensais e Diários		380,02
TOTAL			1.398,81
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	13,51
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	1,08
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	6,49
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	28,39
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	10,30
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	58,41
TOTAL			118,18
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.622,70
		MÓDULO 2	1.398,81
		MÓDULO 3	118,18
		TOTAL	3.139,69
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			(NOTA 1 e 2)
SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	29,07
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	17,45
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,15
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,60
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,15
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL			49,42
SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDE FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00



QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais			49,42
4.2	Intrajornada			0,00
TOTAL				49,42
MÓDULO 4: TOTAL				49,42
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos		(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Uniformes	Ver planilhas auxiliares		18,67
B	Materiais	Ver planilhas auxiliares		3,25
C	Equipamentos	Ver planilhas auxiliares		3,62
D	Outros			0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS				25,54
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5			MÓDULO 1	1.622,70
			MÓDULO 2	1.398,81
			MÓDULO 3	118,18
			MÓDULO 4	49,42
			MÓDULO 5	25,54
			TOTAL	3.214,65
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,655%		149,64
B	Lucro (MT + M6.A)	4,650%		156,43
FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)		CÁLCULO POR DENTRO		3.520,72
C	Tributos	8,650	0,9135	3.854,09
	C1. Tributos Federais			
	C1-A (PIS)	0,650%		25,05
	C1. B (COFINS)	3,000%		115,62
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			
	C.3 Tributos Municipais			
	C3-A (ISS)	5,000%		192,70
	SOMA DOS TRIBUTOS	8,650%		333,37
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				639,44
MÓDULO 6: TOTAL				639,44
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração			1.622,70
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			1.398,81
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			118,18
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			49,42
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			25,54
Subtotal (A + B + C + D + E)			3.214,65	
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro			639,44
VALOR TOTAL POR EMPREGADO				3.854,09
VALOR TOTAL POR POSTO				7.708,18



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CAMPUS IV			
		n1	
Nº Processo		23074.027886/2019-99	
Licitação Nº		017/2019	
DIA:06/11/2019 às 09:00			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 6 de novembro de 2019	
B	Município/UF	Rio Tinto/Mamanguape-PB	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000074/2019	
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES	
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - NOTURNO - Motorizado		POSTO	2 VIGILANTES
MÃO DE OBRA			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - NOTURNO - ESCALA 12X36 Motorizado	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO - 5173-30	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.058,07	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante	
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/mar/19	
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,07
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,42
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	152,13
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	95,08
F	Outros		
TOTAL			1.622,70
MÓDULO 1: TOTAL			1.622,70
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	135,17
B	Férias e Adicional de Férias	11,111%	180,29
TOTAL		19,441%	315,46
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			315,46
MÓDULO 1			1.622,70
MÓDULO 2.1			315,46
TOTAL			1.938,16

BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2

SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	387,63
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	48,45
C	SAT ( X FAP (0,5 a 2.0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	48,26
D	SESI / SESC	1,50%	29,07
E	SENAI / SENAC	1,00%	19,38
F	SEBRAE	0,60%	11,62
G	INCRA	0,20%	3,87
H	FGTS	8,00%	155,0528
TOTAL		36,290%	703,33
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte	Sem transporte regulamentado	0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		6,50
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		168,26
F	Dia do vigilante		4,51
TOTAL			380,02
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	315,46	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	703,33	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	380,02	
TOTAL		1.398,81	
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	13,51
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	1,08
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	6,49
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	28,39
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	10,30
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	58,41
TOTAL		118,18	
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.622,70
		MÓDULO 2	1.398,81
		MÓDULO 3	118,18
		TOTAL	3.139,69
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			(NOTA 1 e 2)
SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	29,07
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	17,45
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,15
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,60
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,15
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL			49,42
SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDE FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00



QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE					
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)		
4.1	Ausências Legais		49,42		
4.2	Intrajornada		0,00		
TOTAL			49,42		
MÓDULO 4: TOTAL			49,42		
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS					
5	Insumos Diversos		(NOTA 1)	Valor (R\$)	
A	Uniformes	Ver planilhas auxiliares		18,67	
B	Materiais	Ver planilhas auxiliares		3,25	
C	Equipamentos	Ver planilhas auxiliares		4,87	
D	Outros (Moto e Combustível)	Ver planilhas auxiliares		341,58	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS				368,37	
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5				MÓDULO 1	1.622,70
				MÓDULO 2	1.398,81
				MÓDULO 3	118,18
				MÓDULO 4	49,42
				MÓDULO 5	368,37
				TOTAL	3.557,48
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	1,950%		69,37	
B	Lucro (MT + M6.A)	1,940%		70,36	
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO		3.697,21	
C	Tributos	8,650	0,9135	4.047,30	
	C1. Tributos Federais				
	C1-A (PIS)	0,650%		26,30	
	C1. B (COFINS)	3,000%		121,41	
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)				
	C.3 Tributos Municipais				
	C3-A (ISS)	5,000%		202,36	
	SOMA DOS TRIBUTOS	8,650%		350,07	
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				489,80	
MÓDULO 6: TOTAL				489,80	
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)		
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		1.622,70		
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.398,81		
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		118,18		
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		49,42		
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		368,37		
Subtotal (A + B + C + D + E)			3.557,48		
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro		489,80		
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			4.047,28		
VALOR TOTAL POR POSTO			8.094,56		



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 231, Alto Branco - Campina Grande - PB  
Tel: Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: comercial3@grupoalerta.com.br

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 05/2017)  
Complemento dos serviços vigilância

QUADRO RESUMO – VALOR DOS SERVIÇOS – CAMPUS IV									
Item	Campus	Cidade	Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Empregados por posto (C)	Valor proposta por posto (D) = (B) x (C)	Qtd de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D) x (E)	Valor Global do serviço
13	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas	R\$ 3.069,75	02	R\$ 6.121,50	02	R\$ 12.243,00	R\$ 146.916,00
14	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, noturno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas	R\$ 3.834,09	02	R\$ 7.708,18	02	R\$ 15.416,36	R\$ 184.996,32
15	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada e motorizada, 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados e motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas	R\$ 3.544,50	02	R\$ 7.089,00	01	R\$ 7.089,00	R\$ 85.068,00
16	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada e motorizada, 12 (doze) horas, noturno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados e motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas	R\$ 4.047,28	02	R\$ 8.094,56	01	R\$ 8.094,56	R\$ 97.134,72
Valor Mensal dos Serviços								R\$ 42.842,92	
Valor Anual dos Serviços								R\$ 514.115,04	
QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS – CAMPUS IV									
Valor Mensal dos Serviços (CAMPUS IV) - por extenso: quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos								R\$ 42.842,92	
QUADRO RESUMO – VALOR ANUAL DOS SERVIÇOS – CAMPUS IV									
Valor Anual dos Serviços (CAMPUS IV) - por extenso: quinhentos e quatorze mil, cento e quinze reais e quatro centavos								R\$ 514.115,04	

Shigeaki Maracajá Ramos  
Sócio - Diretor  
RG. 1.170.000 - SSP-PB  
CPF - 024.095.094-10



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PB000074/2019  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 28/02/2019  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR011285/2019  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46085.000206/2019-66  
**DATA DO PROTOCOLO:** 28/02/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DA PARAIBA, CNPJ n. 24.508.145/0001-66, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANDREA CARLA GOMES PIMENTEIRA THOMAZ;

E

SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA, CNPJ n. 24.097.768/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILLIAMS DOS SANTOS SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2019 a 28 de fevereiro de 2020 e a data-base da categoria em 01º de março.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância**, com abrangência territorial em **Água Branca/PB, Aguiar/PB, Alagoa Grande/PB, Alagoa Nova/PB, Alagoinha/PB, Alcantil/PB, Algodão De Jandaíra/PB, Alhandra/PB, Amparo/PB, Aparecida/PB, Araçagi/PB, Arara/PB, Araruna/PB, Areia De Baraúnas/PB, Areia/PB, Areial/PB, Aroeiras/PB, Assunção/PB, Baía Da Traição/PB, Bananeiras/PB, Baraúna/PB, Barra De Santa Rosa/PB, Barra De Santana/PB, Barra De São Miguel/PB, Bayeux/PB, Belém Do Brejo Do Cruz/PB, Belém/PB, Bernardino Batista/PB, Boa Ventura/PB, Boa Vista/PB, Bom Jesus/PB, Bom Sucesso/PB, Bonito De Santa Fé/PB, Boqueirão/PB, Borborema/PB, Brejo Do Cruz/PB, Brejo Dos Santos/PB, Caaporã/PB, Cabaceiras/PB, Cabedelo/PB, Cachoeira Dos Índios/PB, Cacimba De Areia/PB, Cacimba De Dentro/PB, Cacicmbas/PB, Caçara/PB, Cajazeiras/PB, Cajazeirinhas/PB, Caldas Brandão/PB, Camalaú/PB, Capim/PB, Caraúbas/PB, Carrapateira/PB, Casserengue/PB, Catingueira/PB, Catolé Do Rocha/PB, Caturité/PB, Conceição/PB, Condado/PB, Conde/PB, Congo/PB, Coremas/PB, Coxixola/PB, Cruz Do Espírito Santo/PB, Cubati/PB, Cuité De Mamanguape/PB, Cuité/PB, Cuitegi/PB, Curral De Cima/PB, Curral Velho/PB, Damião/PB, Desterro/PB, Diamante/PB, Dona Inês/PB, Duas Estradas/PB, Emas/PB, Esperança/PB, Fagundes/PB, Frei Martinho/PB, Gado Bravo/PB, Guarabira/PB, Gurinhém/PB, Gurjão/PB, Ibiara/PB, Igaracy/PB, Imaculada/PB, Ingá/PB, Itabaiana/PB, Itaporanga/PB, Itapororoca/PB, Itatuba/PB, Jacaraú/PB, Jericó/PB, João Pessoa/PB, Joca Claudino/PB, Juarez Távora/PB, Juazeirinho/PB, Junco Do Seridó/PB, Juripiranga/PB, Juru/PB, Lagoa De Dentro/PB, Lagoa Seca/PB, Lagoa/PB, Lastro/PB, Livramento/PB, Logradouro/PB, Lucena/PB, Mãe D'Água/PB, Malta/PB, Mamanguape/PB, Manaíra/PB, Marcação/PB, Mari/PB, Marizópolis/PB, Massaranduba/PB, Mataraca/PB, Matinhas/PB, Mato Grosso/PB, Maturéia/PB, Mogeiro/PB, Montadas/PB, Monte Horebe/PB, Monteiro/PB, Mulungu/PB, Natuba/PB, Nazarezinho/PB, Nova Floresta/PB, Nova Olinda/PB, Nova Palmeira/PB, Olho D'Água/PB, Olivados/PB, Ouro Velho/PB, Parari/PB, Passagem/PB, Patos/PB, Paulista/PB, Pedra Branca/PB, Pedra Lavrada/PB, Pedras De Fogo/PB, Pedro Régis/PB, Piancó/PB, Picuí/PB, Pilar/PB, Pilões/PB, Pilõezinhos/PB, Pirpirituba/PB, Pitimbu/PB, Pocinhos/PB, Poço Dantas/PB, Poço De José De Moura/PB, Pombal/PB, Prata/PB, Princesa Isabel/PB, Puxinanã/PB, Queimadas/PB, Quixaba/PB, Remígio/PB, Riachão Do Bacamarte/PB, Riachão Do Poço/PB, Riachão/PB, Riacho De Santo Antônio/PB, Riacho Dos Cavalos/PB, Rio Tinto/PB, Salgadinho/PB, Salgado De São Félix/PB, Santa Cecília/PB, Santa Cruz/PB, Santa Helena/PB, Santa Inês/PB, Santa Luzia/PB, Santa Rita/PB, Santa Teresinha/PB, Santana De Mangueira/PB, Santana Dos Garrotes/PB, Santo André/PB, São Bentinho/PB, São Bento/PB, São Domingos Do Cariri/PB, São Domingos/PB, São Francisco/PB, São João Do Cariri/PB, São João Do Rio Do Peixe/PB, São João Do Tigre/PB, São José Da Lagoa**

Tapada/PB, São José De Caiana/PB, São José De Espinharas/PB, São José De Piranhas/PB, São José De Princesa/PB, São José Do Bonfim/PB, São José Do Brejo Do Cruz/PB, São José Do Sabugi/PB, São José Dos Cordeiros/PB, São José Dos Ramos/PB, São Mamede/PB, São Miguel De Taipu/PB, São Sebastião De Lagoa De Roça/PB, São Sebastião Do Umbuzeiro/PB, São Vicente Do Seridó/PB, Sapé/PB, Serra Branca/PB, Serra Da Raiz/PB, Serra Grande/PB, Serra Redonda/PB, Serraria/PB, Sertãozinho/PB, Sobrado/PB, Solânea/PB, Soledade/PB, Sossêgo/PB, Sousa/PB, Sumé/PB, Tacima/PB, Taperoá/PB, Tavares/PB, Teixeira/PB, Tenório/PB, Triunfo/PB, Uiraúna/PB, Umbuzeiro/PB, Várzea/PB, Vieirópolis/PB, Vista Serrana/PB e Zabelê/PB.

## **SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE ECONÔMICO**

Considerando o reajuste salarial dos empregados vigilantes abrangidos por esta convenção, o incremento econômico total, somado salário e benefícios, será de 6,01% (seis vírgula zero um por cento), a partir de 1º (primeiro) de março de 2019.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fins de discriminação do reajuste concedido do caput, o empregado vigilante terá direito a receber as seguintes parcelas: piso salarial de R\$ 1.058,07 (Um mil e cinquenta e oito reais e sete centavos); periculosidade de 30% (trinta por cento), calculada sobre o piso salarial no valor nominal de R\$ 317,42 (Trezentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos); vale alimentação no valor de R\$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) por dia de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos reajustes acima estabelecidos, incluem-se as antecipações, perdas e outras correções salariais, decorrentes da legislação oficial, acordos adotados em todo e qualquer período anterior a 1º (primeiro) de março de 2019.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica certo e/ou garantido aos demais funcionários da categoria, que não sejam enquadrados como vigilantes, um reajuste salarial a partir de 1º (primeiro) de março de 2019, no percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o salário praticado no mês de março de 2018, exceto aos funcionários que tiveram o salário reajustado pelo piso mínimo nacional, não havendo neste caso o benefício de novo reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica convencionado que os empregados administrativos que percebem salário em valor superior ao teto previdenciário, terão seus reajustes tratados diretamente com seus empregadores, pela livre negociação.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUARTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE SALÁRIO**

Ficam as empresas obrigadas ao fornecimento do comprovante de pagamento de salários mensais, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, com especificação de todos os títulos e quantias pagas e descontadas, inclusive valores relativos ao FGTS e INSS do mês respectivo, Imposto de Renda Retido na Fonte e Contribuição Sindical.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica facultado a empresa proceder ao pagamento através de depósito em conta corrente do empregado, sem ônus para este, sendo considerado como quitação automática do valor líquido discriminado, quando disponibilizado na rede bancária.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA QUINTA - DESCONTOS PROIBIDOS**

Na hipótese da ocorrência de assaltos ou qualquer outra ação criminosa, devidamente comprovada por intermédio da autoridade policial, mediante documento escrito, os valores equivalentes as armas ou quaisquer outros equipamentos de trabalho, furtados ou roubados em tais eventos criminosos, não serão descontados dos salários dos empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregadores não descontarão dos salários dos empregados quaisquer valores correspondentes à munição gasta em decorrência da atividade profissional do empregado.



PARÁGRAFO SEGUNDO - Comprovada a culpa por parte do vigilante em sua conduta, o que será apurado através de inquérito policial, o desconto poderá ser efetuado.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS**

### **GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**

#### **CLÁUSULA SEXTA - GRATIFICAÇÃO POR POSTOS ESPECIAIS E GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÕES DE LIDERANÇA**

É facultada às empresas a concessão de gratificação ou remuneração diferenciada transitória, em razão de postos considerados especiais. Essas gratificações ou remunerações diferenciadas serão circunscritas exclusivamente a postos especiais, assim nomeados e classificados pelas empresas em decorrência do tipo de atividade, condições de trabalho e/ou função desempenhada no tomador de serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – ISONOMIA ENTRE POSTOS: O pagamento de tais gratificações ou remunerações diferenciadas, em razão de se circunscreverem a determinados postos definidos como especiais pelas empresas, não poderá ser objeto de isonomia ou equiparação salarial por outros vigilantes que trabalhem em postos que não tenham as mesmas condições.

PARÁGRAFO SEGUNDO - GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO: Visando melhor atender às necessidades contratuais das empresas, fica autorizado que, em um mesmo posto, haja remuneração diferenciada para vigilante que tenha por designação expressa, emitida pela empresa empregadora, funções transitórias e de confiança, como as de líder, supervisor ou cargo equivalente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - POSTO ESPECIAL: Fica assegurada às empresas, quando do encerramento do contrato em posto especial ou transferência do vigilante, a supressão da "Gratificação por posto especial" e/ou "Gratificação por função".

## **OUTRAS GRATIFICAÇÕES**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DIA DO VIGILANTE**

O dia 20 de junho é considerado feriado comemorativo do "Dia Nacional do Vigilante", conforme definido na Lei Federal de nº13.136/2015, sendo, o trabalho exercido neste dia, remunerado com acréscimo de 100% (cem por cento) do valor do dia normal, desde que não haja a devida compensação em até 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: O benefício tratado no caput será pago proporcionalmente às horas efetivamente trabalhadas nesse dia, compreendendo das 00:01h até às 24:00h.

## **ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

#### **CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS**

As horas extras laboradas por cada empregado serão calculadas pelo empregador, mensalmente, mediante apuração do total de horas efetivamente trabalhadas pelo empregado durante o período de 01 (um) mês, deduzindo-se o total de 220 (duzentos e vinte) horas, para a escala de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 5x2, quando será encontrado o quantitativo exato das horas excedentes à jornada de trabalho, aplicando-se o divisor 220 (duzentos e vinte) para o cálculo de seu valor monetário, respeitando o Repouso Semanal Remunerado, conforme previsto em lei..

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem em jornada diária de 8h48min, mediante escala de serviço do tipo 5x2, poderão em caráter especial por solicitação do contratante, prorrogar a jornada em até 1h12minutos, observando-se o disposto no parágrafo segundo desta cláusula, para pagamento das horas extraordinárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas extras serão pagas pelos empregadores com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando da não concessão do intervalo intrajornada, conforme previsto no parágrafo quarto do artigo 71 da CLT, a hora suprimida será indenizada com o acréscimo de 50%.

**ADICIONAL DE PERICULOSIDADE****CLÁUSULA NONA - PERICULOSIDADE**

As partes acordam que o adicional de risco de vida previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho vigente nos anos anteriores foi integralmente absorvido e substituído pelo Adicional de Periculosidade previsto na Lei nº 12.740/12, que alterou o artigo 193 da CLT, regulamentada pela Portaria nº 1.885/2013, editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, devido a partir de 03/12/2013, não sendo, contudo, admitida a percepção acumulada dos dois adicionais (periculosidade e risco de vida).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A partir de 03/12/2013, data em que o Ministério do Trabalho e Emprego publicou a Portaria de n.: 1.885/2013, resultou o adicional devido para os seguintes cargos:

ATIVIDADES OU OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO
Vigilância patrimonial	Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas.
Segurança de eventos	Segurança patrimonial e/ou pessoal em espaços públicos ou privados, de uso comum do povo.
Segurança nos transportes coletivos	Segurança patrimonial e/ou pessoal nos transportes coletivos e em suas respectivas instalações.
Segurança ambiental e florestal	Segurança patrimonial e/ou pessoal em áreas de conservação de fauna, flora natural e de reflorestamento.
Transporte de valores	Segurança na execução do serviço de transporte de valores.
Escolta armada	Segurança no acompanhamento de qualquer tipo de carga ou de valores.
Segurança pessoal	Acompanhamento e proteção da integridade física de pessoa ou de grupos.
Supervisão/fiscalização Operacional	Supervisão e/ou fiscalização direta dos locais de trabalho para acompanhamento e orientação dos vigilantes.
Telemonitoramento/telecontrole	Execução de controle e/ou monitoramento de locais, através de sistemas eletrônicos de segurança.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Adicional de Periculosidade somente será devido quando do efetivo trabalho, ou seja, o mesmo não será devido quando o contrato de trabalho estiver suspenso ou interrompido, nos casos previstos em Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Adicional de Periculosidade incidirá sobre os salários para todos os efeitos legais.

**AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA - VALE-ALIMENTAÇÃO**

As empresas concederão aos VIGILANTES, a partir do mês de março de 2019, vale-alimentação no valor diário de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos), independente da escala ou jornada de trabalho a ser cumprida pelo obreiro, será concedido ainda o vale – alimentação aos vigilantes que estiverem realizando o curso de reciclagem bem como, para os vigilantes que venham a realizar plantão extra, observado o disciplinado nesta cláusula décima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A parcela referente ao auxílio alimentação, em qualquer forma de sua concessão, seja através de pecúnia ou vale, não constitui salário *in natura*, nos termos do Art. 3º, da Lei 6.321/76, c/c Arts. 4º e 6º Decreto nº. 5, de 05 de janeiro de 1991.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas descontarão, em razão da concessão do vale-alimentação e representando a contrapartida dos empregados, a importância limite por dia de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), o que corresponde a 20% (vinte por cento) do total diário do benefício.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O auxílio alimentação previsto nessa cláusula será concedido observando-se as determinações contidas no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão prevista no caput não será devida no dia em que o VIGILANTE estiver em gozo de férias, auxílio doença, acidente de trabalho ou em dias em que a jornada de trabalho for inferior a 06 horas, além do mais, as empresas descontarão de seus empregados a referida concessão em qualquer dia de falta ao trabalho.



**PARÁGRAFO QUINTO:** As empresas que fornecem alimentação aos seus empregados, no âmbito de trabalho ou fora dele, ficam dispensadas do auxílio previsto na presente cláusula.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O vale-alimentação dos demais empregados abrangidos por este instrumento coletivo terá o seu valor reajustado no percentual mínimo de 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento) sobre aquele percebido em março de 2018, sobre o qual também deverá incidir o desconto de 20% (vinte por cento) relativo ao PAT.

## **AUXÍLIO TRANSPORTE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE-TRANSPORTE**

As empresas obrigam-se em fornecer vales-transportes para os deslocamentos no percurso residência/trabalho/residência, ficando definido que os descontos desses vales-transportes não poderão ultrapassar 6% (seis por cento) do salário-base dos empregados beneficiados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Nos períodos de afastamento do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale-transporte durante o período de sua ausência do trabalho, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A empresa poderá optar por entregar o vale-transporte não no dia do pagamento do salário, mas sim no dia 20 (vinte) de cada mês, desde que no lapso de tempo do dia do pagamento e a nova data de opção da empresa fique garantido ao empregado os vales-transportes necessários a sua locomoção ao trabalho, no total máximo de 02 (dois) por dia trabalhado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas darão prioridade a lotar os vigilantes em postos de serviços próximos as suas residências e, quando for possível e a critério do empregador, em local que facilite seu acesso a rede integrada de transporte urbano. Fica o vigilante obrigado a comunicar a empresa, todas as vezes que mudar de endereço, sob pena de ser considerado ato de indisciplina.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL**

Em caso de falecimento de empregado, as empresas pagarão um auxílio funeral em valor correspondente a um salário e meio (1,5) do piso contratual da época do óbito.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Não tem este benefício caráter remuneratório e o seu valor deverá ser pago até a data de pagamento das verbas rescisórias, se for o caso.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Ficam dispensados da contribuição pertinente ao auxílio funeral os empregadores que contratarem apólice de seguro de vida com a inclusão de cobertura securitária abrangendo as despesas com funeral.

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA**

Os empregadores obrigam-se a realizar seguro de vida individual ou em grupo de seus empregados, obedecendo ao preconizado na Lei nº 7.102/83 e Decreto nº 89.056/83, garantindo indenização em caso de morte acidental ou natural, independente da causa, bem como em caso de invalidez permanente, desde que decorrentes de sinistros ocorridos no desempenho de suas atividades funcionais, conforme estabelece a Resolução nº 05/84 do Conselho Nacional de Seguros Privados. Obedecendo aos valores constantes no item "1.1." da Resolução do Conselho Nacional de Seguro Privados nº. 05/84.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese da não contratação do seguro de vida por parte do empregador, este fica obrigado a arcar com a indenização compensatória na seguinte proporção: a) 30 (trinta) vezes o piso salarial da categoria profissional vigente no mês anterior ao sinistro, em caso de morte acidental ou natural; e b) 60 (sessenta) vezes o piso salarial da categoria profissional vigente no mês anterior ao sinistro, para o caso de invalidez permanente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os empregadores não serão responsabilizados de forma solidária em virtude de eventual recusa por parte da seguradora no tocante à liquidação da indenização correspondente ao sinistro, exceto na hipótese de inadimplência do empregador no tocante ao pagamento do prêmio correspondente.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA DEVIDA AOS EMPREGADOS**

Os empregadores obrigam-se a prestar assistência jurídica a seus empregados, quando estes, no exercício de suas funções, incidirem na prática de algum ato que os levem a responder à ação penal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por "exercício de suas funções" as atividades desempenhadas pelo empregado no estrito cumprimento das atividades de vigilância ocorridas no ambiente laboral, onde se busque evitar a prática de um ato delituoso contra o bem e/ou patrimônio protegido quando praticado por terceira pessoa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CURSOS DE RECICLAGEM**

Os empregadores promoverão as suas expensas, os cursos de reciclagem dos vigilantes a cada 02 (dois) anos, e providenciarão outros cursos que julgarem necessários para o bom desempenho do vigilante no posto de trabalho, sem ônus para o empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese de necessidade de deslocamentos dos vigilantes que trabalhem no interior do Estado da Paraíba, os empregadores arcarão com as despesas correspondentes a transporte, hospedagem e alimentação, ficando os vigilantes dispensados de suas atividades profissionais, sem qualquer prejuízo de sua remuneração.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DESPESAS COM RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO**

Sempre que o empregado for chamado para proceder à rescisão do contrato de trabalho fora do lugar de prestação de serviços, o empregador arcará com as despesas de deslocamento do trabalhador.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MULTA DO ART. 9º DA LEI Nº 7.238/84**

O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data de sua correção salarial ou data-base, de que trata o art. 9º da Lei n.º 7.238/84, não terá direito a indenização adicional equivalente a um salário mensal, na hipótese de a ruptura do vínculo empregatício ter havido em decorrência do término do contrato entre o tomador dos serviços e o empregador, em virtude da tipicidade da atividade de terceirização de serviços em que a iniciativa do término do contrato de trabalho não decorre da vontade do empregador, desde que devidamente comprovado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O tempo do aviso prévio quando indenizado não se conta para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei nº 6.708, de 30/10/1979.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ABSORÇÃO DE NOVOS VIGILANTES PELA NOVA CONTRATANTE**

Será facultado à empresa vencedora de licitação, dentro de sua conveniência, absorver os vigilantes que já prestavam serviço no órgão contratante, através da empresa antecessora, desde que preencha os requisitos da empresa e os necessários à execução do serviço.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSISTÊNCIA E HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL**



As rescisões do contrato de trabalho, por dispensa imotivada, pedido de demissão ou acordo, dos empregados, filiados ao sindicato laboral, com 12 (doze) meses ou mais de serviço na empresa, serão efetuadas com a presença de 01 (um) representante da entidade sindical profissional acordante, ficando desde já estabelecido que a Empresa deverá comunicar ao Sindicato laboral com antecedência mínima de 3 (três) dias da assinatura do termo de rescisão.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – É de obrigação do Sindicato Laboral disponibilizar um funcionário responsável pelo setor de homologação, no local solicitado pelo empregador, para que acompanhe o seu filiado no ato da rescisão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Em não havendo a disponibilização de um funcionário do setor de homologação para acompanhamento do filiado no ato da rescisão, fica, desde já, a empresa autorizada a realizar a demissão sem que seja necessária a presença de um representante do sindicato profissional, sendo a mesma válida para todos os efeitos, nos termos do artigo 477 da CLT.

## **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio devido ao empregador ou ao empregado obedecerá ao tempo de serviço em que perdurou a relação laboral, segundo os critérios e limites definidos na Lei Federal de nº 12.506/2011.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Para os empregados contratados anteriormente a convenção coletiva registrada no ano de 2008, com olhos a preservação do direito adquirido daqueles que já foram beneficiados, restarão resguardados os prazos definidos no escalonamento de que trata a "CLÁUSULA VIGÉSIMA" da CCT vigente no período de 01 de março de 2006 a 28 de fevereiro de 2007, caso a mesma seja mais vantajosa do que as normas do aviso prévio inserido após a publicação da Lei Federal de nº 12.506/2011.

## **CONTRATO A TEMPO PARCIAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATAÇÃO POR HORA**

Fica permitida a contratação de vigilantes armados e vigilantes desarmados em regime de contratação por hora, desde que o valor da hora não seja inferior ao piso salarial hora de cada categoria (salário básico mais periculosidade).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica vedado às empresas a conversão dos contratos de empregados mensalistas em horistas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O valor hora dos empregados horistas, já com a inclusão do adicional de periculosidade, será de:

a) Vigilante Armado - R\$ 6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos) para os que trabalharem no horário diurno e de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) para os que trabalharem em horário noturno, sendo este aquele compreendido entre às 22h00 e às 05h00 do dia subsequente, já incluído o adicional noturno;

b) Vigilante Desarmado - R\$ 5,90 (cinco reais e noventa centavos), para os que trabalharem no horário diurno e de R\$ 7,08 (sete reais e oito centavos) para os que trabalharem em horário noturno, sendo este aquele compreendido entre às 22h00 e às 05h00 do dia subsequente, já incluído o adicional noturno;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O empregado horista não terá o direito, em qualquer hipótese, ao pagamento do valor-hora em dobro aos domingos e feriados.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A jornada de trabalho dos empregados contratados nessa condição será de 30 (trinta) horas semanais, sem a possibilidade de realização de hora extra ou 26 (vinte e seis) horas semanais com a possibilidade de se realizar 06 (seis) horas extras por semana, nos exatos termos do artigo 58 – A do Decreto Lei nº. 5452/1943, alterado pela lei nº. 13.467/2017.

## **ESTÁGIO/APRENDIZAGEM**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES**

Os sindicatos signatários da presente, com base na legislação vigente, e pela matéria não estar incluída nas disposições do artigo 611-B da CLT, atestam, declaram e decidem, para todos os fins de direito, que os trabalhadores desta categoria, contratados sob CBO 5173 e 5174, não demandam formação profissional prevista

pelo artigo 429 da CLT, razão pela qual sua quantidade não deve servir de base de cálculo para fins do artigo 429 da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os únicos trabalhadores da categoria que demandam alguma formação e reciclagem profissional são os vigilantes, e, mesmo assim, é a fixada pela Lei nº 7.102/83, não a prevista pelo artigo 429 da CLT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Consignam que, por não ser necessária formação profissional para os trabalhadores desta categoria, não existem curso para sua formação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Consignam, ainda, que, por não ser necessária formação profissional para os trabalhadores desta categoria, não existem trabalhadores interessados em se submeter a nenhum curso que pudesse ser criado por tal fim. Sendo esta a razão de não serem oferecidos os cursos previstos pelo artigo 429 da CLT para os trabalhadores deste segmento.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Destacam, ainda, que, muito embora os trabalhadores deste segmento não necessitem de formação profissional para o exercício de suas atividades, as empresas são oneradas com custos excessivos para uma formação profissional que não existe, e nem precisam, em 2,5% (dois e meio por cento) para o SENAC e 2,5% (dois e meio por cento) a título de Salário Educação.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Diante desta realidade os signatários consignam para todos os fins de direito que as empresas do segmento atenderão plenamente a obrigação prevista pelo artigo 429 da CLT na medida em que contratarem, e mantiverem contratados, aprendizes em número equivalente a 5% (cinco por cento) dos seus empregados lotados exclusivamente em atividades administrativas na sede da empresa.

## **PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATAÇÃO DE PCD, HABILITADO OU REABILITADO PELO INSS**

Os sindicatos signatários da presente, com base na legislação vigente, e pela matéria não estar incluída nas disposições do artigo 611-B da CLT, atestam, declaram e decidem que para o exercício das atividades fins do segmento, segurança privada, os trabalhadores contratados sob CBO 5173 e 5174 necessitam de alto grau de aptidão física e mental, de modo que o desempenho destas funções por pessoa com deficiência não lhes é apropriado e pode resultar em riscos à sua própria integridade física.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A situação fática já foi reconhecida por inúmeras decisões judiciais, dentre as quais, a decisão proferida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho a seguir transcrita.

*“Ação anulatória. Convenção coletiva de trabalho. Atividade de segurança privada. Restrição da base de cálculo da reserva legal de vagas para portadores de deficiência. Art. 93 da lei nº 8.213/91. Possibilidade. Validade da cláusula. É válida cláusula de convenção coletiva, firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Tocantins – Sintvisto e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores, de Cursos de Formação e de Segurança Eletrônica do Estado de Tocantins – Sindesp/TO, que restringe a base de cálculo da reserva legal de vagas para pessoas com deficiência (art. 93 da Lei nº 8.213/91) aos cargos de natureza administrativa. As atividades de segurança privada exigem a utilização de armas de fogo e elevado grau de aptidão física e mental, de modo que o desempenho desta função por pessoa com deficiência pode resultar em riscos à sua própria integridade física. Sob esse entendimento, a SDC, por unanimidade, conheceu do recurso ordinário em ação anulatória e, no mérito, por maioria, negou-lhe provimento para manter a integralidade da Cláusula 16ª – Contratação de portador de deficiência física habilitado ou reabilitado. Vencidos os Ministros Mauricio Godinho Delgado e Kátia Magalhães Arruda. TST-RO- 76-64.2016.5.10.0000, SDC, rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 13.3.17”*

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Diante desta realidade os signatários consignam para todos os fins de direito que as empresas do segmento atenderão plenamente a obrigação referente a contratação de pessoas com deficiência na medida em que contratarem, e mantiverem contratados, trabalhadores em número equivalente a 5% (cinco por cento) dos seus empregados lotados exclusivamente em atividades administrativas na sede da empresa.

## **OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VIGILANTE DESARMADO**

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho poderão contratar vigilantes desarmados para exercerem suas atividades, no turno diurno e noturno, apenas nos seguintes seguimentos: Condomínios Residenciais Multifamiliares, Condomínio de Escritórios e Serviços, Escolas de Ensino Privado, Lojas do Comércio Varejista, Residências, Clínicas, Bares/Restaurantes e Similares e Hotéis.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Considerando o salário mínimo definido através do Decreto Federal de nº. 9.661, de 01 de janeiro de 2019, os vigilantes contratados nas condições do "caput", considerando-se a soma do salário e benefícios, terão direito ao seguinte reajuste:

a) para os vigilantes desarmados que trabalham mediante jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, mesmo que mediante escala 5X2, o reajuste será de 5,74% (cinco vírgula setenta e quatro por cento), o qual se consubstancia nas seguintes parcelas: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais); periculosidade de 30% (trinta por cento), calculada sobre o piso salarial no valor nominal de R\$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) e vale alimentação no valor de R\$ 363,00 (trezentos e sessenta e três reais).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os vigilantes contratados, nos termos desta cláusula, não poderão substituir os vigilantes armados em quaisquer de seus postos de trabalho.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO**

A Jornada de trabalho dos empregados abarcados pela presente norma coletiva se dará nos termos do artigo art. 7º, inciso XIII e XXVI, da Constituição Federal, ficando desde já estabelecido que a quantidade de horas laboradas por todos os empregados é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 220 (duzentos e vinte) horas efetivamente trabalhadas, já incluso o repouso semanal remunerado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Resta, desde já, autorizada a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, com a aceitação e chancela dos Sindicatos ora convenientes, objetivando a prorrogação e compensação de jornada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A utilização da escala de serviço do tipo 12 X 36 dar-se-á com esteio, exclusivamente, em Acordo Coletivo de Trabalho, devendo ser observada a regra prevista no parágrafo primeiro da presente cláusula. É vedada, portanto, a celebração de qualquer Acordo Coletivo de Trabalho, que tenha por objeto a utilização da escala 12 X 36, sem a aceitação e chancela do Sindicato Laboral e do Sindicato Patronal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A escala de serviço do tipo 5X2, compreendendo 5 (cinco) dias de labor seguidos de 2 (dois) dias de descanso, será permitida com jornada diária de 08h48 (oito horas e quarenta e oito minutos), com intervalo intrajornada mínimo de uma hora.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O intervalo para descanso será de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, nos termos da regra contida no caput do artigo 71 da CLT.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Quando não ocorrer o gozo do horário intrajornada, nos termos do caput e parágrafos, desta cláusula, ou o mesmo for suprimido, nos termos do § 4º do artigo 71 da CLT, será devido ao vigilante o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da remuneração base incluída a incidência do adicional de periculosidade.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA**

As empresas poderão utilizar, para registro de jornadas de trabalho de seus empregados, papeleta de serviço externo, cartão ponto, livro ponto, cartão magnético, sistema eletrônico de controle de ponto. Facultado, também, a utilização do registrador eletrônico de ponto, sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, ou sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de rádio transmissor, estas últimas possibilidades conforme previsto na Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009 e na Portaria nº 373, de 25 de fevereiro de 2011, ambas do Ministério do Trabalho e Previdência Social servindo a presente cláusula como expressa autorização para adotá-los.

## **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - BANCO DE HORAS**

Convencionam as partes que na observância, fiel e rigorosa, do que disciplina o parágrafo segundo do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho e na consonância do disposto pela Lei nº 9.601 de 21 de agosto de 1998,

poderá ser instituída pelas empresas, através de acordo, cujo Instrumento constará endereço e CNPJ/MF das Empresas estabelecidas na base territorial do Sindicato Profissional, que adotarem o banco de horas para a compensação das horas excedentes da jornada normal de trabalho, efetuadas por cada trabalhador, no exercício das suas funções, desde que sejam estabelecidos os seguintes critérios e limites, condicionantes para o seu registro e arquivamento na SRTE-PB:

- a) A compensação, através da concessão de folgas dos trabalhadores, se dará considerando para cada hora em excesso, uma hora de folga.
- b) Adoção de mecanismo de controle e fiscalização, que permita mensalmente o acompanhamento individual do trabalhador e do sindicato profissional.
- c) Até 90 (noventa) dias para apuração das horas em excesso que forem trabalhadas no período, dando-se a compensação mediante concessão de folga, impreterivelmente, nos 30 (trinta) dias subsequentes.
- d) Na hipótese de impossibilidade das empresas cumprirem nos prazos acima estabelecidos a compensação através das folgas, obriga-se ao pagamento das horas trabalhadas, acrescidas do percentual constante nesta convenção para as horas extraordinárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: Esta cláusula se restringe aos funcionários que exercerem suas funções nos setores administrativo, administrativo da vigilância, administrativo da tesouraria e administrativo do transporte de valores.

## **INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO INTRAJORNADA PARA VIGILANTE QUE ATUA EM ESTABELECIMENTO BANCÁRIO**

Será concedido intervalo intrajornada para repouso ou alimentação de acordo com o artigo 71 da CLT, de no mínimo 60 (sessenta) minutos, cujo período não será computado na jornada diária. A não concessão ou concessão parcial do intervalo para refeição e descanso implica no pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido com o acréscimo de hora extra, previsto na Cláusula "Horas Extras" da presente Norma Coletiva, acrescido do adicional de periculosidade e gratificação de função, quando houver.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Salvo acordo coletivo específico que disponha de forma diversa, o intervalo para almoço dos vigilantes que prestam serviço em estabelecimentos bancários, localizados em João Pessoa e região metropolitana, deverá ocorrer entre o período das 10:00 horas às 15:00 horas, ficando proibido a concessão do intervalo antes e após esse horário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Salvo acordo coletivo específico que disponha de forma diversa, o intervalo para almoço dos vigilantes que prestam serviço em estabelecimentos bancários, localizados nas demais cidades do estado da Paraíba, deverá ocorrer entre o período das 10:30 horas às 14:00 horas, ficando proibido a concessão do intervalo antes e após esse horário.

## **DESCANSO SEMANAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DESCANSO SEMANAL REMUNERADO**

Será devido à indenização do descanso semanal remunerado sobre os itens da remuneração que são resultantes da prorrogação da jornada de trabalho, mesmo que fictamente, sendo eles: adicional noturno, horas extras, horas extras em razão da hora noturna.

## **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONCESSÃO DE FÉRIAS**

A concessão de férias será informada ao empregado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, fornecendo o empregador 01 (uma) via do recibo de aviso de férias, não podendo o início das mesmas coincidir com o dia de folga do empregado.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COLETE À PROVA DE BALAS**

Os empregadores fornecerão colete à prova de balas aos vigilantes armados quando em serviço, constituído de capa e placa balística, observando estritamente a regulamentação do Ministério da Justiça e do Emprego e Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Por uma questão de higiene, e levando em consideração a compleição física de cada usuário, a empresa fornecerá aos vigilantes uma capa individual do colete juntamente com o fardamento, a qual deve ser municiada com as placas balísticas, quando da assunção do posto de serviço, em revezamento com o vigilante rendido.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O vigilante que não estiver portando a sua capa do colete não poderá assumir o posto de serviço, sujeitando-se a advertência, suspensão e até demissão, a depender das vezes em que tal fato se repetir.

## **UNIFORME**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FARDAMENTO**

Os empregadores fornecerão aos vigilantes, anualmente, 02 (duas) camisas, 02 (duas) calças, 01 (um) par de calçados e 01 (um) cinto de guarnição completo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de extravio do fardamento por dolo ou culpa do empregado, este arcará com as despesas de custo do novo fardamento, mediante desconto em folha de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Obrigam-se os empregados a devolver o fardamento na oportunidade da substituição do uniforme e no término do contrato de trabalho, facultando-se ao empregador, na hipótese da não devolução, proceder ao desconto do valor correspondente ao custo do fardamento.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADO MÉDICO**

Os empregadores obrigam-se a aceitar os atestados médicos justificativos da ausência do empregado ao trabalho desde que devidamente emitido pelo Sistema Único de Saúde ou estabelecimento privado, devendo constar no respectivo atestado o código de Classificação Internacional de Doenças - CID correspondente, CRM e assinatura, sobre carimbo, do médico, o período de afastamento, bem como a data do atendimento médico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O empregado deverá apresentar o atestado médico no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da sua ausência ao trabalho, sob pena de desobrigar a aceitá-lo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregador dispuser de serviço médico próprio ou credenciado, os atestados médicos serão a estes submetidos pelo empregado faltoso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a ausência ao trabalho.

## **PRIMEIROS SOCORROS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TRANSPORTE DO ACIDENTADO**

Os empregadores fornecerão transporte para atender aos empregados acidentados no trabalho ou aos empregados que durante a jornada laboral necessitem de atendimento médico-hospitalar.



## **RELAÇÕES SINDICAIS**

### **ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - LIVRE ACESSO A EMPRESA**

Os empregadores permitirão livre acesso dos diretores sindicais, no horário comercial, limitado ao recinto da área administrativa, mediante comunicação e identificação prévia, para a finalidade de resolver assuntos de interesse da categoria profissional.

#### **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA LIBERAÇÃO DOS DIRETORES SINDICAIS**

O PRESIDENTE do SEESVEP/PB, assim como, o VICE-PRESIDENTE, SECRETÁRIO, PRIMEIRO SECRETÁRIO, TESOUREIRO GERAL, PRIMEIRO TESOUREIRO e o DIRETOR PATRIMONIAL, serão liberados por seus respectivos empregadores em até 04 (quatro) dias no ano para a prática de atividades sindicais, desde que requerido com ao menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, devendo o requerimento vir instruído com documentos que comprovem a realização do ato sindical.

#### **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MENSALIDADE OBRIGADA**

Com fundamento no art. 8º da Constituição Federal e na decisão emanada da Assembleia Geral Extraordinária do SEESVEP/PB, os empregadores descontarão mensalmente, a partir do mês de março/2019, de todos os empregados associados, a importância equivalente a 2% (dois por cento) do piso salarial e da periculosidade, cujo montante deverá ser recolhido ao SEESVEP/PB até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO ÚNICO: O não repasse no prazo previsto implicará na aplicação da multa disposta no art. 600 da CLT, além da correção monetária.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO DE DESPESA DE CAMPANHA SALARIAL LABORAL**

A Contribuição de despesa de campanha salarial laboral, se constitui em deliberação de Assembleia Geral Extraordinária da categoria profissional, e é fixada pelos trabalhadores, conforme abaixo discriminado:

- a) **Vigilantes contratados antes do depósito da presente CCT:** Com o percentual de 3% (três por cento) do salário normativo no mês de março, assim compreendido, piso salarial e adicional de periculosidade mensal para os trabalhadores que desempenham a função de vigilantes patrimonial;
- b) **Vigilantes contratados após o depósito da presente CCT:** Com o percentual de 3% (três por cento) sobre a proporcionalidade dos meses referente a diferença entre a data da efetiva contratação e o prazo restante da validade da presente CCT, incidindo sobre o salário normativo no mês subsequente ao da contratação assim compreendido, piso salarial e adicional de periculosidade mensal para os trabalhadores que desempenham a função de vigilantes patrimonial
- c) **Demais empregados beneficiários por instrumento contratados antes do depósito da presente CCT:** Com o percentual de 3% (três por cento) no mês de abril, do seu piso salarial mensal;
- d) **Demais empregados beneficiários por instrumento contratados após o depósito da presente CCT:** Com o percentual de 3% (três por cento) sobre a proporcionalidade dos meses, referente a diferença entre a data da efetiva contratação e o prazo restante da validade da presente CCT, incidindo sobre o piso salarial no mês subsequente ao da contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Mediante aprovação da assembleia geral, o sindicato publicará edital assegurando o direito de oposição dos trabalhadores, não filiados ao Sindicato Laboral, ao pagamento da Contribuição de despesa

de campanha salarial laboral em benefício do sindicato, que deverão se manifestar, por escrito na sede do Sindicato laboral, em até 10 (dez) dias após a publicação do edital.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A publicação deverá ser feita no mesmo jornal que convocou a assembleia de aprovação da pauta de reivindicação, no prazo de 10 (dez) dias contados do protocolo do instrumento normativo na Superintendência Regional do Trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As nominatas dos seus empregados que forem fornecidas pelas empresas por força do aqui estabelecido tem o fim único e exclusivo de verificação da correção do cumprimento do previsto nesta cláusula, sendo, portanto, vedado, o sindicato profissional utilizar-se das mesmas para qualquer outra finalidade, parcela ou direito, sob pena de nulidade do procedimento que assim promoverem.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O valor assim descontado pelas empresas deve ser recolhido por estas, direta e separadamente, à entidade que assina o presente instrumento, nos percentuais ali definidos - em seus valores correspondentes - até o dia 15 do mês subsequente à efetivação do mesmo, na conta bancária da entidade sindical beneficiada cujo número será fornecido através de documento oficial de cada entidade sindical. O comprovante de recolhimento deverá ser encaminhado pelas empresas no mês do recolhimento, junto com a relação nominal dos trabalhadores.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O não recolhimento no prazo estabelecido no parágrafo quinto implicará acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10 % (dez por cento), sem prejuízo da atualização de débito, e restará caracterizado o crime de apropriação ao administrador da empresa conforme previsto no artigo 168 do CP.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Esta cláusula é inserida na CCT a pedido do sindicato profissional a quem deverá ser direcionado qualquer questionamento quanto à mesma.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** O sindicato profissional que firma o presente compromete-se a reembolsar todo e qualquer valor que alguma empresa seja condenada a restituir ao trabalhador por conta desta cláusula.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

A título de Contribuição Assistencial Patronal, os empregadores associados ao SINDESP/PB obrigam-se a pagar a este, até o 10º (décimo) dia útil do mês de maio/2019, o valor equivalente a 01 (um) salário base da categoria, sob pena de ajuizamento da competente ação de execução além de outras providências que se fizerem necessárias.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL**

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT de que prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B;

Considerando que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim, por deliberação da Assembleia Geral do SINDESP/PB, de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III, da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades econômicas, representadas pelo SINDESP/PB (segurança patrimonial, transporte de valores, curso de formação de vigilantes) recolherão junto ao Banco do Brasil, em favor do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Paraíba – SINDESP/PB, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos os membros da categoria econômica e não somente a associado, conforme estabelecido na seguinte tabela.

### **TABELA/ESCALA**

01 a 100 EMPREGADOS R\$ 500,00

101 A 200 EMPREGADOS R\$ 1.000,00

201 A 300 EMPREGADOS R\$ 1.500,00

301 A 400 EMPREGADOS R\$ 2.000,00

401 A 500 EMPREGADOS R\$ 2.500,00

501 A 600 EMPREGADOS R\$ 3.000,00

601 A 700 EMPREGADOS R\$ 3.500,00

700 A 800 EMPREGADOS R\$ 4.000,00

800 A 999 EMPREGADOS R\$ 4.500,00

ACIMA DE 1000 EMPREGADOS R\$ 5.000,00

**\*\*EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES R\$ 3.500,00 E**

**\*\*\*ESCOLAS DE CURSO DE FORMAÇÃO R\$ 1.000,00**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contribuição Negocial será distribuída da seguinte forma:

I – 70% para o Sindicato;

II – 25% para a Federação;

III – 5% para a Confederação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento da contribuição supramencionada acarretará a incidência de multa de 2% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos índices fornecidos pelo IGPM/FGV e INPC/IBGE.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - RELAÇÃO DOS SÓCIOS**

As empresas fornecerão ao sindicato laboral, a partir da folha do mês de maio do ano de 2019, no prazo de 10 (dez) dias a contar do requerimento protocolado na sede da empresa, a relação dos sócios que tiveram desconto sindical no mês anterior ao do requerimento.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

Ficam mantidas as CCP's Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia prevista do artigo 625-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme a redação dada pela Lei nº.9.958, de 12/01/2000, composta de representantes Titulares e Suplentes, indicados pelos Sindicatos dos empregadores supramencionados e representantes dos trabalhadores, com o objetivo de tentar a conciliação de conflitos individuais de trabalho envolvendo integrantes da categoria profissional representada pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA PARAÍBA - SEESVEP/PB e os integrantes da categoria econômica representada pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DA PARAÍBA - SINDESP/PB.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Todas as demandas de natureza trabalhista na jurisdição das Varas do Trabalho do Estado da Paraíba, com exceção das Varas do Trabalho da Comarca de Campina Grande - PB, serão submetidas previamente às CCP's - Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia, conforme determina o artigo 625-D CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As CCP's - Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia funcionarão na sede do NINTER - NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA, que fornecerá toda a estrutura administrativa e assessoria jurídica às CCP's - Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia, sendo sua sede instalada na Av João Machado, 1214. – Centro – João Pessoa – PB.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A demanda será formulada por escrito ou reduzida a termo pela Secretaria do NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista ou por qualquer membro da CCP - Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, que designará, na mesma oportunidade, dia e hora da sessão de tentativa de conciliação, entregando recibo ao demandante, devendo a sessão de tentativa de conciliação realizar-se-á no prazo máximo de dez dias a contar do ingresso de demanda.

PARÁGRAFO QUARTO: Para custeio e manutenção das despesas administrativas do NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista e das CCP's - Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia, será cobrada uma taxa administrativa, exclusivamente da empresa na condição de demandada ou demandante.



- a) O NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista notificará a empresa pelo meio de notificação postal com AR, ou pessoal mediante recibo, com o mínimo de cinco dias de antecedência à realização da audiência de tentativa de conciliação, devendo constar dos autos cópia dessa notificação.
- b) Da notificação constará, necessariamente, o nome do demandante, o local, a data e a hora da sessão de conciliação, bem como a comunicação de que o demandado deverá comparecer pessoalmente ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir e firmar o termo de conciliação.
- c) Não sendo possível realizar a audiência de conciliação nos dez dias seguintes à formulação da demanda ou não tendo a empresa demandada sido notificada da sessão com cinco dias de antecedência, a secretaria do NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista fornecerá as partes declaração da impossibilidade de conciliação, com descrição do objeto da demanda.
- d) Caso a empresa não compareça à sessão de Conciliação, o conciliador patronal ou laboral, da CCP - Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, presentes na ocasião, firmarão declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia ao interessado, em seguida será expedido à mesma, boleto de cobrança no valor convencionado nos termos do Parágrafo Quarto desta Cláusula, correspondente ao ressarcimento das despesas efetuadas pelo NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista na tentativa de conciliação.
- e) Em caso de não comparecimento do Demandante o procedimento da demanda será arquivado sem a expedição da declaração de frustração, podendo o Demandante renovar a demanda com o mesmo objetivo.
- f) Aberta a sessão de conciliação, os conciliadores esclarecerão as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usarão os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória da demanda.
- g) Não prosperando a conciliação, será fornecida ao trabalhador e ao empregador, ou seu representante, declaração da tentativa conciliatória frustrada com descrição de seu objeto, firmada pelos membros da CCP - Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.
- h) Aceita a conciliação, será lavrado termo assinado pelo trabalhador, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CCP - Comissão Intersindical de Conciliação Prévia presentes à sessão, fornecendo-se uma via para cada parte interessada.

PARÁGRAFO QUINTO: O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único do artigo 625-E, da CLT, com redação dada pela Lei n.º 9.958, de 12/01/2000.

PARÁGRAFO SEXTO: Os representantes das categorias convenientes que integram as Comissões de Conciliação, deverão ser membros da Diretoria das Entidades Sindicais, ou pessoas por estas contratada.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Caberá ao NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista proporcionar as CCP's Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia todos os meios necessários à consecução de seu fim, como local adequado, equipamentos, pessoal para secretaria e assessoria jurídica.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA**

Em caso de descumprimento das obrigações de fazer, fica estabelecida a multa no importe equivalente a 10% (dez por cento) do piso salarial, a ser paga em favor do empregado prejudicado, vedada a acumulação de multas.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - FORO COMPETENTE**

As controvérsias resultantes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, desde que estejam esgotadas as possibilidades de conciliação na forma estabelecida na presente convenção.

**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DA PARAIBA**

WILLIAMS DOS SANTOS SILVA  
 PRESIDENTE  
 SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA

## ANEXOS

### ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS TRABALHISTAS

#### ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS TRABALHISTAS

<b>1</b>	<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>Percentual</b>
A	INSS (art. 22, I, Lei 8.212/91)	20,00%
B	SESI ou SESC (art. 30, I, Lei 8.036/90)	1,50%
C	SENAI ou SENAC (Decreto 2.318/86)	1,00%
D	INCRA (arts. 1º e 2º, DL nº 1.146/70)	0,20%
E	Salário educação (art. 15, Lei nº 9.424/96 e art. 1º § 1º, Decreto 6.003/06)	2,50%
F	FGTS (art. 15, Lei nº 8.030/90)	8,00%
G	Seguro acidente do trabalho (art.22, II, Lei nº 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.957/09)	3,00%
H	SEBRAE (Lei 8.029/90)	0,60%
<b>TOTAL</b>		<b>36,80%</b>
<b>2</b>	<b>13º Salário e Adicional de férias</b>	<b>Percentual</b>
A	13º Salário - (art. 7º, VIII, CF)	8,33%
<b>Subtotal</b>		<b>8,33%</b>
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de férias	3,07%
<b>TOTAL</b>		<b>11,40%</b>
<b>3</b>	<b>Afastamento Maternidade</b>	<b>Percentual</b>
A	Afastamento maternidade - (art. 131, III, CLT)	0,75%
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,28%
<b>TOTAL</b>		<b>1,03%</b>
<b>4</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Percentual</b>
A	Aviso prévio indenizado	2,81%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,22%
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,40%
D	Aviso prévio trabalhado - (IN 02)	1,47%
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,54%
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado (IN 02)	5,00%
<b>TOTAL</b>		<b>10,44%</b>
<b>5</b>	<b>Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>%</b>
A	Férias e terço constitucional de férias	12,74%
B	Ausência por doença - (art. 131, III, CLT)	3,86%
C	Licença paternidade - (art. 7º, XIX, CF)	0,06%
D	Ausências legais - (art. 473, CLT)	1,48%
E	Ausência por acidente de trabalho - (art. 131, CLT c/c art. 27, Decreto nº 89.312/84)	0,36%
F	Outros	0,00%

<b>Subtotal</b>	<b>18,50%</b>
G Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	6,81%
<b>TOTAL</b>	<b>25,31%</b>
<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Percentual</b>
1 Encargos previdenciários e FGTS	36,80%
2 13º salário + Adicional de férias	11,40%
3 Afastamento maternidade	1,03%
4 Custo de rescisão	10,44%
5 Custo de reposição do profissional ausente	25,31%
6 Outros	0,00%
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>	<b>84,97%</b>

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2019/2020**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PB000310/2019  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 23/07/2019  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR031895/2019  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46085.000930/2019-90  
**DATA DO PROTOCOLO:** 23/07/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA, CNPJ n. 24.097.768/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILLIAMS DOS SANTOS SILVA;

E

FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ n. 10.446.347/0001-16, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). SHIGEAKI MARACAJA RAMOS ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 13 de junho de 2019 a 13 de junho de 2020 e a data-base da categoria em 01º de março.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância**, com abrangência territorial em **Água Branca/PB, Aguiar/PB, Alagoa Grande/PB, Alagoa Nova/PB, Alagoinha/PB, Alcantil/PB, Algodão De Jandaíra/PB, Alhandra/PB, Amparo/PB, Aparecida/PB, Araçagi/PB, Arara/PB, Araruna/PB, Areia De Baraúnas/PB, Areia/PB, Areial/PB, Aroeiras/PB, Assunção/PB, Baía Da Traição/PB, Bananeiras/PB, Baraúna/PB, Barra De Santa Rosa/PB, Barra De Santana/PB, Barra De São Miguel/PB, Bayeux/PB, Belém Do Brejo Do Cruz/PB, Belém/PB, Bernardino Batista/PB, Boa Ventura/PB, Boa Vista/PB, Bom Jesus/PB, Bom Sucesso/PB, Bonito De Santa Fé/PB, Boqueirão/PB, Borborema/PB, Brejo Do Cruz/PB, Brejo Dos Santos/PB, Caaporã/PB, Cabaceiras/PB, Cabedelo/PB, Cachoeira Dos Índios/PB, Cacimba De Areia/PB, Cacimba De Dentro/PB, Cacimbas/PB, Caiçara/PB, Cajazeiras/PB, Cajazeirinhas/PB, Caldas Brandão/PB, Camalaú/PB, Capim/PB, Caraúbas/PB, Carrapateira/PB, Casserengue/PB, Catingueira/PB, Catolé Do Rocha/PB, Caturité/PB, Conceição/PB, Condado/PB, Conde/PB, Congo/PB, Coremas/PB, Coxixola/PB, Cruz Do Espírito Santo/PB, Cubati/PB, Cuité De Mamanguape/PB, Cuité/PB, Cuitegi/PB, Curral De Cima/PB, Curral Velho/PB, Damião/PB, Desterro/PB, Diamante/PB, Dona Inês/PB, Duas Estradas/PB, Emas/PB, Esperança/PB, Fagundes/PB, Frei Martinho/PB, Gado Bravo/PB, Guarabira/PB, Gurinhém/PB, Gurjão/PB, Ibiara/PB, Igaracy/PB, Imaculada/PB, Ingá/PB, Itabaiana/PB, Itaporanga/PB, Itapororoca/PB, Itatuba/PB, Jacaraú/PB, Jericó/PB, João Pessoa/PB, Joca Claudino/PB, Juarez Távora/PB, Juazeirinho/PB, Junco Do Seridó/PB, Juripiranga/PB, Juru/PB, Lagoa De Dentro/PB, Lagoa Seca/PB, Lagoa/PB, Lastro/PB, Livramento/PB, Logradouro/PB, Lucena/PB, Mãe D'Água/PB, Malta/PB, Mamanguape/PB, Manaíra/PB, Marcação/PB, Mari/PB, Marizópolis/PB, Massaranduba/PB, Mataraca/PB, Matinhas/PB, Mato Grosso/PB, Maturéia/PB, Mogeiro/PB, Montadas/PB, Monte Horebe/PB, Monteiro/PB, Mulungu/PB, Natuba/PB, Nazarezinho/PB, Nova Floresta/PB, Nova Olinda/PB, Nova Palmeira/PB, Olho D'Água/PB, Oivedos/PB, Ouro Velho/PB, Parari/PB, Passagem/PB, Patos/PB, Paulista/PB, Pedra Branca/PB, Pedra Lavrada/PB, Pedras De Fogo/PB, Pedro Régis/PB, Piancó/PB, Picuí/PB, Pilar/PB, Pilões/PB, Pilõezinhos/PB, Pirpirituba/PB, Pitimbu/PB, Pocinhos/PB, Poço Dantas/PB, Poço De José De Moura/PB, Pombal/PB, Prata/PB, Princesa Isabel/PB, Puxinanã/PB, Queimadas/PB, Quixaba/PB, Remígio/PB, Riachão Do Bacamarte/PB, Riachão Do Poço/PB, Riachão/PB, Riacho De Santo Antônio/PB, Riacho Dos Cavalos/PB, Rio Tinto/PB, Salgadinho/PB, Salgado De São Félix/PB, Santa Cecília/PB, Santa Cruz/PB, Santa Helena/PB, Santa Inês/PB, Santa Luzia/PB, Santa Rita/PB, Santa Teresinha/PB, Santana De Mangueira/PB, Santana Dos Garrotes/PB, Santo André/PB, São Bentinho/PB, São Bento/PB, São Domingos Do Cariri/PB, São Domingos/PB, São Francisco/PB, São João Do Cariri/PB, São João Do Rio Do Peixe/PB, São João Do Tigre/PB, São José Da Lagoa Tapada/PB, São José De Caiana/PB, São José De Espinharas/PB, São José De Piranhas/PB, São**



José De Princesa/PB, São José Do Bonfim/PB, São José Do Brejo Do Cruz/PB, São José Do Sabugi/PB, São José Dos Cordeiros/PB, São José Dos Ramos/PB, São Mamede/PB, São Miguel De Taipu/PB, São Sebastião De Lagoa De Roça/PB, São Sebastião Do Umbuzeiro/PB, São Vicente Do Seridó/PB, Sapé/PB, Serra Branca/PB, Serra Da Raiz/PB, Serra Grande/PB, Serra Redonda/PB, Serraria/PB, Sertãozinho/PB, Sobrado/PB, Solânea/PB, Soledade/PB, Sossêgo/PB, Sousa/PB, Sumé/PB, Tacima/PB, Taperoá/PB, Tavares/PB, Teixeira/PB, Tenório/PB, Triunfo/PB, Uiraúna/PB, Umbuzeiro/PB, Várzea/PB, Vieirópolis/PB, Vista Serrana/PB e Zabelê/PB.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - VALE-ALIMENTAÇÃO**

Conforme previsto na Cláusula Décima da Convenção Coletiva de Trabalho, o pagamento do vale alimentação poderá ser realizado através de fornecimento de cartão ticket alimentação ou, a critério da empresa empregadora, em forma de pecúnia, juntamente com o salário, no mês seguinte ao da prestação dos serviços. As partes acordam que o auxílio alimentação concedido pela empregadora não possui natureza salarial para todos os efeitos legais.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA QUARTA - AVISO PRÉVIO**

Fica acordado entre as partes a obrigatoriedade de a empresa entregar uma via do aviso prévio ao trabalhador na data de sua assinatura, independente de o mesmo ser trabalhado ou indenizado.

PARÁGRAFO ÚNICO: A empresa deverá ainda, no caso de vigilantes sindicalizados, comunicar ao sindicato laboral a dispensa, até o último dia do cumprimento do aviso prévio.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO**

Além das jornadas de trabalho previstas na Convenção Coletiva, é facultada a empresa a adoção da jornada de trabalho diária de 08 (oito) horas, distribuídas da seguinte forma:

a) 04 (quatro) horas diurna e 04 (quatro) horas noturna na sua respectiva jornada de trabalho, devendo ser observado o intervalo interjornada de 11 (onze) horas previsto no Art. 66 da CLT, ficando acordado entre as partes que o intervalo entre os dois períodos não será considerado tempo à disposição do empregador.

b) 05 (cinco) horas diretas, com intervalo intrajornada de 01 (uma) ou 02 (duas) horas, seguidos das 03 (três) horas remanescentes.

c) Escala de serviço do tipo 5X2, compreendendo 05 (cinco) dias de labor seguidos de 02 (dois) dias de descanso, com jornada diária de 08h48 (oito horas e quarenta e oito minutos), com intervalo intrajornada mínimo de 01 (uma) hora e máximo de 02 (duas) horas.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As distribuições de jornada mencionadas nesta cláusula só podem ser utilizadas pelos vigilantes contratados para trabalhar na jornada de trabalho de segunda a sexta feira, não devendo ser aplicados em sábados, domingos e feriados, bem como nas demais jornadas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho.

## **PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA SEXTA - PRORROGAÇÃO**

Em caso de labor acima da jornada contratada, bem como em eventuais plantões extras, a empresa deverá efetuar o pagamento do adicional de hora extra com o devido acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal e do adicional risco de vida.

## **INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - INTERVALO INTRAJORNADA**

Consoante previsão textual do artigo 611-A, III, da Consolidação das Leis Trabalhistas, é facultada a empresa empregadora a concessão de intervalo intrajornada de 30 (trinta) minutos, nos termos do § 4º do artigo 71 da CLT, sendo devido o pagamento, de natureza indenizatória, dos 30 (trinta) minutos suprimidos, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal e do adicional risco de vida.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Pode a empresa, em casos excepcionais, quando não ocorrer o gozo do horário intrajornada, realizar o pagamento, de natureza indenizatória, da 01 (uma) hora suprimida, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal e do adicional risco de vida.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA OITAVA - DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

Fica estipulado a multa de 10% do salário base em favor dos trabalhadores caso ocorra o descumprimento deste instrumento coletivo.

**WILLIAMS DOS SANTOS SILVA  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA**

**SHIGEAKI MARACAJA RAMOS  
SÓCIO  
FORÇA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA**

## **ANEXOS ANEXO I - MINUTA ACORDO COLETIVO**

[Anexo \(PDF\)](#)

## **ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA**



[Anexo \(PDF\)](#)

## **ANEXO III - ATA DE ASSEMBLEIA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2019/2020**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PB000325/2019  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 31/07/2019  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR041922/2019  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46085.000970/2019-31  
**DATA DO PROTOCOLO:** 31/07/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA, CNPJ n. 24.097.768/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILLIAMS DOS SANTOS SILVA;

E

FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ n. 10.446.347/0001-16, neste ato representado(a) por seu Empresário, Sr(a). SHIGEAKI MARACAJA RAMOS ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 30 de julho de 2019 a 28 de fevereiro de 2020 e a data-base da categoria em 01º de março.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos empregados em empresas de segurança privada, exceto os de transporte de valores e escolta armada**, com abrangência territorial em Água Branca/PB, Aguiar/PB, Alagoa Grande/PB, Alagoa Nova/PB, Alagoinha/PB, Alcantil/PB, Algodão De Jandaíra/PB, Alhandra/PB, Amparo/PB, Aparecida/PB, Araçagi/PB, Arara/PB, Araruna/PB, Areia De Baraúnas/PB, Areia/PB, Areial/PB, Aroeiras/PB, Assunção/PB, Baía Da Traição/PB, Bananeiras/PB, Baraúna/PB, Barra De Santa Rosa/PB, Barra De Santana/PB, Barra De São Miguel/PB, Bayeux/PB, Belém Do Brejo Do Cruz/PB, Belém/PB, Bernardino Batista/PB, Boa Ventura/PB, Boa Vista/PB, Bom Jesus/PB, Bom Sucesso/PB, Bonito De Santa Fé/PB, Boqueirão/PB, Borborema/PB, Brejo Do Cruz/PB, Brejo Dos Santos/PB, Caaporã/PB, Cabaceiras/PB, Cabedelo/PB, Cachoeira Dos Índios/PB, Cacimba De Areia/PB, Cacimba De Dentro/PB, Cacicmbas/PB, Caicara/PB, Cajazeiras/PB, Cajazeirinhas/PB, Caldas Brandão/PB, Camalaú/PB, Capim/PB, Caraúbas/PB, Carrapateira/PB, Casserengue/PB, Catingueira/PB, Catolé Do Rocha/PB, Caturité/PB, Conceição/PB, Condado/PB, Conde/PB, Congo/PB, Coremas/PB, Coxixola/PB, Cruz Do Espírito Santo/PB, Cubati/PB, Cuité De Mamanguape/PB, Cuité/PB, Cuitegi/PB, Curral De Cima/PB, Curral Velho/PB, Damião/PB, Desterro/PB, Diamante/PB, Dona Inês/PB, Duas Estradas/PB, Emas/PB, Esperança/PB, Fagundes/PB, Frei Martinho/PB, Gado Bravo/PB, Guarabira/PB, Gurinhém/PB, Gurjão/PB, Ibiara/PB, Igaracy/PB, Imaculada/PB, Ingá/PB, Itabaiana/PB, Itaporanga/PB, Itapororoca/PB, Itatuba/PB, Jacaraú/PB, Jericó/PB, João Pessoa/PB, Joca Claudino/PB, Juarez Távora/PB, Juazeirinho/PB, Junco Do Seridó/PB, Juripiranga/PB, Juru/PB, Lagoa De Dentro/PB, Lagoa Seca/PB, Lagoa/PB, Lastro/PB, Livramento/PB, Logradouro/PB, Lucena/PB, Mãe D'Água/PB, Malta/PB, Mamanguape/PB, Manaíra/PB, Marcação/PB, Mari/PB, Marizópolis/PB, Massaranduba/PB, Mataraca/PB, Matinhas/PB, Mato Grosso/PB, Maturéia/PB, Mogeiro/PB, Montadas/PB, Monte Horebe/PB, Monteiro/PB, Mulungu/PB, Natuba/PB, Nazarezinho/PB, Nova Floresta/PB, Nova Olinda/PB, Nova Palmeira/PB, Olho D'Água/PB, Olivedos/PB, Ouro Velho/PB, Parari/PB, Passagem/PB, Patos/PB, Paulista/PB, Pedra Branca/PB, Pedra Lavrada/PB, Pedras De Fogo/PB, Pedro Régis/PB, Piancó/PB, Picuí/PB, Pilar/PB, Pilões/PB, Pilõezinhos/PB, Pirpirituba/PB, Pitimbu/PB, Pocinhos/PB, Poço Dantas/PB, Poço De José De Moura/PB, Pombal/PB, Prata/PB, Princesa Isabel/PB, Puxinanã/PB, Queimadas/PB, Quixaba/PB, Remígio/PB, Riachão Do Bacamarte/PB, Riachão Do Poço/PB, Riachão/PB, Riacho De Santo Antônio/PB, Riacho Dos Cavalos/PB, Rio Tinto/PB, Salgadinho/PB, Salgado De São Félix/PB, Santa Cecília/PB, Santa Cruz/PB, Santa Helena/PB, Santa Inês/PB, Santa Luzia/PB, Santa Rita/PB, Santa Teresinha/PB, Santana De Mangueira/PB, Santana Dos Garrotes/PB, Santo André/PB, São Bentinho/PB, São Bento/PB, São Domingos Do Cariri/PB, São Domingos/PB, São Francisco/PB, São João Do Cariri/PB, São João Do Rio Do Peixe/PB, São João Do Tigre/PB, São José Da Lagoa



Tapada/PB, São José De Caiana/PB, São José De Espinharas/PB, São José De Piranhas/PB, São José De Princesa/PB, São José Do Bonfim/PB, São José Do Brejo Do Cruz/PB, São José Do Sabugi/PB, São José Dos Cordeiros/PB, São José Dos Ramos/PB, São Mamede/PB, São Miguel De Taipu/PB, São Sebastião De Lagoa De Roça/PB, São Sebastião Do Umbuzeiro/PB, São Vicente Do Seridó/PB, Sapé/PB, Serra Branca/PB, Serra Da Raiz/PB, Serra Grande/PB, Serra Redonda/PB, Serraria/PB, Sertãozinho/PB, Sobrado/PB, Solânea/PB, Soledade/PB, Sossêgo/PB, Sousa/PB, Sumé/PB, Tacima/PB, Taperoá/PB, Tavares/PB, Teixeira/PB, Tenório/PB, Triunfo/PB, Uiraúna/PB, Umbuzeiro/PB, Várzea/PB, Vieirópolis/PB, Vista Serrana/PB e Zabelê/PB.

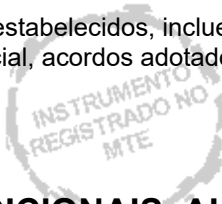
## **SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE ECONÔMICO**

Considerando o reajuste salarial dos empregados vigilantes abrangidos por esta convenção, o incremento econômico total, somado salário e benefícios, será de 5,73% (cinco vírgula setenta e três por cento) para a escala 12X36, a partir de 1º (primeiro) de março de 2019.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fins de discriminação do reajuste concedido do caput, o empregado vigilante que trabalha na escala de 12X36, terá direito a receber as seguintes parcelas: piso salarial de R\$ 1.058,07 (um mil e cinquenta e oito reais e sete centavos); periculosidade de 30% (trinta por cento), calculada sobre o piso salarial no valor nominal de R\$ 317,42 (trezentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos); vale alimentação no valor de R\$ 247,50 (duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos reajustes acima estabelecidos, incluem-se as antecipações, perdas e outras correções salariais, decorrentes da legislação oficial, acordos adotados em todo e qualquer período anterior a 1º (primeiro) de março de 2019.



## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS HORAS EXTRAS**

As horas extras laboradas por cada empregado serão calculadas pelo empregador, mensalmente, mediante apuração do total de horas efetivamente trabalhadas pelo empregado durante o período de 01 (um) mês, deduzindo-se o total de 180 (cento e oitenta) horas nos meses de 30 (trinta) dias e de 192 (cento e noventa e duas) horas nos meses de 31 (trinta e um) dias, quando será encontrado o quantitativo exato das horas excedentes à jornada de trabalho, aplicando-se o divisor 220 (duzentos e vinte) para o cálculo de seu valor monetário, aplicando-se a regra de cálculo acima mencionada para a escala 12x36.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As horas extras serão pagas pelos empregadores com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando da não concessão do intervalo intrajornada, conforme previsto no parágrafo quarto do artigo 71 da CLT, a hora suprimida será indenizada com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA QUINTA - DO VALE-ALIMENTAÇÃO**

As empresas concederão aos VIGILANTES que trabalharem na escala de trabalho 12x36, a partir do mês de março do ano de 2019, vale-alimentação no valor diário de R\$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos), inclusive para os vigilantes que estiverem realizando o curso de reciclagem bem como, para os vigilantes que venham a realizar plantão extra, observado o disciplinado nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A parcela referente ao auxílio alimentação, em qualquer forma de sua concessão, seja através de pecúnia ou vale, não constitui salário in natura, nos termos do Art. 3º, da Lei 6.321/76, c/c Arts. 4º e 6º Decreto nº. 5, de 05 de janeiro de 1991.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas descontarão, em razão da concessão do vale-alimentação e representando a contrapartida dos empregados, a importância limite por dia de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), o que



corresponde a 20% (vinte por cento) do total diário do benefício.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O auxílio alimentação previsto nessa cláusula será concedido observando-se as determinações contidas no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A concessão prevista no caput não será devida no dia em que o VIGILANTE estiver em gozo de férias, auxílio doença, acidente de trabalho ou em dias em que a jornada de trabalho for inferior a 06 horas, além do mais, as empresas descontarão de seus empregados a referida concessão em qualquer dia de falta ao trabalho.

**PARÁGRAFO QUINTO:** As empresas que fornecem alimentação aos seus empregados, no âmbito de trabalho ou fora dele, ficam dispensadas do auxílio previsto na presente cláusula.

## **AUXÍLIO TRANSPORTE**

### **CLÁUSULA SEXTA - DO VALE-TRANSPORTE**

As empresas obrigam-se em fornecer vales-transportes para os deslocamentos no percurso residência/trabalho/residência, ficando definido que os descontos desses vales-transportes não poderão ultrapassar 3% (três por cento) do salário-base dos empregados que exerçam suas atividades cumprindo a escala de serviço do tipo 12 x 36, ou seja, doze horas de trabalho por trinta e seis de folga, durante todo o mês.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Nos períodos de afastamento do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale-transporte durante o período de sua ausência do trabalho, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A empresa poderá optar por entregar o vale-transporte não no dia do pagamento do salário, mas sim no dia 20 (vinte) de cada mês, desde que no lapso de tempo do dia do pagamento e a nova data de opção da empresa fique garantido ao empregado os vales-transportes necessários a sua locomoção ao trabalho, no total máximo de 02 (dois) por dia trabalhado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas darão prioridade a lotar os vigilantes em postos de serviços próximos as suas residências e, quando for possível e a critério do empregador, em local que facilite seu acesso a rede integrada de transporte urbano. Fica o vigilante obrigado a comunicar a empresa, todas as vezes que mudar de endereço, sob pena de ser considerado ato de indisciplina.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DA EFETIVIDADE DA NEGOCIAÇÃO**

As partes pactuam quando à efetividade da negociação a adoção, quando pertinente, da jornada de trabalho sob o regime de 12x36, cumprindo assim, o disciplinado no artigo 61 da CLT.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA OITAVA - DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E INTERVALOS**

Fica ajustado, consoante o permissivo preconizado no art. 7º, inciso XIII e XXVI, da Constituição Federal, que os empregados, vinculados a empresa acordante, poderão adotar, a escala de serviço de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso, versando o presente instrumento normativo sobre a compensação de horário, negociada em CCT, e o direito do trabalhador ao seu respeito, atendendo a negociação coletiva com aprovação nas respectivas assembleias geral, o seguinte:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O intervalo para descanso será de, no mínimo, 60 minutos, conforme inteligência do inciso III, do artigo 611-A da CLT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput desta cláusula abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados e domingos e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Face a peculiaridade do trabalho desenvolvido pelas empresas de vigilância e sua essencialidade e, tomando-se por base que as ausências/faltas dos empregados acontecem muitas das vezes sem qualquer comunicação, a empresa poderá solicitar a seus empregados o trabalho eventual em dias de folga, com o devido pagamento do adicional de 50% (cinquenta por cento), sem que isto descaracterize a jornada de trabalho em escala 12X36.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Quando não ocorrer o gozo do horário intrajornada ou o mesmo for suprimido, nos termos do § 4º do artigo 71 da CLT, será devido ao vigilante o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da remuneração base incluída a incidência do adicional de periculosidade.

## **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA NONA - DA CONCESSÃO DE FÉRIAS**

A concessão de férias será informada ao empregado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, fornecendo o empregador 01 (uma) via do recibo de aviso de férias.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - REVISÃO**

O presente acordo poderá ser revisto total ou parcialmente, bastando para isso à simples comunicação por uma parte à outra, sem que tal comunicação implique na aceitação pela parte ex-adversa, e ainda, desde que haja motivo plausível que justifique a revisão e ou promova nova negociação com esse sentido, observando-se neste caso o disciplinado no parágrafo primeiro da cláusula vigésima quarta da Convenção Coletiva do Trabalho da categoria.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONTROVÉRSIAS, OMISSÕES E DÚVIDAS**

As controvérsias, omissões e dúvidas, oriundas deste ACORDO COLETIVO DE TRABALHO serão dirimidas pela Justiça do Trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Terceira Região – Paraíba, em qualquer de suas instâncias.

Este Acordo Coletivo de Trabalho será depositado no Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema mediador, em conformidade com o art. 614, da Consolidação das Leis do Trabalho.

**WILLIAMS DOS SANTOS SILVA  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA**

**SHIGEAKI MARACAJA RAMOS  
EMPRESÁRIO**

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



## Filtrar Consulta do FAP

\*Ano de Vigência:

2018

Selecione um Estabelecimento:

10.446.347/0001-16

ou complete o CNPJ Raiz 10.446.347/

## Filtrar Processamentos do FAP - FAP Original

Alternar visualização da consulta para :

FAP Original - Data Cálculo: 30/09/2017 - Valor do Fap: 0,8019

## Dados do estabelecimento

Nome Empresarial: FORCA ALERTA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ Completo: 10.446.347/0001-16

Endereço: R Estelita Cruz 221 - Alto Branco - Campina Grande - Pb

CEP: 58401-470

Início da Atividade: 31/10/2008

Data da última atualização na RFB na extração: 31/10/2008

## Informações relativas às extrações

Ano de Vigência: 2018

Período-base utilizado para o cálculo: de 01/01/2015 a 31/12/2016

Data de extração dos dados da arrecadação: 24/03/2017

Origem: Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP

Data de extração dos dados de benefícios: 25/05/2017

Origem: Sistema Único de Benefícios-SUB

Data de extração da expectativa de vida: 13/05/2017

Ano de Referência: 2015

Fonte: IBGE

## Valor do FAP Original

FAP Original : 0,8019

Data Cálculo: 30/09/2017

## Histórico de processamento do FAP

FAP Original: 0,8019

Data do Cálculo: 30/09/2017

## Dados resultantes do FAP Original

Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT com Óbito:	0	Auxílio-doença por acidente de trabalho - B91:	2
Massa Salarial:	31.671.513,96	Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho - B92:	0
Número Médio de Vínculos:	1.007,7083	Pensão por morte por acidente de trabalho - B93:	0
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE:	6.169	Auxílio-acidente por acidente de trabalho - B94:	0
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP:	3.826	Valor Total de Benefícios Pagos:	20.195,15

Atividade econômica do estabelecimento(Subclasse da CNAE - 2.0): ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA (80.11-1/01)

Atividade econômica do estabelecimento - Relação de GFIPs válidas: [Visualizar Relatório](#)

## Indicadores do Estabelecimento FAP Original

Índice de Frequência:	1,9847	Número de Ordem de Frequência:	1.475,3760	Percentil de Ordem de Frequência:	38,5458
Índice de Gravidade:	0,1985	Número de Ordem de Gravidade:	1.475,3760	Percentil de Ordem de Gravidade:	38,5458
Índice de Custo:	0,6376	Número de Ordem de Custo:	1.871,0466	Percentil de Ordem de Custo:	48,8901
Taxa Média de Rotatividade:	18,8474%			Índice Composto:	0,8019

## FAP a ser informado no SEFIP

\* Vide orientação da IN 971 e Ato Declaratório Executivo SRFB em [documentos de apoio](#)

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS  
EMPRESA

EMPRESA: FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA  
 N° ARQUIVO: D1rrRnfy09h0000-0  
 INSCRIÇÃO: 10.446.347/0001-16  
 N° CONTROLE: M30Gk2TwdM60000-0  
 FAP: 0,83  
 RAT AJUSTADO: 2,49  
 COMP: 06/2019  
 COD REC: 150  
 COD GPS: 2100  
 FEAS: 515  
 OUTRAS ENT: 0115  
 SIMPLES: 1  
 ALIQ RAT: 3,0  
 TOMADOR/OBRA:  
 INSCRIÇÃO:

[illegible][illegible]

(\*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI (EM) CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI Nº 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTÂNCIAS DEVIDAS NÃO INCLuíDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 10.446.347/0001-16

Mês/Ano: AGO 2019

Dados Iniciais

Período: 01/08/2019 a 31/08/2019

Declaração Retificadora: NÃO

Situação: Normal

PJ inativa no mês da declaração: NÃO

PJ optante pelo Simples Nacional: NÃO

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Forma de Tributação do Lucro: Real Estimativa

PJ levantou balanço/balancete de suspensão no mês: NÃO

PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO

PJ optante pela CPRB: NÃO

Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração

Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Sem alteração do regime

Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e/ou da Cofins: Cumulativo

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:

FORCA ALERTA SEG E VIG PATRIMONIAL LTDA

Logradouro: RUA ESTELITA CRUZ

Número: 221

Complemento:

Bairro/Distrito: ALTO BRANCO

Município: CAMPINA GRANDE

UF: PB

CEP: 58401-470

Telefone: (83) 33411700

Fax:

Caixa Postal: UF: CEP:

Correio Eletrônico: CONTABILIDADE@GRUPOALERTA.COM.BR





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE**  
**SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SIT**  
**DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - DSST**  
**Coordenação do Programa de Alimentação do Trabalhador - COPAT**  
**Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT**  
**(Lei nº 6.321/76)**

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA BENEFICIÁRIA**

<b>Inscrição no PAT:</b> 1130897	<b>Data Inscrição:</b> 13/05/2009	<b>CNPJ/CEI:</b> 10446347000116		
<b>Razão Social:</b> FORCA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA				
<b>Endereço:</b> ESTELITA CRUZ, Nº 221				
<b>Bairro:</b> ALTO BRANCO	<b>UF:</b> PB	<b>Cidade:</b> Campina Grande	<b>CEP:</b> 58401-470	
<b>DDD:</b> 83	<b>Telefone:</b> 33411700			
<b>Total de Trabalhadores: 1282</b>		<b>Total de Benefícios: 1282</b>		
<b>Qt/Dia Refeições Fornecidas</b>				
<b>Almoço</b> 641	<b>Jantar</b> 0	<b>Desjejum</b> 0	<b>Merenda</b> 0	<b>Refeição Noturna</b> 641
<b>Modalidade do Serviço de Alimentação</b>				
<b>Serviço Próprio</b>	0 %	<b>Cestas de Alimentos</b>	0 %	
<b>Refeições Transportadas</b>	0 %	<b>Refeição-Convênio</b>	0 %	
<b>Administração de Cozinha</b>	0 %	<b>Alimentação-Convênio</b>	100 %	
<b>Número de Trabalhadores Beneficiados por UF</b>				
<b>Empresa</b> Matriz	<b>CNPJ</b> 10446347000116	<b>UF</b> PB	<b>QT. Trabalhadores</b> 1269	
<b>Empresas Fornecedoras</b>				
<b>Registro</b> 080034370	<b>Razão Social</b> TICKET SERVICOS S.A.	<b>UF</b> PB	<b>Modalidade</b> Alimentação-Convênio	
<b>Nutricionista</b>				
<b>Empresa</b> Filial	<b>CNPJ</b> 10446347000205	<b>UF</b> RN	<b>QT. Trabalhadores</b> 13	
<b>Empresas Fornecedoras</b>				
<b>Registro</b> 080034370	<b>Razão Social</b> TICKET SERVICOS S.A.	<b>UF</b> RN	<b>Modalidade</b> Alimentação-Convênio	
<b>Nutricionista</b>				
<b>Faixa Salarial</b>				
<b>Até 5 SM</b> 1282		<b>Acima de 5 SM</b> 0		
<b>Responsável pela Inscrição</b> THALLES BARBOSA RIBEIRO		<b>E-mail</b> coordenacaosg@grupoalertasv.com.br		



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DE HABILITAÇÃO

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº **10.446.347/0001-16**, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, **declara**, sob as penas da lei que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital - Pregão Eletrônico UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos  
Sócio - Diretor  
RG. 1.170.000 – SSP-PB  
CPF – 024095.094-10



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 10.446.347/0001-16**, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, **declara**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos  
Sócio - Diretor  
RG. 1.170.000 – SSP-PB  
CPF – 024095.094-10





## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

### DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (LEI Nº 9.854/99)

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 10.446.347/0001-16**, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, **declara**, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024095.094-10



# FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

## DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Eu, SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, portador do RG nº 1.170.000 SSP/PB e CPF nº 024.095.094-10, como representante legal da empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 10.446.347/0001-16 doravante denominado **Licitante**, para fins do Edital do N° 017/2019, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019 foi elaborada de maneira independente pelo **Licitante**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do referido pregão não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA** antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos  
Sócio - Diretor  
RG. 1.170.000 – SSP-PB  
CPF – 024095.094-10



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

### DECLARAÇÃO CADEIA PRODUTIVA

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.446.347/0001-16, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, **declara**, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos  
Sócio - Diretor  
RG. 1.170.000 – SSP-PB  
CPF – 024095.094-10





## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

### DECLARAÇÃO ART. 93 DA LEI N° 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.446.347/0001-16, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, **declara**, sob as penas da lei, que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024095.094-10



# FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

**ESCLARECIMENTOS SOBRE A SEDE OU ESCRITÓRIO/ FILIAL DA EMPRESA NAS CIDADES DE CAMPINA GRANDE E JOÃO PESSOA, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS.**

## 1. INSTALAÇÕES FÍSICAS

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.446.347/0001-16, com Sede na Rua Estelita Cruz, nº 221, Alto Branco, Campina Grande – PB – CEP: 58401-470, telefone: (83) 3341-1700 ou escritório na Av. Pres. Epitácio Pessoa, Nº 1839, Torre, Estados, João Pessoa-PB – CEP: 58030-001, telefone: (83) 3224-6581, por intermédio de seu representante legal o Sr. SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, informamos que dispomos de uma estrutura física de salas, relacionamos a seguir, conforme distribuição das mesmas, entre as Diretorias e os Setores Técnicos e Administrativos da Estrutura Organizacional:

- Administração
- Diretoria
- Gerência Comercial e Licitações
- Gerência Financeira
- Gerência Operacional
- Departamento Operacional
- Supervisão Operacional
- Departamento Pessoal
- Recepção
- Cozinha

## 2. APARELHAMENTO TÉCNICO

### 2.1. EQUIPAMENTOS

### 2.2. Veículos

Contamos, atualmente, com 12 (doze) carros e 12 (doze) motos.

### 2.3. Equipamentos de Escritório

A Empresa dispõe de mais de 20 (vinte) computadores, equipados com programas específicos para as áreas de Recursos Humanos, Pessoal, Operacional, Finanças, Comercial e Licitações. Contamos, ainda, com 06 (seis) impressoras, 01 (um)



# FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

aparelho de fax, 02 (duas) linhas telefônicas com mais de 20 (vinte) ramais, uma Central de PABX.

### 3. PESSOAL TÉCNICO

A Empresa dispõe em sua Área Administrativa, com imensa experiência, os profissionais abaixo:

CARGO	NOME	E-MAIL	CONTATOS
ADMINISTRADORA/ RESP. TÉCNICA	CRISTIANE DE SOUZA RAMOS	<a href="mailto:administracao@grupoalertasv.com.br">administracao@grupoalertasv.com.br</a>	(83) 3341-1700
SÓCIO - DIRETOR	SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS	<a href="mailto:diretoria@grupoalertasv.com.br">diretoria@grupoalertasv.com.br</a>	(83) 3341-1700 ou (83) 98802-5555
COMERCIAL E LICITAÇÕES	FERNANDA RAQUEL S. DA SILVA	<a href="mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br">comercial3@grupoalertasv.com.br</a> / <a href="mailto:licitacao@grupoalertasv.com.br">licitacao@grupoalertasv.com.br</a>	(83) 3341-1700 ou (83) 98802-3971
GERENCIA FINANCEIRA	QUEREN HAPUQUE A. VASCONCELOS	<a href="mailto:gerencia_financeira@grupoalertasv.com.br">gerencia_financeira@grupoalertasv.com.br</a>	(83) 3341-1700 ou (83) 99323-8677
GERENCIA ADMINISTRATIVA E DEP. PESSOAL	DAIANA ALMEIDA	<a href="mailto:gerenciaadministraiva@grupoalertasv.com.br">gerenciaadministraiva@grupoalertasv.com.br</a>	(83) 3341-1700 ou (83) 98802-3971
GERENCIA OPERACIONAL	DANTAS AGEU	<a href="mailto:gerencia@grupoalertasv.com.br">gerencia@grupoalertasv.com.br</a>	(83) 3341-1700 ou (83) 98802-3826
DEP. OPERACIONAL – CAMPINA GRANDE	DANTAS AGEU	<a href="mailto:operacional2@grupoalertasv.com.br">operacional2@grupoalertasv.com.br</a>	(83) 3341-1700 ou (83) 98802-3971
DEP. OPERACIONAL – JOÃO PESSOA	DOUGLAS NACIMENTO	<a href="mailto:operacionaljp3@grupoalertasv.com.br">operacionaljp3@grupoalertasv.com.br</a>	(83) 3341-1700 ou (83) 9323-7172
SUPERVISÃO OPERACIONAL – CG	PAULO NASCIMENTO	<a href="mailto:supervisao@grupoalertasv.com.br">supervisao@grupoalertasv.com.br</a>	(83) 3341-1700 ou (83) 98802-3971

Dispomos, também, de uma equipe reserva, para cobrir faltas, licenças médicas, licenças maternidade, paternidade e serviços extras.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024095.094-10





# FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

## AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GARANTIA (ANEXO IX)

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.446.347/0001-16, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, doravante denominada Licitante para fins do disposto do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019**, AUTORIZA, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

(X) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024095.094-10



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

### DECLARAÇÃO REFERENTE AO ESCRITÓRIO OPERACIONAL OU SEDE

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ n° 10.446.347/0001-16, sediada a Rua Estelita Cruz, n° 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade n° 1.170.00 SSP/PB e do CPF n° 024.095.094-10, **declara** que também possui escritório operacional na **Av. Pres. Epitácio Pessoa, N° 1839, Torre, Estados, João Pessoa-PB – CEP: 58030-001, telefone: (83) 3224-6581**, disponibilizando nos respectivos locais aparelhamento técnico e profissional para atender a demanda do objeto ora licitado.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos  
Sócio - Diretor  
RG. 1.170.000 – SSP-PB  
CPF – 024095.094-10



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB  
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16  
E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

### DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO DO NEPOTISMO

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 10.446.347/0001-16**, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, declara para os devidos fins que:

- a) tem conhecimento do Decreto n.º 7.203 de 4 de Junho de 2010 que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- b) em cumprimento ao Decreto 7.203 de 04 de junho de 2010, não contrata e não contratará, durante toda a vigência do contrato, familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança e que preste serviço nesta entidade;
- c) considera “familiar” o cônjuge, o companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos  
Sócio - Diretor  
RG. 1.170.000 – SSP-PB  
CPF – 024095.094-10





## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

### DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (ANEXO IV)

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.446.347/0001-16, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10:

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, instaurado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01/2010, Decreto nº 7.746/2012, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Declaramos também, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A – A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete a cumprir a legislação específica para a atividade que desenvolve, e em adotar práticas ecologicamente corretas.

B – A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

C – Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

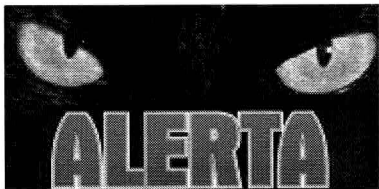
Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024095.094-10



## FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br)

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

### DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS ENVIADO

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.446.347/0001-16, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: [comercial3@grupoalertasv.com.br](mailto:comercial3@grupoalertasv.com.br), por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, **declara**, sob as penas da lei que os documentos enviados são autênticos e podem ser solicitados os originais por meio de diligência para fins de participação do Pregão Eletrônico UFPB/SOF/CPL N° 017/2019.

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024095.094-10